

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL – MESTRADO
PROFISSIONALIZANTE**

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO:
FUNDAMENTOS E SENSIBILIZAÇÕES DA
COMUNIDADE DE NOVA PALMA (CENTRO DE
PESQUISAS GENEALÓGICAS E MUSEU HISTÓRICO)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

LIRIANA ZANON STEFANELLO

**Santa Maria, RS, Brasil.
Janeiro/ 2010**

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO:
FUNDAMENTOS E SENSIBILIZAÇÕES DA COMUNIDADE DE NOVA PALMA
(CPG E MUSEU HISTÓRICO)**

Por

Liriana Zanon Stefanello

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural.**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – Mestrado Profissionalizante**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL:
FUNDAMENTOS E SENSIBILIZAÇÕES DA COMUNIDADE DE NOVA
PALMA (CPG E MUSEU HISTÓRICO).**

elaborada por
Liriana Zanon Stefanello

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

Comissão Examinadora

Maria Medianeira Padoin, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Saul Eduardo Seiguer Milder, Dr. (UFSM)

Carlos Blaya Perez, Dr. (UFSM)

Julio Ricardo Quevedos dos Santos, Dr. (UFSM)
(Suplente)

Santa Maria, 11 de Janeiro de 2010.

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a minha família por ter estado presente em mais uma conquista, em particular ao meu irmão Adenir por estar ao meu lado diariamente, igualmente ao Cleber por participar de todos os momentos indistintamente. Sou grata também, a professora Maria Medianeira Padoin por ter me acompanhado e me orientado ao longo de mais uma jornada, com sua paciência e atenção sempre muito dedicada. Ao Padre Luiz Sponchiado que, sempre preocupado, me ajudou com seu conhecimento. A todos os meus amigos, que tiveram sua parcela de contribuição para a realização deste trabalho.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – Mestrado Profissionalizante
Universidade Federal de Santa Maria

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: FUNDAMENTOS E SENSIBILIZAÇÕES DA COMUNIDADE DE NOVA PALMA (CPG E MUSEU HISTÓRICO).

AUTORA: LIRIANA ZANON STEFANELLO

ORIENTADORA: MARIA MEDIANEIRA PADOIN

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 11 de janeiro de 2010.

Ao longo dos tempos e da história, observamos a transformação de muitas concepções e da própria sociedade. Isso é percebido, por exemplo, nas compreensões de patrimônio cultural, de história e de museu. Nesse sentido, esse estudo apresenta os fundamentos históricos da importância da instituição museológica enquanto um referencial de memória, de história e dessa forma de identidade de uma comunidade. Comunidade identificada, nesse estudo, como sendo a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul e, especificamente, do Município de Nova Palma. Assim, a partir da perspectiva que os descendentes de imigrantes italianos elegem como traços culturais que os identificam com seus antepassados e com a Itália, os elementos da cultura material e imaterial tornam-se um patrimônio cultural que poderá ser encontrado na instituição museológica, local de sua materialização. Partindo disso, uma das formas de preservação do patrimônio mencionado é o museu, compreendido como um local de memória que interage e representa a comunidade a qual pertence. Por isso, para que essa comunidade se sensibilize e entenda seu papel social de lutar pela preservação do patrimônio cultural é fundamental uma exposição. Dessa forma, este trabalho de dissertação de mestrado, pretende, por meio de dois capítulos, com base em fontes bibliográficas, documentais e iconográficas, tratar das questões referentes às concepções de patrimônio cultural, história, memória e identidade, bem como sintetizar o processo histórico do município de Nova Palma, ressaltando a importância do Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) como uma instituição que possibilita e incentiva a preservação da memória e da história desse município. A partir disso, apresentamos uma proposta de criação do museu histórico municipal e de uma sensibilização da comunidade local, por meio da exposição, para integrar a luta pela concretização desta instituição.

Palavras-chave: museu; exposição; patrimônio cultural; história; imigração italiana

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – Mestrado Profissionalizante
Universidade Federal de Santa Maria

HISTORY, MEMORY AND CULTURAL PATRIMONY: BASIS AND SENSITIZATIONS OF NOVA PALMA COMMUNITY (CPG AND HISTORICAL MUSEUM)

AUTHOR: LIRIANA ZANON STEFANELLO

ADVISOR: MARIA MEDIANEIRA PADOIN

Date and Place of Defense: Santa Maria, 11 st january 2010.

Along of times and of history, we observated the transformation of several conceptions and proper society. This is perceived, for example, in comprehensions of cultural patrimony, of history and of museum. In this sense, this study presents the importancy of historical basis to museum institution. While memory referency, of history and thus of community identity. Community identified in this study, as The Fourth Imperial Colony of Italian Immigration in the State of Rio Grande do Sul, more specificaly, in the towm of Nova Palma. So, since perspective that the Italian Immigrant descendents elect cultural traces which associate them with their ancestors and with the Italy, the material culture and immaterial elements become cultural patrimony that will may find the place of their materialization. Parting this, one preservation forms of mencionated patrimony is the museum, comprehend how the memory place that interaleds and presents the community which belong. There fore, to that this community sensibilizeds and understands its social script in to fight by cultural patrimony preservation is fundamental one exposition in this form, this searsh mastership dissertation pretends through of two chapters, with basis in bibliographic source, documents and iconographics, to trate answers about cultural patrimony conceptions, history, memory and identity as well as to sunthetize the historical process in the towm of Nova Palma, rebound the Centro de Pesquisas Genealógicas importancy as the institution which might and incentivated the preoccupation as the memory preservation and its history. Since this we present a proposal to creation the Municipal Historical Museum and local community sensibilization through exposition, to that integrate the fight for concreteness this institution.

Keywords: museum; exposition; cultural patrimony; history; Italian Immigration

LISTA DE SIGLAS

SIGLA 1 - CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural.

SIGLA 2 - CPG - Centro de Pesquisas Genealógicas.

SIGLA 3 - DEMU - Departamento de Museus e Centros Culturais.

SIGLA 4 - DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SIGLA 5 - ICOM - Conselho Internacional de Museus.

SIGLA 6 - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SIGLA 7 - PCH - Programa de Cidades Históricas.

SIGLA 8 - SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SIGLA 9 - UNESCO - Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SIGLA 10 - SAPAN – Sociedade Agrícola e Pastoril Novapalmense.

SIGLA 11 - CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Mapa de Localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana.....	68
IMAGEM 2 - Vista da cidade de Nova Palma.....	69
IMAGEM 3 - Balneário Municipal.....	69
IMAGEM 4 - Vista da Ponte sobre o Rio Soturno no Balneário Municipal.....	70
IMAGEM 5 - Réstias de Cebolas.....	70
IMAGEM 6 - Engenho de moer cana-de-açúcar.....	71
IMAGEM 7 - Carroça utilizada no trabalho agrícola	71
IMAGEM 8 - Fogão a lenha sendo utilizado em Nova Palma.....	72
IMAGEM 9 - Exemplo da gastronomia típica, em Nova Palma.....	72
IMAGEM 10 - Panelão utilizado para cozimento em fogo de chão.....	73
IMAGEM 11 - Padre Luiz Sponchiado na Sala de Genealogia do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma.....	73
IMAGEM 12 - Padre Luiz Sponchiado na Sala da Cronologia do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma.....	74
IMAGEM 13 - Padre Luiz Sponchiado na Biblioteca do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma.....	74
IMAGEM 14 - Mapa dos Núcleos da Ex-Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana.....	75
IMAGEM 15 - Engenheiro Manoel José da Siqueira Couto.....	76
IMAGEM 16 - Fotografia do cinquentenário da primeira missa em Silveira Martins.....	76
IMAGEM 17 - Local denominado de Barracão dos imigrantes, hoje Localidade de Val de Buia (Silveira Martins).....	77
IMAGEM 18 - Planta da Colônia Silveira Martins, do Núcleo Soturno e de Dona Francisca.....	77
IMAGEM 19 - Provável local do barracão dos imigrantes em Soturno.....	78
IMAGEM 20 - Ângela Conte Bertoldo.....	79
IMAGEM 21 - Residência antiga de Antonio Baggio.....	79
IMAGEM 22 - Ruínas da casa de Pietro Antonello.....	80
IMAGEM 23 - Filhas de Pietro Marin.....	80

IMAGEM 24 - Família de Ângelo Aléssio.....	81
IMAGEM 25 - Local da Primeira Missa no Núcleo Soturno.....	82
IMAGEM 26 - Fotografia da Placa, em porcelana, que registra o local da primeira missa no Núcleo Soturno.....	82
IMAGEM 27 - Capitel Santa Polônia.....	83
IMAGEM 28 - Capitel Nossa Senhora da Saúde.....	83
IMAGEM 29 - Fotografia do Núcleo Soturno.....	84
IMAGEM 30 - Vista do distrito de Nova Palma.....	84
IMAGEM 31 - Fotografia da parte urbana do Município de Nova Palma.....	85
IMAGEM 32 - Vista da cidade de Nova Palma.....	85
IMAGEM 33- Fotografia aérea da cidade de Nova Palma.....	86
IMAGEM 34 – Placa Comemorativa a Vitória para a Emancipação de Nova Palma.....	88
IMAGEM 35 - Fotografia da divisão política do Município de Nova Palma.....	89
IMAGEM 36 - Primeiro Prefeito de Nova Palma.....	89
IMAGEM 37 - Pintura dos primeiros vereadores de Nova Palma.....	90
IMAGEM 38 - Segundo Prefeito de Nova Palma.....	90
IMAGEM 39 - Terceiro Prefeito de Nova Palma.....	91
IMAGEM 40 - Quarto Prefeito de Nova Palma.....	91
IMAGEM 41 - Quinto Prefeito de Nova Palma.....	92
IMAGEM 42 - Sexto Prefeito de Nova Palma.....	92
IMAGEM 43 - Sétimo Prefeito de Nova Palma.....	93
IMAGEM 44 - Oitavo Prefeito de Nova Palma.....	93
IMAGEM 45 - Nono Prefeito de Nova Palma.....	94
IMAGEM 46 - Décimo Prefeito de Nova Palma.....	94
IMAGEM 47 - Décimo primeiro Prefeito de Nova Palma.....	95
IMAGEM 48 - Poder Legislativo atual.....	95
IMAGEM 49 - Escola de Ângelo Didonet.....	96
IMAGEM 50 - Escola de Venuta Maria Ravello.....	97
IMAGEM 51 - Alunos em Nova Palma.....	97
IMAGEM 52 - Escola da Professora Cândida Zasso.....	98
IMAGEM 53 - Sede do Colégio Comercial Novapalmense.....	98
IMAGEM 54 - Vista do Colégio Comercial Novapalmense.....	99
IMAGEM 55 - Primeiro hospital de Nova Palma.....	100
IMAGEM 56 - Hospital Nossa Senhora da Piedade.....	101

IMAGEM 57 - Atual Hospital Nossa Senhora da Piedade de Nova Palma.....	101
IMAGEM 58 - Fotografia da sede Administrativa da Cooperativa Agrícola Mista.....	102
IMAGEM 59 - Vista aérea da Sede da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.....	103
IMAGEM 60 - Vista aérea do Moinho de Trigo de São João do Polêsine.....	103
IMAGEM 61 - Unidade da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma no Distrito de Caemborá.....	104
IMAGEM 62 - Unidade da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma no Município de Dona Francisca.....	104
IMAGEM 63 - Unidade da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma na comunidade de São Cristóvão.....	105
IMAGEM 64 - Unidade da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma no Município de São João do Polêsine.....	105
IMAGEM 65: Unidade da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma em Val de Serra.....	106
IMAGEM 66 - Segunda Capela da Trindade, edifício escolar e a Casa Canônica.....	107
IMAGEM 67 - Terceira Igreja Matriz de Nova.....	108
IMAGEM 68 - Igreja Matriz atual.....	108
IMAGEM 69 - Igreja Matriz.....	109
IMAGEM 70 - Inauguração do Centro de Pesquisas Genealógicas.....	110
IMAGEM 71 - Pe. Luiz Sponchiado recebendo o título de Comendador da República.....	111
IMAGEM 72 - Sala de Recepção do CPG de Nova Palma.....	111
IMAGEM 73 - Sala da Genealogia do CPG de Nova Palma.....	112
IMAGEM 74 - Livro de Genealogia nº 2 do CPG de Nova Palma.....	112
IMAGEM 75 - Fotografia de um dos livros de registros da Cronologia.....	113
IMAGEM 76 - Sala denominada de Documentação das Famílias.....	113
IMAGEM 77 - Padre Luiz na Biblioteca.....	114
IMAGEM 78 - Família de Ludovico Michelin	114
IMAGEM 79 - Família de Padre José Stefanello.....	115
IMAGEM 80 - Família de Valentim Stefanello.....	115
IMAGEM 81 - Família de Ângelo Baggio.....	116
IMAGEM 82 - Filhos de Giuseppe Piovesan e Antonia Parizzotto.....	116
IMAGEM 83 - Família de José e Albina Piovesan	117
IMAGEM 84 - Certidão de nascimento de Giovanni Piovesan da Itália.....	118

IMAGEM 85 - Carta escrita por Giovanni Piovesan.....	119
IMAGEM 86 - Passaporte Italiano de Ângelo Rossato.....	120
IMAGEM 87 - Família de Giovanni Piovesan.....	121
IMAGEM 88 - Domenico Pigatto e seus sete filhos.....	121
IMAGEM 89 - Comunidade de Rincão Santo Antonio.....	122
IMAGEM 90 - Comunidade de Rincão dos Fréos.....	123
IMAGEM 91 - Comunidade de Bom Retiro.....	123
IMAGEM 92 - Comunidade de Linha do Soturno.....	124
IMAGEM 93 - Comunidade de Linha Base.....	124
IMAGEM 94 - Capitel Nossa Senhora Aparecida na Comunidade Linha Geral.....	125
IMAGEM 95 - Capitel São Caetano na Comunidade Linha Rigon.....	125
IMAGEM 96 - Salão Comunitário de Linha Um.....	126
IMAGEM 97 - Comunidade de Linha Duas.....	126
IMAGEM 98 - Comunidade de Linha Três (Linha Santo Antonio).....	127
IMAGEM 99 - Comunidade Linha Cinco.....	127
IMAGEM 100 - Comunidade de Nossa Senhora da Salete.....	128
IMAGEM 101 - Comunidade Rincão do Padilha.....	128
IMAGEM 102 - Comunidade Rincão Santo Inácio.....	129
IMAGEM 103 - Comunidade de Vila Cruz.....	129
IMAGEM 104 - Comunidade de Novo Paraíso.....	130
IMAGEM 105 - Comunidade de Linha dos Cocco.....	130
IMAGEM 106 - Comunidade de Pinhalzinho.....	131
IMAGEM 107 - Comunidade de Santa Luzia (antiga Saracura).....	131
IMAGEM 108 - Comunidade do Bugre.....	132
IMAGEM 109 - Comunidade de Comércio.....	132
IMAGEM 110 - Comunidade de Gramado.....	133
IMAGEM 111 - Comunitário de Santa Terezinha.....	133
IMAGEM 112 - Comunidade de Cerro Azul.....	134
IMAGEM 113 - Comunidade de Felisberta.....	134
IMAGEM 114 - Comunidade de Caemborá.....	135
IMAGEM 115 - Planta do Museu Proposto para o Centro Cultural.....	138

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Esquema da Infra-Estrutura Básica de um Museu.....	62
--	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Modelo de Decreto.....	161
ANEXO B – Exemplo de Associação de Amigos do Museu Brigadeiro Camarão...	162
ANEXO C – Orientação de Regimento Interno.....	170

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO.....	IV
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VI
LISTA DE SIGLAS.....	VII
LISTA DE IMAGENS.....	VIII
LISTA DE QUADROS.....	XII
LISTA DE ANEXOS.....	XIII
INTRODUÇÃO.....	15
1. O MUSEU HISTORICO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA.....	18
1.1 Conceitos e Fundamentos.....	25
1.2 O Processo Histórico da Concepção do Museu	31
1.3 Eventos que Discutem o papel do Museu e da Museologia.....	37
2. A IMPLANTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL DE NOVA PALMA - RS.....	45
2.1 Uma Proposta de Sensibilização da Comunidade: a exposição fotográfica.....	65
CONCLUSÃO.....	140
REFERÊNCIAS.....	144
ANEXOS.....	160

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é o resultado da pesquisa realizada para o Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural, além da motivação pessoal de pertencer ao Município de Nova Palma, de possuir experiências acadêmico-profissionais junto ao Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG) e dos estudos já realizados na monografia de conclusão da Graduação em História.

A proposta do Museu Histórico do Município de Nova Palma possui, em sua história, uma íntima relação e origem com o Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG), criado e dirigido pelo Padre Luiz Sponchiado. Isso porque o CPG é um Centro de memória e de preservação do acervo histórico-cultural de Nova Palma e também da antiga Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do RS.

O CPG, criado e organizado por Padre Luiz Sponchiado, iniciou o seu acervo com a genealogia da sua família Sponchiado, para, a partir daí, dedicar-se aos registros, pesquisa e guarda da memória dos imigrantes e descendentes italianos da Quarta Colônia Imperial de Imigração do Rio Grande do Sul. O referido Centro inaugurado em 1 de junho de 1984, é composto de registro de genealogias, escritos diários sobre os acontecimentos históricos, documentos, fotografias, livros, depoimentos orais, gravações em fita cassete e de vídeo, entre outros.

Com o tempo, o CPG passou a ser uma instituição, que além de um local de pesquisa, proporcionou a sua comunidade um sentimento de confiabilidade e de local propício para a guarda da “memória”. Com isso, começaram a ocorrer doações de objetos, além dos pertences da própria Igreja Matriz.

Neste contexto, apresentamos a presente dissertação intitulada *História, Memória e Patrimônio Cultural: Fundamentos e Sensibilizações da Comunidade de Nova Palma (CPG E Museu Histórico)*, que tem por objeto de estudo demonstrar os passos necessários para a implantação, criação e estruturação do Museu Histórico Municipal de Nova Palma como espaço de preservação, representação e valorização da memória e história local e regional. Para isso, propõe-se uma exposição com o objetivo de sensibilizar as pessoas que o museu não é somente uma sala de exposição, mas necessita de uma infra-estrutura básica de normativas legais, assim como de um planejamento adequado e profissionais capacitados e comprometidos com sua formação e funcionamento.

É ao compreender a importância da função social do Museu, de identificar uma determinada comunidade e de proporcionar a reflexão através da exposição, sobre as relações entre seu passado e presente e assim incitar a consciência de responsabilidade em relação à história, à preservação e uso desse patrimônio, entendido como todo o fazer humano, observa-se a primordial importância de se ter um museu histórico municipal em Nova Palma. Isso porque, com o trabalho do Centro de Pesquisas Genealógicas, que já possui este caráter de instigar a preservação, a pesquisa com a responsabilidade social, pode-se complementar esse trabalho através da preservação desses materiais já disponíveis.

Nesse sentido, o estudo que se faz fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica, e divide-se em dois capítulos: O primeiro, *O Museu Histórico como Patrimônio Cultural: uma fundamentação histórica* visa a apresentar algumas discussões relativas ao conceito de patrimônio cultural, história, identidade, memória, museu e museologia. Sob este aspecto, o patrimônio cultural é o resultado da ação do homem, pois todo ser humano é um agente histórico. Dessa forma, é importante compreender como os indivíduos se apropriam do patrimônio cultural para afirmarem uma determinada identidade, neste caso, em relação ao patrimônio cultural da comunidade ítalo-brasileira do Município de Nova Palma.

Nessa perspectiva, o trabalho aborda, sinteticamente, o contexto histórico da imigração, tanto na Itália quanto no Brasil, bem como a criação das colônias de colonização, em especial a Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins. Neste contexto, situa-se historicamente o Município de Nova Palma e a importância do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma como patrimônio cultural e como meio de preservação desse patrimônio cultural.

Nesse sentido, discute-se conceitos como patrimônio e museu, da mesma forma que pensa-se sobre as mudanças ocorridas ao longo do processo histórico nas concepções de identidade, história, memória e cultura. Para tanto, analisa-se a importância de alguns documentos, tanto nacionais quanto internacionais que discutem tais conceitos e sua relevância para o estudo da questão patrimonial no País.

Assim, mais do que ser importante para a comunidade local conhecer seu passado, é ter o entendimento de que a história da imigração italiana é apenas um dos fragmentos que compõem a diversidade cultural de nosso país. Acredita-se que o conhecimento da história proporcionará o respeito e a compreensão à diversidade expressa por alemães, italianos, portugueses, espanhóis, japoneses, entre outros. Bem como com todas as demais etnias, temos

a necessidade de preservar e organizar a sua memória, por isso, é importante a preservação do patrimônio cultural como materialização da identidade.

Nesse sentido, o Centro de Pesquisas Genealógicas tem o papel primordial de integrar a preservação e a pesquisa com responsabilidade social, pois através do conhecimento da história, o homem, como ser social, desenvolve a consciência de responsabilidade sobre a preservação de tudo que lhe foi legado por seus antepassados. E, ao conhecermos e respeitarmos as várias culturas, é possível refletir e produzir conhecimento, respeitando, sobretudo, as diferenças e suas diversas formas de manifestação.

No segundo capítulo, *A Implantação do Museu Histórico Municipal de Nova Palma* aborda-se uma proposta de preservação do patrimônio através da criação e organização de um museu histórico municipal. O museu, nessa perspectiva, tem o papel social de identificar um determinado grupo, sendo um meio em que este reflete sobre as relações entre passado e presente promovendo assim a consciência de responsabilidade em relação a sua história e a seu patrimônio. A proposta de estruturação deste museu está embasada no Estatuto de Museus, Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009, que cria normas gerais reguladoras, busca contribuir para uma definição mais ampla do conceito de museu, estabelece os procedimentos de criação de instituições museológicas, identifica suas funções e atribuições e regula as atividades específicas.

Nesse aspecto, estabelecem-se quais são os passos necessários para a implantação do museu. Faz-se uma definição da infra-estrutura básica que a instituição necessita e suas características gerais. Igualmente, estabelecem-se os programas essenciais para o funcionamento da instituição e propõe-se a exposição, uma das formas de comunicação do museu, como meio de sensibilização da comunidade, do poder público e de todas as instituições do município para a preservação e valorização de seu patrimônio.

Para isso, parte-se do princípio de que a comunicação museológica é uma forma de interação humana, de participação de construção de conhecimento e de desenvolvimento gradativo da responsabilidade que cada um deve ter com seu patrimônio.

Nessa perspectiva, entende-se que todos os indivíduos são seres sociais e históricos e, como tais, produtores e transformadores de sua própria história e por isso devem ter a consciência da importância de seu papel, ou seja, de agir com responsabilidade sobre sua história e sociedade. É com este entendimento que propõe-se a realização desta proposta de criação do Museu Histórico Municipal como forma de sensibilização da comunidade.

1 - O MUSEU HISTÓRICO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA

Neste capítulo faz-se uma breve síntese sobre o processo imigratório e Nova Palma, assim como discute-se alguns conceitos como patrimônio e museu e as modificações ocorridas nas concepções de história, memória, identidade e cultura. É igualmente necessário analisar alguns documentos nacionais e internacionais que abordam os referidos conceitos.

O processo migratório dos séculos XIX e XX está associado principalmente às transformações das estruturas políticas, econômicas e sociais da Europa e do Brasil. Esse processo migratório é resultado de transformações vinculadas à expansão do capitalismo por meio de uma revolução industrial e social.

A Itália após a queda de Napoleão, com Congresso de Viena, fragmenta-se. Para a França ainda pertencem a Toscana, Parma e Módena. A Áustria, por sua vez fica com a Lombardia e Veneza. Os únicos a permanecer livres são os Estados Pontifícios, Nápoles e Piemonte. Surgem, nesse contexto, tentativas de unificação, que são abafadas. Mesmo assim, o movimento liderado por Piemonte consegue os primeiros resultados apoiado pela França.

Os primeiros territórios conquistados são os que estavam sob domínio Austríaco. Já em 1870, os Estados Romanos se integram ao novo reino, quando os exércitos italianos tomam Roma e a torna capital. No entanto, algumas regiões no extremo norte ainda ficam pertencendo a Áustria. Trento, Trieste, Ístria e o Sul do Tirol só se integram ao novo reino após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1919.

É em meio a esta instabilidade que se avolumam algumas contradições desse novo reino. A primeira, é a oposição entre o norte e o sul. No norte, onde se encontram as terras mais planas, se concentram a maioria das indústrias. O Sul e o centro, por sua vez estão atrasados e composto por latifúndios. Assim sendo, apesar de ter indústrias, sendo a mais expressiva a têxtil, o país recém unificado ainda é agrário. A indústria incipiente depende dos investimentos externos e não absorve a enorme quantidade de mão de obra disponível, que em sua maior parte se dedicam à agricultura. No entanto, os camponeses do sul trabalham pelo sistema de meias nas terras dos latifúndios, e os do norte, pequenos proprietários, são castigados com altos impostos e com os métodos atrasados de cultivos. Sem dúvida, esse conjunto de fatores modera o desenvolvimento econômico e condena as massas populares à

fome e a miséria. Por isso, que segundo Giron, a miséria é o principal fator da imigração.¹ Acrescenta-se a isso fatores como o sistema econômico vigente, as crises na agricultura, o esgotamento das terras como contribuintes para imigração².

Percebe-se então, que nesse contexto de luta pela unificação e formação de um estado nacional moderno, que ocorre em 1870, resulta a diferenciação, entre o norte e o sul, o que se torna um grande problema/desafio para o estado então unificado.

Com a unificação, ocorre o estímulo ao processo industrial, principalmente incentivando as indústrias siderúrgicas, mecânica de produção naval e ferroviária. No entanto, o capitalismo demonstra-se frágil no último quartel do século XIX, pois, inicialmente, ocorre o processo no qual se expandem as instalações industriais, aumenta-se o número de funcionários, salários e lucros. Estes empreendimentos, no entanto, não utilizam toda a capacidade produtiva e os custos aumentam. Consequentemente, o aumento dos gastos, gera muitos desempregados, faz diminuir os investimentos e o poder aquisitivo da população. Com a queda dos preços, ocorre um estímulo ao consumo e o esgotamento dos produtos e, novamente, os preços sobem. Em meio a essa realidade, os trabalhadores reivindicam melhores condições de trabalho e salário e os sindicatos começam a ser criados.

Em meio a essas tensões, os maiores prejudicados são as massas populares. Muitos destes pequenos agricultores vendem suas propriedades e se aventuraram na emigração. Além disso, as constantes guerras recrutam muitos jovens para os exércitos, e os separam de suas famílias por anos. Por isso, a emigração se torna a solução para a crise e os camponeses, ao partirem para a América, fugiam “da fome, do trabalho fatigante, da desnutrição, do salário irrisório, do alto alugel da terra, do serviço militar.”³ A emigração soluciona, portanto, os problemas individuais e igualmente resolve as questões sociais internas, bem como proporciona lucros.

Como Maestri afirma “em 1808 a chegada da família real ao Rio de Janeiro, marcou o início da vinda de levas de imigrantes europeus não-portugueses para o Brasil”⁴, no entanto, ela não tem a função de substituir a mão de obra escrava.

Com a extinção do Tráfico Negreiro, em 1850, uma nova política de Terras é adotada. Anteriormente, a terra significa de status social. Com a Lei de 18 de setembro de 1850⁵, a

¹ GIRON, Loraine S. Imigração Italiana no RS: Fatores Determinantes. In: DACANAL, J. GONZAGA, S. (Orgs) **RS: Imigração e Colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p.52.

² Ibid, p.52.

³ MAESTRI, Mário. **O Império: da Consolidação a Crise do Escravismo- 1822 -1889**. Passo Fundo: UPF, 2005.p.103.

⁴ Ibid, p.102.

terra se torna mercadoria e como tal pode ser transacionada. A referida lei estabelece o aproveitamento das terras devolutas do império, determinando diretrizes para a estruturação das colônias, assim como fixa normas para o pagamento dessas terras. As medidas básicas adotadas foram “léguas, travessões e lotes”⁶.

Portanto, com a extinção do tráfico negreiro os imigrantes devem substituir a mão de obra escrava. Nesse sentido, com a imigração de famílias camponesas objetiva-se a constituição de “pequenos proprietários agrícolas que abastece as capitais provinciais de gêneros alimentícios, fornecesse filhos aos exércitos reais, constituísse contraponto à população servil”⁷.

Ideologicamente, é necessário ter bem claro que a elite, com a vinda destes imigrantes europeus, pretende branquear a população, pois há o temor de que os negros tomem conta do país. Para justificar essa idéia defende-se a superioridade do trabalhador europeu, pois precisa-se de sua força de trabalho para produzir gêneros alimentícios, comprar a terra e branquear a população. A partir desse momento, valoriza-se o trabalho, considerado indigno para os homens livres, porque era feito por escravos.

A imigração italiana para o Rio Grande do Sul ocorre no último quartel do século XIX para completar o povoamento da província. Os italianos que chegam ao Rio Grande do Sul se estabelecem na zona da mata, que se situa entre a região dos campos de cima da serra, onde residem os pecuaristas descendentes de portugueses, a depressão central, onde estão os alemães, e a zona da campanha.

As primeiras colônias criadas foram as de Dona Isabel, hoje Bento Gonçalves e a Conde D`Eu, hoje Garibaldi, ambas em 1870. Tem-se também Campo dos Bugres, hoje Caxias do Sul, em 1875 e Silveira Martins, em 1877. Outro fator a ser considerado no processo de emigração, é que nem sempre os imigrantes tem vizinhos oriundos da mesma região, o que dificulta a comunicação, já que falam dialetos diferentes. Isto possibilita um maior controle desses imigrantes por parte do governo, assim como permite que eles mantenham muitos de seus traços culturais.

São estes traços, usos e costumes que marcam a identidade de um determinado grupo, e nação. O que se objetiva, no Estado Nacional Moderno, e, principalmente, no Estado Novo, é a inserção de todos os indivíduos na sociedade brasileira e mais que isso, a padronização

⁵ GIRON, Loraine S. Imigração Italiana no RS: Fatores Determinantes. In: DACANAL, J. GONZAGA, S. (Orgs) **RS: Imigração e Colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p.53.

⁶Ibid. p.53.

⁷MAESTRI, Mário. **O Império: da Consolidação a Crise do Escravismo- 1822 -1889**. Passo Fundo: UPF, 2005.p.102.

deles. Com língua única, símbolos nacionais idênticos, e em última instância, a criação de uma cultura e identidade nacional homogênea. Segundo Pesavento, isso é o que Hobsbawm e Ranger definem:

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar outros valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, continuidade em relação ao passado⁸.

No entanto, mesmo que se tenta homogeneizar estas diferentes culturas e identidades, isso, sem dúvida, não suprime as identidades locais ou grupais, somente abafa por um determinado período seus efeitos.

Com base nisso, então não há uma memória verdadeira, o que existe é a possibilidade de acessar uma memória reconstituída, e essa reconstituição cria ritos, símbolos, que através da prática unificam e dão sentidos a um grupo.

É nesse processo que a memória adquire um papel fundamental, pois a afirmação de uma identidade se dá pelo resgate histórico de um passado. A memória particular faz cada indivíduo “relembrar e reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade”⁹. A genealogia familiar é uma das possibilidades de acessar a memória. Padre Luiz Sponchiado faz este trabalho no Centro de Pesquisas Genealógicas, em Nova Palma.

Nova Palma, por sua vez, apresenta-se como um dos núcleos da Ex-Colônia Silveira Martins (1877) criado inicialmente sob a denominação de Soturno. Na Colônia Silveira Martins, os primeiros imigrantes italianos chegam aos 10 de janeiro de 1878. Após o povoamento da Sede desta colônia criam-se núcleos nos arredores.

O primeiro núcleo criado ficou a 35 km ao norte da sede, o atual município de Ivorá. O Engenheiro Siqueira Couto demarca os lotes 33, 34 e 35, que fica conhecido como o núcleo Soturno (depois Barracão, hoje Nova Palma), no encontro do Arroio Portela com o Rio Soturno, em 1884. Em 1885, a comissão demarcou um lote (367) para ser ocupado pelo denominado povoado de Geringonça, depois de Novo Treviso. Em 19 de outubro de 1890, ocorre a fundação do núcleo Ijuí-Grande¹⁰.

⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Invenção da Sociedade Gaúcha. In: **Ensaio FEE: A Sociedade Gaúcha**. Porto Alegre, ano 14, n.2, 1993, p.385.

⁹ AREVALO, Márcia Conceição da Massena. **Lugares de Memória ou a Prática de Preservar o Invisível Através do Concreto**. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol3n7/marcia.htm>. Acessado em julho de 2007, p 6.

¹⁰ SPONCHIADO, Breno. **Imigração e Quarta Colônia**: Pe. Luizinho e Nova Palma. Santa Maria: UFSM, 1996, p.63-64.

Dentro desses núcleos, a assistência religiosa se apresenta como uma preocupação dos imigrantes. Desde a chegada, os imigrantes procuram assistência religiosa, pois em sua maioria, são católicos. Por isso, é possível compreender o papel destacado da figura do sacerdote, que, muitas vezes, além de ser um líder religioso, é também um ativo líder político, regional, como é o caso do Padre Luiz Sponchiado que coordena o processo de emancipação política de Nova Palma e região, funda cooperativas e torna-se um pesquisador da imigração italiana para o sul do Brasil, especialmente da Quarta Colônia Imperial, criando o Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma.

O Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG), em Nova Palma é uma das instituições que vem desenvolvendo um trabalho de preservação e de pesquisa há mais de 20 anos na Quarta Colônia. Os seus trabalhos são voltados, especialmente, para as famílias de imigrantes italianos da Quarta Colônia Imperial: Silveira Martins.

Inicialmente Padre Luiz pesquisador é motivado pelo estudo da genealogia de sua família o qual procurava entre seus familiares depoimentos sobre a imigração e sua história. Partindo disso, resolve estudar o processo migratório dedicando-se às famílias desta Quarta Colônia através do estudo das “Anágrafes da colonização”¹¹. Nestas Anágrafes, aparecem anotados os nomes dos imigrantes de cada família e sua descendência, bem como a sua proveniência, os nascimentos, os casamentos e os óbitos.

O Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) é composto de um acervo de genealogias, cronologias, documentos, fotografias, livros, escritos, gravações e mais, tudo organizado pelo padre Luiz. Tem sua inauguração para visita ao público em 01 de junho de 1984 no centenário da criação do Núcleo Soturno. Este trabalho desenvolvido por Pe, Luiz é um exemplo de preservação do patrimônio cultural, vinculado à colonização italiana.

No entanto, junto a este Centro encontram-se muitos materiais que pertenceram aos imigrantes e seus descendentes e que necessitam de cuidados especiais, pois simplesmente estão guardados e sofrendo as ações do tempo. Neste sentido, a criação do Museu Histórico Municipal de Nova Palma seria fundamental para complementar o trabalho já desenvolvido pelo Centro de Pesquisas. Esta seria outra forma de preservar os traços culturais que determinam a constituição de uma memória e uma identidade ítalo-brasileira.

¹¹ “Anágrafe é outra denominação que se dá ao *Liber Familiarum* (Livro das Famílias)” segundo SPONCHIADO, Pe. Luiz. A Anágrafe de Nova Palma e os inícios da Colônia Silveira Martins. In: DE BONI, Luis A. (Org). **A Presença Italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1990.v.3, p.425.

Ao se observar as culturas locais nas regiões de imigração, particularmente a italiana, observa-se o surgimento de entidades de fomento e de preservação das tradições culturais “italianas” como Círculos e as Associações Italianas.

Nesse esforço de preservação, o que se observa é de que há algumas décadas esta reivindicação pela identificação ítalo-brasileira se torna recorrente entre as famílias de descendentes de imigrantes e como afirma Zanini:

O que as entidades italianas e os religiosos estavam promovendo – muitas famílias estavam incorporando-, era uma italianidade vivenciada desde dentro dos domínios familiares para fora, que permitia ao indivíduo expressar-se por intermédio dela. E mais do que isto, encontrar-se nela e dela tirar sentido para seus atos e existência¹².

Então, o que se processa é a construção de uma memória familiar de como viviam os antepassados, como se vestiam, ou seja, se constrói uma imagem do que é ser italiano hoje e dessa forma se cria uma identidade através dessas memórias, nas quais os descendentes de imigrantes italianos atribuem a si determinados valores e comportamentos e se cria, em última instância, uma identidade que dá sentido aos atos e existências das comunidades de descendentes e as diferencia das demais.

Ao entender-se que lembrar não é reviver algo, mas reconstruir, refazer depreende-se que a memória é uma construção social, pois o que será lembrado ou esquecido do passado também é uma escolha e depende “do grupo com o qual se convive e da valoração atribuída”¹³.

Neste sentido,

rememorar, colocar as lembranças em eixos, quando bem conduzidas, é um processo de reelaboração pessoal também pelo qual os indivíduos encontram, naquilo que possuem, ou julgam possuir, valor. E, nesse processo, o indivíduo se transforma em valor também. Não isoladamente mas enquanto membro de uma coletividade que partilha símbolos comuns e é reconhecida socialmente por seus feitos. Desta forma, compreendo a eficácia e aumento das reivindicações étnicas no cenário contemporâneo como um veículo pelo qual os indivíduos podem se expressar, em termos emocionais, com certa liberdade¹⁴.

Observa-se, com as idéias da autora, que ao atribuir valor aos objetos, fotografias, símbolos que dão unidade a determinada família, estes se tornam traços comuns de uma

¹² ZANINI, Maria Catarina C. **Italianidade no Brasil Meridional: A Construção da Identidade Étnica na Região de Santa Maria-RS**. Santa Maria: UFSM, 2006, p.15.

¹³ Ibid, p.23.

¹⁴ Ibid, p.24.

coletividade e dão unicidade ao coletivo. Revalorando esses símbolos, o próprio indivíduo é revalorado e se compreende como integrante da sociedade a qual pertence e, assim, responsável por construir a memória, uma trajetória de continuidade do que fazia parte do mundo dos antepassados que está presente hoje.

Assim, os descendentes constroem a memória e reivindicam para si uma identidade, valorizando-se como indivíduo, como grupo com características particulares permitidas pela ancestralidade italiana. Desta forma, esta memória pode estar assentada em distintos objetos como, por exemplo, “roupas antigas dos antepassados, em panelas, fotografias, cartas, baús, ou seja, objetos que possuem valor sagrado para os que com ele se relacionam e que se tornem símbolos de pertencimento guardados com muito esmero”¹⁵. Esses objetos se tornam símbolos de pertencimento, que “para além de seu valor efetivo, possui um valor simbólico que interage num mercado valorativo mais amplo. O descendente atual percebe a si mesmo como portador de uma história grupal e familiar que lhe agrega valor e pela qual ele deve zelar”¹⁶.

Essa memória construída é reelaborada a partir do presente com o intuito de projetar uma vida melhor. Por isso, a valorização do patrimônio cultural, a sua preservação, no caso de Nova Palma do Centro de Pesquisas e do Museu Histórico, proporciona a valorização dos indivíduos e a construção de uma memória através do valor dado a estes objetos particulares que são transformados em símbolos comuns desta comunidade que lhe dão unicidade e identidade. Sendo assim, a valorização do indivíduo também o torna responsável por essa história, e, como tal, ele deve fazer a sua parte para que ela contribua ao desenvolvimento da mesma e para um futuro mais digno para os que virão.

Observa-se então que a dicotomia lembrança e esquecimento caminham juntos, pois a memória é seletiva e está sempre em constante reconstrução. Por isso que ela cria identidades assim como é feita de escolhas e esquecimentos. De acordo com essas idéias, o patrimônio adquire importância como materialização de uma identidade, que antes de tudo já esta constituída no imaterial, ou seja, na memória de cada indivíduo. E, nesse sentido, estudar o patrimônio significa entender na construção de identidades coletivas, o papel da memória e o uso simbólico que os distintos grupos sociais atribuem aos seus bens como forma de referendar o passado.

Então como Gonçalves afirma:

¹⁵ ZANINI, Maria Catarina C. **Italianidade no Brasil Meridional: A Construção da Identidade Étnica na Região de Santa Maria-RS**. Santa Maria: UFSM, 2006, p.72.

¹⁶ Ibid, p.86-87.

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural, significa atribuir-lhes uma função de “representação”, que funda a memória e a identidade. Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de “patrimônio”, uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso a disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público. Na medida em que torno público um conjunto de objetos que, até então, tinham apenas existência privada altero as fronteiras entre um e outro domínio, altero minha posição em relação a interlocutores situados no espaço público¹⁷.

Portanto, a continuidade no tempo e o reconhecimento tanto político quanto social, buscado por grupos sociais distintos, são permitidos pelo patrimônio. Sendo assim, o museu é um local de patrimônio e de memória e história.

1.1 Conceitos e Fundamentos

É fundamental para este trabalho discutir alguns conceitos como patrimônio e museu além das mudanças ocorridas ao longo da história, bem como em todas as Ciências Sociais. Essas mudanças alteraram as concepções de história, memória, identidade e cultura. Também é importante analisar alguns documentos nacionais e internacionais que trabalham com os referidos conceitos.

Nesse sentido, observa-se que um conceito muito discutido e que sofreu alterações com o passar do tempo é o conceito de patrimônio. Normalmente identifica-se como o “conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem”¹⁸. Quando o reportamos para um território, passa a ser o “conjunto de bens que estão dentro de seus limites de competência administrativa”¹⁹. No que se refere ao patrimônio cultural, o conceito se altera conforme as mudanças ocorridas com o conceito de cultura. Assim, nos primeiros 50 anos do século XX,

¹⁷ Gonçalves (1996) apud OLIVEIRA, Alberto T. **Memória, Patrimônio, O Arqueólogo e a Cidade: Arqueologia Urbana e Preservação do Patrimônio Arqueológico**. Comunicação, [S.l.: s.n]. p.10-11.

¹⁸ BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas (SP): Papirus, 2001. p.9.

¹⁹ Ibid, p.9.

patrimônio cultural eram obras de arte consagradas, obras monumentais, propriedades de luxo que pertenciam a elite de uma definida sociedade.

Este patrimônio é o elo que liga o passado e o presente de um distinto grupo ou nação, possibilita a identificação e permite a continuidade histórica, conforme Gonçalves afirma:

Assim como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram herdados e que permanecem na família por várias gerações, também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos – aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Esses bens constituem um tipo especial de propriedade: a eles se atribui a capacidade de evocar o passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a continuidade da nação no tempo²⁰.

De acordo com isso, as obras de arte como a arquitetura, a escultura e a pintura são patrimônios culturais. No entanto, existem outras artes que, por não terem a mesma concretude que as acima citadas, muitas vezes são excluídas da compreensão, e, por conseguinte, da preservação já que não são vistas como patrimônio.

No presente, como afirma Barreto (2001), existe um consenso de que aquilo que se compreende como patrimônio cultural é tanto os “bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos”²¹. No entanto, esta transformação está diretamente relacionada às mudanças na concepção de história. O entendimento de patrimônio cultural como representação e afirmação de uma definida identidade se dá com a História Cultural em fins do século XX.

A História Cultural propõe, por meio das representações feitas, interpretar a realidade do passado procurando “chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo”²².

Dessa forma, é crucial entender que representação é uma construção elaborada a partir do real e envolve a percepção, a identificação, o reconhecimento, a classificação, a legitimação e a exclusão²³. Assim, indivíduos e grupos constroem sobre a sua realidade representações que dão sentido ao mundo. A esse conjunto de idéias e imagens de representação que eles elaboram para si em distintas épocas denomina-se imaginário. Este “comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e

²⁰ Gonçalves (1988) apud BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas /SP: Papyrus, 2001.p. 10.

²¹ BARRETO, BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas (SP): Papyrus, 2001, p.11.

²² PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.42.

²³ Ibid, p.40.

exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito”²⁴.

Atualmente, a história cultural adquire visibilidade pela renovação dos seus campos de pesquisas, da diversidade temática e de objetos, além da multiplicidade de fontes utilizadas, bem como das correntes da história. Para citar, uma destas correntes historiográficas é a micro-história, a qual se reduz a escala de análise, explorando intensivamente um objeto determinado, como Chartier afirma:

Cada micro história pretende reconstruir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que se opõem ²⁵.

Sendo assim, a história deixou de ser a dos grandes homens e feitos e o patrimônio

deixou de ser definido pelos prédios que abrigaram reis, condes e marqueses e pelos utensílios a eles pertencentes, passando a ser definido como o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade ²⁶.

Isso porque todos os segmentos que compõem a sociedade são dotados de história e devem ser estudados, da mesma forma que as interpretações feitas sobre as relações entre esses distintos segmentos.

Por isso, estudar o patrimônio, como diz Fonseca:

Implica em aludir sobre o papel da memória na construção de identidades coletivas e, igualmente, perceber os recursos que têm recorrido os estados modernos na legitimação da idéia de nação. Permeando essas questões deve-se considerar o uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens como meios de se referir ao passado, proporcionando prazer aos sentidos, produzindo e veiculando conhecimento²⁷.

É muito importante neste sentido discutir sobre o tema identidade. Na sociedade moderna são muitos os autores que abordam esta questão. Stuart Hall (2004) é um desses autores. Ele define três concepções de identidade: a primeira, ligada a um sujeito do iluminismo, o qual se remete a características racionalistas e individualistas do renascimento,

²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.43.

²⁵ CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p.84.

²⁶ BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas (SP): Papirus, 2001, p.11.

²⁷ Fonseca (1997) apud OLIVEIRA, Alberto T. **Memória, Patrimônio, O Arqueólogo e a Cidade: arqueologia urbana e preservação do patrimônio arqueológico**. Comunicação, [S.l.: s.n], [200-] p.9

baseado então, em um sujeito unificado e centrado; a segunda, relaciona-se a um sujeito sociológico que mantém as características individualistas e racionalistas, mas se compreende como integrante da sociedade, e por isso interage com o meio. Neste contexto têm-se as raízes de um sujeito que não possui uma identidade determinada. Sendo assim, à medida que se multiplicam as representações culturais, várias identidades se tornam possíveis, o que permite a identificação com cada uma, pelo menos por um tempo.

Na referida sociedade, as mudanças são rápidas, constantes e permanentes. Nesse sentido, a pluralidade de identidades possibilita o reconhecimento de suas consequências políticas, em que estas identidades mudam de acordo com os questionamentos sofridos pelos indivíduos, podendo estes ganhá-las ou perdê-las, como diz Hall. Nestas novas identidades surgidas, freqüentam movimentos sociais como, por exemplo: o feminista, o homossexual e o ecológico.

Sendo assim, Cuche (1999) afirma que essa identidade é tida “uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas”²⁸. Esse autor distingue identidade de cultura. A cultura depende de processos inconscientes. No entanto, se a identidade é um processo de pura escolha, nega-se a sua construção social, ou seja, “que se dá no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e, por isso mesmo, orientam suas representações e suas escolhas”²⁹. Dessa forma, a diferenciação e a identificação andam lado a lado, pois é percebendo a diferença que se observam os iguais. Assim, os usos de certos traços específicos marcam uma determinada identidade que a diferenciam das outras. Só que seus limites são tênues e facilmente mutáveis o que possibilita a transformação das identidades. Portanto as identidades culturais se associam a um sistema social onde cada indivíduo se localiza socialmente.

No Brasil, com a criação do estado nacional moderno, objetiva-se construir uma identidade nacional que suprima as demais, o que não ocorre. Tanto que após a década de 1970, observa-se a exaltação das diferenças, que se deva talvez a debilidade do estado-nação, o qual buscava criar uma cultura homogênea, tendo para isso um discurso que permitia a continuidade do passado histórico. Nesse sentido, Hall (2004) entende que estão sendo reforçadas as identidades locais como uma maneira de resistir ao processo de globalização, que tem sua origem com o capitalismo, na modernidade, originando identidades híbridas. Isso se deve a compreensão de tempo e espaço que esta globalização permite, pois os sistemas de comunicação ligados globalmente desvinculam essas identidades de seus tempos, lugares,

²⁸ CUCHE, Denys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 1999 p.176.

²⁹ *Ibid*, p.182.

histórias e tradições³⁰. Sendo assim, criam-se novas formas culturais, ou seja, as sociedades híbridas, nas quais existem conjuntamente diversas identidades e culturas.

Neste aspecto, é importante observar as culturas européias, em particular a dos “italianos” vindos para a Quarta Colônia de Imigração no Rio Grande dos Sul, que têm, neste retorno as identidades locais, seus descendentes cultuando tradições como se elas tivessem sido transportadas para cá e se mantivessem “originais”.

No entanto, o Estado de origem, recém unificado, marcado pelas identidades e culturas locais, que são trazidas na memória desses imigrantes e que, com o passar do tempo, se relacionam com outros grupos étnicos que aqui estão, se transformam e se mesclam. Por isso, não é possível dizer que a cultura italiana que aqui se vivencia é a mesma da Itália. Isso porque os descendentes elegem traços que os identificam com o que consideram como cultura italiana. Então, são estes traços comuns, selecionados na cultura popular regional/local desse grupo, que identificam os descendentes e ressaltam suas especificidades em relação aos outros grupos étnicos.

Por isso, quando se estuda a identidade reivindicada pelos descendentes de italianos, é fundamental entendê-la como “referência, conjunto de formas de ser, de valores e de códigos nos quais as pessoas se reconhecem. A adesão desse conjunto desenvolve nas pessoas o sentimento de pertença”³¹. E, sobre essa identidade e o sentimento de pertença que se destaca o entendimento de Pesavento:

A identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade. Frente ao eu ou a nós do pertencimento se coloca a estranheira do outro.³²

Dessa forma, é necessário entender como a diferença em relação aos outros é construída pelo imaginário. Integram esse imaginário social as representações de identidade que são fontes de práticas sociais as quais dirigem ações e orientam os julgamentos de valor. As referidas representações “são sempre qualificadas em torno de atributos, características e valores socializados em torno daqueles que integram o parâmetro identitário e que se colocam

³⁰ HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p.69.

³¹ D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Intervenções da memória na Historiografia: Identidades, Subjetividades, Fragmentos, Poderes. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC**. São Paulo: EDUC, nº. 17,1998. p. 280.

³² PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.89-90.

como diferencial em relação à alteridade”³³. É por conta da alteridade que na sua forma mais perversa nega o outro, que atualmente observa-se uma busca de reconhecimento por parte de grupos e minorias.

A criação de uma identidade de representação social própria envolve a elaboração de uma memória, e a preservação desta memória é uma necessidade das sociedades para a reelaboração de sua história, que como Arévalo (2007) afirma “o apelo que nossa sociedade faz de preservação de sua memória é, em última instância, a necessidade de reconstituição de si mesma, encarada como algo formado do passado para o presente, por isso preservar vestígios, trilhas, fósseis, etc”³⁴. Dessa forma, observa-se que Pierre Nora³⁵ analisa este tema dentro de um novo contexto historiográfico enfatizado principalmente após a década de 1970, período no qual há o entendimento de que todo o fazer histórico é uma narrativa, ou então, uma interpretação do passado, que o compreende como um processo. No entanto, a necessidade de “passado” é fato e se demonstra através da busca pela memória.

Essa busca pela memória responde à necessidade de identificação dos indivíduos contemporâneos, pois ao acessar essa memória reconstituída, se relegam sentido às identidades. Por esse motivo a memória é viva e dinâmica. Os lugares de memória, somente os são como tal se “a imaginação o investe de sua aura simbólica [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual”³⁶. É através da prática desses ritos que se juntam elementos particulares de um grupo, dando-lhe sentido. Assim, os lugares de memória para Nora são:

Espaços criados pelo indivíduo contemporâneo diante da crise dos paradigmas modernos, e com estes espaços se identificam, se unificam e se reconhecem agentes de seu tempo, isto é, a tão desejada volta dos sujeitos: “a atomização de uma memória geral em memória privada dá a lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga cada um a se relembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Este pertencimento em troca o engaja inteiramente”³⁷

Assim como, estes lugares são formas de acesso

a uma memória, que não é memória, é história, porque está reconstituída através de vestígios, e, mais importante, uma memória que é reivindicada e não espontânea,

³³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.90.

³⁴ AREVALO, Márcia Conceição da Massena. **Lugares de Memória ou a Prática de Preservar o Invisível Através do Concreto**. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol3n7/marcia.htm>. Acesso em julho de 2007. p.4.

³⁵ Nora (1993) apud AREVALO, Márcia Conceição da Massena. **Lugares de Memória ou a Prática de Preservar o Invisível Através do Concreto**. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol3n7/marcia.htm>. Acesso em julho de 2007. p.4.

³⁶ AREVALO, op cit, 2007, p.5.

³⁷ Ibid, p.6.

[.....]. Essa memória não é mais construída no grupo, mas para o grupo pela história, para que este possa nela encontrar elementos que legitimem sua ação política no presente³⁸.

Sendo assim, quando se lembra algo, não se revive, mas se reconstrói, se refaz, se repensa com a maturidade atual, as experiências do passado. Assim, não existe cultura superior ou inferior, mas sim a que nível de poder está relacionada.

A construção da identidade no mundo contemporâneo está, portanto vinculada à interação do sujeito com o seu meio social, permitindo que o indivíduo se localize socialmente. Nesta perspectiva, pretende-se trabalhar a construção identitária e assim do patrimônio referente à cultura ítalo-brasileira da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

1.2 O Processo Histórico da Concepção do Museu

Neste estudo é importante fazer uma síntese histórica do processo de concepção de Museu que, para isso, teve por base, principalmente, a autora Marlene Suano (1986).

A instituição museu tem origem na Grécia Antiga, o “mouseion”, ou então “casas das musas” que é uma mescla de instituição de pesquisa e templo, atrelado ao saber filosófico. As musas são filhas da divindade da memória, ou seja, “Mnemosine” com Zeus. Esse “mouseion” é um

local privilegiado, onde a mente repousava e onde o pensamento profundo e criativo, liberto dos problemas e aflições cotidianos, poderia se dedicar às artes e às ciências. As obras de arte expostas no mouseion existiam em função de agradar as divindades do que serem contempladas pelo homem³⁹.

Com base nisso, observa-se que as obras de arte, naquela época tem somente a função de agradar as divindades. É com a dinastia dos Ptolomeus, no Egito, que Alexandria cria o seu “mouseion” que tem por objetivo ensinar e discutir questões religiosas, mitológicas, astronômica, filosóficas, geográficas, etc. Também se constata que, com o decorrer do tempo,

³⁸ AREVALO, Márcia Conceição da Massena. **Lugares de Memória ou a Prática de Preservar o Invisível Através do Concreto**. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol3n7/marcia.htm>. Acesso em julho de 2007, p.11.

³⁹ SUANO, Marlene. **O Que É Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.10-11.

as diversas compilações sobre temas estavam ligadas a palavra museu, sem que houvesse as instalações físicas.

O museu se origina também da organização de coleções que ao mesmo tempo retratam “a realidade e a história de uma parte do mundo, onde foi formada, e, também, daquele homem ou sociedade que a coletou e transformou em coleção”⁴⁰. Assim, naquela época as coleções podem ser visitadas, pois, algumas coleções particulares são abertas à visita, no entanto vale mencionar que o público que as freqüentava era restrito.

Para os romanos, o museu é um lugar da “villa” onde se realizavam reuniões, e aparece em Roma com a admiração a cultura grega. Na Idade Média, os reis possuem grandes tesouros, mas o seu encanto reside na sua intocabilidade. Como, então, o cristianismo prega o desprendimento dos bens materiais, a igreja recebe muitas doações e constitui grandes tesouros. As igrejas e monastérios vão expor ao público suas coleções em ocasiões raras. Em função disso, no fim da Idade Média, alguns príncipes das cidades-repúblicas italianas se destacam com seus tesouros particulares.

Com o Renascimento, objetos das civilizações grega e romana adquirem grande valor para os colecionadores assim como as artes, sobretudo a pintura, escultura e arquitetura que são valorizadas e há um grande incentivo à produção artística. Esses colecionadores são príncipes europeus que financiam artistas contemporâneos e adquirem boa parte das produções e as integram as suas coleções. É neste período que a concepção de colecionismo é renovada, pois tais objetos são imbuídos de um valor científico⁴¹.

Na Modernidade o papado, com o papa Pio VI, é quem pela primeira vez, abriu suas coleções ao público. Com a Reforma Religiosa, a Igreja Católica Romana perde o controle de grande parte do mundo cristão. Com a Contra-Reforma Católica, criam-se instrumentos para a transmissão da cultura em defesa da preservação da sociedade cristã, como por exemplo, a Biblioteca Ambrosiana e a Academia de Belas Artes, em 1601, pelo Arcebispo de Milão, Frederico Borromeu. Essa última fez de seu museu um centro de produção artística, destinado a artistas de estética aprovada pela Igreja. Assim, “ao final do século XVII e começo do XVIII viu-se a cristalização da instituição museu em sua função social de expor objetos que documentassem o passado e o presente e celebrassem a ciência e a historiografia oficiais”⁴².

Já em fins do século XVII, galerias de alguns palácios reais são abertas para visita de artistas e estudantes, como é o caso da galeria de Apolo, no Palácio do Louvre. Mas, é com

⁴⁰ SUANO, Marlene. **O Que É Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.12.

⁴¹ Ibid, p.15-16.

⁴² Ibid, p.23.

a política mercantilista dos séculos XVI-XVIII que se cria um política educacional e cultural que amplia, em parte, o acesso às grandes coleções. Como Suano afirma, o grande problema da visitação pública indiscriminada “é que na Europa, até o século XVIII e mesmo XIX, era muito grande o número de pessoas incapazes de ler ou escreve, sem nenhuma educação ou informação sobre o mundo para além de sua pequena vila ou cidade”⁴³.

Mesmo que com a modernidade ocorre o processo de laicização da cultura, em que a produção cultural até então dominada pelos clérigos, se estende aos leigos, visitar um museu e participar dessa produção artística ainda é privilégio para poucos. Com os nacionalismos do século XVIII, questiona-se pela primeira vez o verdadeiro pertencimento destas riquezas, ou seja, se ela pertence aos príncipes e reis ou ao povo. Dessa forma, o museu deve se tornar propriedade do Estado Nacional.

É importante entender que neste período a Europa vivia sob uma crescente tensão social, em que o autoritarismo dos reis juntamente com a nobreza chega a níveis extremos e a população começa a reagir. Exemplo desse fenômeno é a decapitação do rei Carlos I, na Inglaterra em 1649, que servirá de base para a Revolução Francesa de 1789. Diante dessas tensões, o museu deve atender às necessidades da nova classe dirigente, a burguesia. Nesse sentido, criam-se quatro museus: o Museu do Louvre aberto em 1793, disponível ao público francês indistintamente, com acesso às coleções do rei Luiz XVI; o Museu dos Monumentos, o qual objetivava “reconstruir o grande passado da França revolucionária e que privilegiou os frutos do neoclassicismo em detrimento do patrimônio herdado do período medieval”⁴⁴ e o Museu de História Natural e o Museu de Artes e Ofícios dirigidos ao exercício do pensamento científico. Nesse período ainda são revistas as concepções de qual público poderia visitar o museu.

É nesse período que alguns museus, além do Louvre, são considerados os maiores museus da Europa: “o Belvedere de Viena (1783), o Museu Real dos Países-Baixos, em Amsterdam (1808), o Museu do Prado, em Madri (1819), o Altes Museum, em Berlim (1810), o Museu do Hermitage, em Leningrado (1852)”⁴⁵.

No entanto, nessa época, nem todos os museus públicos surgem dessa forma. Nos Estados Unidos esse processo se dá de forma diferente. Lá, os museus já são criados como instituições voltadas para o público, em que qualquer indivíduo pode visitá-lo pagando uma pequena taxa. O Museu Peale inova no campo educacional, pois exhibe animais em imitações

⁴³ SUANO, Marlene. **O Que É Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.26.

⁴⁴ Ibid, p.28.

⁴⁵ Ibid, p.29.

de seu habitat natural. Segundo Suano (1986), em 1872 cria-se o maior museu, mais importante das Américas, o Museu Metropolitano de Nova Iorque. Quanto à América do Sul, os mais antigos museus abertos por iniciativa de D. João VI são respectivamente de 1815 e 1818: o da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro e o Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Data de 1857 o entendimento do papel educativo do museu. John Ruskin, estudioso da arte, na Inglaterra, propõe que se apresentem os objetos de forma crítica.

Neste período, como já mencionado, são criados vários museus, e surge uma nova tipologia de museu: o museu a céu aberto, que consiste em um

conjunto de edifícios que ilustram o modo de vida de uma dada comunidade em uma determinada época do passado: residências, escola, igreja, moinho, galpões de artesanato, cervejaria, matadouro, etc., etc., etc. A principal técnica museográfica deste tipo de museu é criar um ambiente em tudo parecido com o real, evitando ao máximo vitrinas, legendas, enfim, tudo o que possa lembrar o aparato tradicional de um museu⁴⁶.

Um exemplo deste tipo de museu é o parque de Skansen, de 1891 em Estocolmo, na Suécia, criado pelo filólogo Artur Hazelius. É um espaço “onde pode-se visitar diversos tipos de construções rurais, uma igreja antiga, fazendas, moinhos, *ateliers* espalhados no meio de um parque botânico e zoológico”⁴⁷. Este museu é muito eficiente como “agente agregador e formador “de consciência nacional”⁴⁸.

Na Alemanha, são criados vários museus durante o “regime nacional-socialista”⁴⁹, que procuram louvar a raça e a terra valorizando a riqueza de uma determinada região, uma indústria antiga e personagens locais utilizados no intuito de afirmar sua ligação com à Pátria. Neste sentido, o museu é usado para estimular ou enraizar a consciência nacional, num período de delimitação de fronteiras e onde os Estados procuram afirmar-se.

No século XX, o museu já não tem mais o objetivo de afirmar a burguesia enquanto classe social e não responde aos anseios da sociedade pós-revolução industrial. Por isso, essa instituição torna-se dispensável, e já nas primeiras décadas deste século muitas coleções se perdem em vários museus.

⁴⁶SUANO, Marlene. **O Que É Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.66.

⁴⁷SOARES, Bruno C. B. O Novo Museu Na América Latina: Novos paradigmas para uma Nova Museologia. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 8., 2007, Bahia. p.4. (Texto referente a trabalho apresentado).

⁴⁸SUANO, op cit, 1986. p. 69.

⁴⁹SOARES, op cit, 2007. p.4.

Com a Revolução Russa de 1917, não destruiu-se as coleções da aristocracia, pelo contrário, muitas são desmembradas para constituir outros museus. Eles são assim colocados de forma a possibilitar determinadas interpretações sobre o passado e a transmitir mensagens ideológicas para o futuro. As obras são expostas de forma que mostrem o contexto de sua produção⁵⁰.

Nos Países do Leste Europeu, assim como na União Soviética, os museus se desenvolvem da mesma forma que na Rússia.

Nos Estados Unidos, eles estão inseridos na produção capitalista e tem ligação com a “indústria cultural, a universidade, com a produção artística”⁵¹. Nos anos 60, são criados movimentos na Europa com o objetivo de dinamizar os museus. A França e a Itália inovam os programas culturais e ganha destaque a figura o museólogo e o agente cultural, sem, no entanto ter uma definição precisa.

É no pós-segunda guerra que o museu se desloca até a escola com os “museubus”. Isso ocorreu porque, neste momento, as discussões centram-se no entendimento da sociedade no qual os museus estão inseridos e de que forma eles podem servi-la.

Neste contexto, é importante os estudos de Hugues de Varine, que critica o museu clássico e centra-se no conceito de Ecomuseu baseado nas experiências com o “Ecomuseu de Creuzot, na França”⁵². Ele propõe que o museu deve ser a soma do território, do patrimônio e da população. Dessa forma, Scheiner define este novo museu da seguinte maneira:

Ecomuseu – modalidade de museu de território onde as relações entre homem, cultura e natureza se dão de modo tal a definir processos e produtos específicos de memória e identidade de grupo. No ecomuseu, o conceito de público é substituído pelo conceito de comunidade. É fundamental, no ecomuseu, a relação entre os atores de cada comunidade, sendo as relações definidas mediante processos continuados de negociação. Ecomuseus estudam, documentam, conservam e interpretam o patrimônio integral (natural e cultural, tangível e intangível) de uma localidade ou território, bem como os processos sob os quais evolui este patrimônio. Geralmente sua sede (ou núcleo) é constituída por um museu do tipo tradicional, gerida pela comunidade. Também denominado Museu Integral, ou Museu Total, por lidar com conjunto de referências em sua integralidade⁵³.

⁵⁰ SUANO, Marlene. **O Que É Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.52.

⁵¹ Ibid, p.54.

⁵² AQUINO, Ricardo. Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea: da coleção a criação. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Museus e Centros Culturais. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Nº 3 Brasília, 2007. p.54.

⁵³ Scheiner (1998) apud AQUINO, Ricardo. Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea: da coleção a criação. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Museus e Centros Culturais. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Nº 3 Brasília, 2007. p. 54.

Da mesma forma, Giraudy diz que o ecomuseu integra os habitantes, os visitantes e a ecologia da região, sendo assim

Um ecomuseu é um espelho no qual a população olha para si mesma para reconhecer-se, procura a explicação para o território ao qual está ligada, juntamente com a das populações que a precederam na descontinuidade ou na continuidade das gerações. Um espelho que essa mesma população estende a seus hóspedes, para fazer-se melhor entender no seu trabalho, seus comportamentos, sua intimidade.

É um museu do homem e da natureza. Nele o homem é interpretado em seu meio natural [...]. É um museu do tempo, quando a explicação remonta além do momento em que o homem apareceu, escalona-se através dos tempos pré-históricos vividos por ele, desembocando no tempo em que está vivendo. Abrindo-se em direção ao amanhã, sem no entanto colocar-se como tomador de decisão, o ecomuseu desempenha um papel de informação e de análise crítica.

Um museu do espaço...

Um conservatório, na medida em que ajuda a preservar e a valorizar o patrimônio da cultura e da natureza de determinada população.

Um laboratório, na medida em que é matéria de estudos teóricos e práticos em torno dessa população e seu meio ambiente.

Uma escola, na medida em que auxilia na formação de especialistas interessados nessa população e seu meio, incitando-a a apreender melhor os problemas de seu próprio futuro⁵⁴.

Por isso, o museu, que inicialmente não passa de coleções particulares, se transforma em serviço público num conservatório, laboratório, numa escola, contrapondo-se ao museu fechado, tornando-se aberto, no qual a população se expressa e identifica.

É importante salientar que os objetos expostos nos museus são sempre ressignificados possibilitando a continuidade/vínculo com o passado histórico e permitindo que as pessoas se identifiquem, e, ao se identificarem, compreendam-nos como patrimônio. O museu seria o campo dos confrontos, dos debates, pois na exposição embuída de juízos de valor é possível identificar-se e identificar o diferente.

Da mesma forma que as transformações ocorridas com entendimento do que é museu e do foco em que ele atua, a Museologia também identifica seu objeto de estudo. Desloca-se, então, principalmente no século XX, “das coleções para as relações do homem com seu patrimônio, redefinindo o papel social da instituição ou do processo museológico”⁵⁵.

Alguns teóricos entendem que esta Nova Museologia, no decorrer do século XX, se trata de uma renovação, ao passo que outros a consideram como uma outra Museologia.

⁵⁴ GIRAUDY, D.; BOUILHET, H.. **O Museu e a Vida**. Tradução Jeanne France Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro RS; Belo Horizonte: UFMG, 1990, p. 37-39.

⁵⁵ DUARTE CANDIDO, Manuelina M. **Patrimônio Cultural e Participação Popular: Perspectivas da Museologia**. Santa Catarina: UNIVALE, 2006. p.1

De acordo com essa idéia, a coleção que embasa o museu tradicional dá lugar ao patrimônio cultural e histórico desta comunidade, fundando assim, o que se conhece como museu integral. Dessa forma, o referido museu é ordenado em torno deste patrimônio fixado em um definido território, que é ocupado por um específico número de pessoas.

Para Heloisa Barbuy (1989), essa Nova Museologia seria “uma filosofia guiada pelo sentido de dessacralização dos museus e, sobretudo, de socialização, de envolvimento das populações ou comunidades implicadas em seu raio de ação”⁵⁶. Por isso, é fundamental estudar a relação entre o homem e sua realidade, pois esta compreensão de inserção na realidade possibilita a transformação da mesma.

Para Cristina Bruno (1995), existe uma única Museologia, a que recebe a denominação de Nova seria relativa ao encontro de Quebec no ano de 1984. Para essa autora, a Museologia “deve preocupar-se em identificar e analisar os comportamentos do ser humano com seu patrimônio, desenvolvendo processos que transformem esse patrimônio em herança, e determinem a construção de uma determinada identidade”⁵⁷. Mário Chagas (1996) compreende que todas as relações do homem com sua realidade, o universo de maneira global, pode ser estudados neste lugar específico que é o museu.

Para compreender melhor essas discussões em torno da Museologia é fundamental analisar o impacto dos eventos que a discutem.

1.3 Eventos que Discutem o Papel do Museu e da Museologia

Dentre muitos eventos que se propõem a discutir as questões do papel do museu e da museologia destaca-se alguns: *O Seminário Regional da UNESCO*, do Rio de Janeiro, em 1958; *A Mesa Redonda de Santiago*, no Chile, em 1972; *A Declaração de Quebec*, em 1984; *A Declaração de Caracas*, em 1992; *A Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, de 1989; *A Carta de Mar Del Plata*, de 1997; *A Carta de Fortaleza* de 1997; *O Decreto Lei nº 3.551*, de 2000; *A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio*

⁵⁶Barbuy (1989) apud DUARTE CANDIDO, Manuelina M. **Patrimônio Cultural e Participação Popular: Perspectivas da Museologia**. Santa Catarina: UNIVALE, 2006. p.4.

⁵⁷ STEFANELLO, Liriana Zanon. **História, Museu e Patrimônio Cultural: A Imigração Italiana e o Município de Nova Palma**. 2007. 65f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007. p.26.

Cultural Imaterial, de 2003; *IX Conferência Ibero-Americana de Cultura*, de 2006 e a *Declaração de Cidade de Salvador*, de 2007.

Em 1958, no Rio de Janeiro, acontece *O Seminário Regional da UNESCO* (Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura) sobre a Função Educativa dos Museus. Este seminário propõe uma reflexão sobre o papel do museu como um espaço para a educação inserindo-o na comunidade com caráter dinâmico, que propicie além da educação a transformação e o desenvolvimento, respondendo assim às necessidades sociais desta comunidade.

A *Mesa Redonda de Santiago*, no Chile, em 1972, afirma que os museus devem se integrar à vida da sociedade, introduzindo então a idéia de museu integral, além de participar da mudança social sendo seu instrumento dinâmico. Neste contexto, o museu na América Latina:

Pode contribuir para o engajamento desta comunidade na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais⁵⁸.

Estes avanços em relação à concepção de museu são tardiamente compreendidos, mas neste evento o papel social do museu ganha maior ênfase.

Essas discussões tem continuidade com a *Declaração de Quebec* em 1984, a qual consiste em movimento de diversos países que possuem idéias vagas de novas formas de museologia. É indispensável à Nova Museologia a interdisciplinaridade. Esta consiste em não só observar, mas também realizar, como sustentáculo da reflexão e da intervenção. O essencial desse evento é que confronta “a comunidade museal com uma realidade museológica profundamente alterada desde 1972, por práticas que revelam uma museologia ativa, aberta ao diálogo e dotada de uma forte estrutura internacional autônoma”⁵⁹.

Vinte anos após a Mesa Redonda de Santiago, seus princípios novamente suscitam debates. É, em 1992, com a *Declaração de Caracas*, que o entendimento de museu integral se amplia. Essa ampliação consiste em, além de compreender que o museu é meio pelo qual a população se compreende como agente de mudança social, é importante que o museu transponha seus muros abarcando o entorno e a realidade na qual está inserido. É com este

⁵⁸ ARAUJO, M. M.; BRUNO, M. C. (Orgs). **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – Documento e Depoimentos**. [S.l]: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. p.21.

⁵⁹ Ibid, p.28.

evento que é reconhecido oficialmente que o museu possui compromisso com a comunidade no qual está inserido.

Sendo assim, o papel do museu na América Latina, contemporaneamente é o seguinte:

O museu deve contribuir para o reconhecimento das identidades culturais, para seu fortalecimento e para o reconhecimento da existência de outras culturas, que merecem igual respeito. A segunda grande tarefa é proclamar a necessidade de um desenvolvimento humano integral, cujo ator principal é o homem, caracterizado por uma cultura e inserido em um meio ambiente devidamente preservado, utilizado racionalmente para a sobrevivência das atuais gerações, porém cuidadosamente conservado para garantir os direitos das gerações futuras⁶⁰.

Apesar do *Seminário Regional da UNESCO*, no Rio de Janeiro, em 1958, é somente em 1970 que o Brasil cria um órgão nacional para a defesa do patrimônio cultural, seja este patrimônio arqueológico, arquivístico, museológico, bibliográfico, históricos, etc. Com este mesmo pensamento, incentiva-se a criação de órgãos estaduais e municipais que corroborem para tal fim. Neste momento também é sentida a falta de profissionais que trabalhem com esse patrimônio, por isso é indispensável a especialização de profissionais para atuarem na defesa do patrimônio ligados então ao DPHAN ((Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que neste período é elevado a Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁶¹.

Anteriormente a este período, alguns governos já tomaram algumas iniciativas em relação ao patrimônio. Gustavo Capanema, como Ministro da Educação, de 1934-45, cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeiro órgão amparado pela lei e pensado por Mário de Andrade em 1937. Getúlio Vargas, em 1940 dispõe sobre aplicação e aceitação de donativos particulares pela SPHAN. Esta assume a categoria de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN, em 1946.

Somente 40 anos após, com o então Presidente da República José Sarney, que é votada a lei que tem seu nome pela Câmara no Senado, com o objetivo de investir, com dinheiro da iniciativa privada para a resguarda do patrimônio.

A política de tombamento dirigiu-se para a preservação de conjuntos. Sendo assim, cria-se em 1973 o Programa de Cidades Históricas (PCH); dois anos depois o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), o qual o IPHAN incorpora em 1979. Tudo isso com o objetivo de que a comunidade se envolva efetivamente na preservação de seus bens

⁶⁰ ARAUJO, M. M.; BRUNO, M. C. (Orgs). **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – Documento e Depoimentos**. [S.l.]: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995, p.10.

⁶¹ SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia Aplicada aos Museus**. São Paulo: Mackenzie, 2000. p.35-37.

culturais. É criado neste mesmo ano a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Pró-Memória/Programa Nacional de Museus. À primeira cabe a preservação do acervo cultural e paisagístico brasileiro e à segunda proporcionar os meios e recursos para agilizar o trabalho da Secretaria⁶², pelo Ministério da Educação e Cultura.

A *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*⁶³, resultado da conferência geral da UNESCO de 1989, considera a cultura tradicional e popular patrimônio universal da humanidade e um meio de aproximação entre os distintos povos e grupos sociais e também de afirmação destas identidades. Sendo assim, esta cultura viva necessita ser preservada pelo seu caráter de extrema fragilidade. Por isso, é responsabilidade tanto do governo, quanto dos órgãos distintos divulgar e fazer cumprir estas recomendações.

De acordo com esse documento, entende-se por cultura tradicional e popular o conjunto de criações de uma comunidade embasadas na tradição que atendam a uma determinada comunidade, seja individualmente ou coletivamente com traços, normas, valores que os identifiquem e os liguem. Por isso, a importância de pesquisar, conservar e transmitir as tradições para que não se extingam e para que, através do estudo, possibilitem a compreensão do processo de modificação das tradições.

Assim, para que a cultura não se perca com a globalização, é necessário uma atuação forte dos estados membros para assegurar essas tradições, seja através de programas de ensino, garantindo o acesso dessas comunidades a sua própria cultura, prestando apoio financeiro, seja pelo estudo das tradições ou também por meio de eventos que divulguem esta cultura, com a difusão de materiais na imprensa, criação e apoio aos serviços de produção de materiais educativos, ou do intercâmbio para as discussões tanto em nível nacional como internacional. Tudo isso com o intuito de proteger de todo e qualquer ato de deterioração a cultura tradicional e popular. Já que ela é uma fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável.

Outro evento foi a *Carta de Mar Del Plata*⁶⁴, de 1997, que aborda as preocupações que os países membros do Mercosul tem em relação ao seu patrimônio intangível. Eles entendem que por meio da integração concretizada por esta união, legitimam-se as aspirações dos povos membros de sustentabilidade sobre essa diversidade cultural em busca de uma vida

⁶² SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia Aplicada aos Museus**. São Paulo: Mackenzie, 2000, p.35-37.

⁶³ UNESCO. **Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular**. Paris, 17 out – 16 nov. 1989. Disponível: <http://www.mp.sp.gov.br/caouma/docstextos/amb/patrcultural/recomendsalvacult.htm>. Acesso em 25 jul. 2008.

⁶⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Mar Del Plata sobre o Patrimônio Intangível**. Mar Del Plata, 10-13 jun. 1997. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=269>. Acesso em 25 jul. 2008.

melhor e por isso defender tal patrimônio. Neste sentido, torna-se prioridade o patrimônio e definem-se princípios e recomendações sobre tal tema. Assim sendo, afirma-se que essa integração deve aceitar a diversidade de culturas e entendê-la como fator positivo para o desenvolvimento tanto da região quanto da pessoa humana. Essa integração deve ser compreendida historicamente, pois o contato sucessivo de diversos povos torna essa região peculiar e distinta e por isso é importante valorizar esta diversidade e não uniformizar.

Desta forma, cabe aos organismos internacionais, aos governos da região e às diversas instituições gerar e garantir que ações sejam efetivadas e promovam este desenvolvimento de diversas formas, seja através de registro, catalogação, criação de um banco de dados, de pesquisa sobre as distintas culturas, como também a publicação deste material através de cartilhas, de uma rede de informações, espaços de difusão nos meios de comunicação, a criação de disciplinas curriculares que valorizem esta cultura, de projetos e principalmente, é importante que haja uma articulação entre essas políticas de preservação patrimonial e o turismo.

A *Carta de Fortaleza*⁶⁵ é o documento resultante do Seminário em comemoração aos 60 anos de criação do IPHAN. Nela discute-se estratégias e formas de proteção do patrimônio cultural imaterial. O objetivo é eleger diretrizes para a criação de instrumentos legais e administrativos para a proteção, promoção, identificação de bens que sejam referência à identidade, à ação e à memória dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira.

Neste sentido, o IPHAN fica incumbido do papel de identificar, documentar, proteger, fiscalizar e promover, em nível nacional, o patrimônio nacional brasileiro que é composto por bens de natureza material e imaterial e este último deve ser objeto de proteção específica. Para isso, é necessário que se constitua um banco de dados acerca destas manifestações que necessitam de proteção, que se busque parcerias com entidades públicas e privadas, que se trabalhe conjuntamente com outros órgãos e que se crie um programa nacional de educação patrimonial assim como uma política nacional de preservação do patrimônio cultural.

O *Decreto Lei nº 3.551*⁶⁶ de 2000 institui o registro dos bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. O registro destes bens se dá nos seguintes livros: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e

⁶⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Fortaleza**. Fortaleza, 10-14 nov. 1997. Disponível: <http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/legislação/cartas/fortaleza.shtml>. Acesso em 25 jul. 2008.

⁶⁶BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Decreto nº 3.551**. Brasília, 4 ago. 2000. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>. Acesso em 25 jul. 2008.

Livro de Registro dos Lugares. Outros livros podem ser abertos para a inscrição de bens que não se enquadrem nos livros descritos.

Já com a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, resultado da conferência geral da UNESCO em 2003, o patrimônio é considerado também fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento. Por isso, as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, igualmente os objetos e lugares, que a comunidade, grupos e indivíduos entendem como participantes de seu patrimônio cultural e que é transmitido de geração em geração e constantemente reelaborado em função das diversas interações, despertam um sentimento de identidade e, contribuem para o respeito à diversidade cultural⁶⁷. Desta forma, o que se objetiva com essa convenção é que se criem medidas que viabilizem a preservação do patrimônio imaterial assim como sua identificação, documentação, investigação, proteção, valorização, transmissão e revitalização.

Por isso, cabe a todos os estados membros a convenção, assim como ao comitê criado com o objetivo de salvaguardar este patrimônio, vigiar para que as medidas definidas sejam efetivadas, disponibilizando meios para isso. No entanto, é necessário que se identifique e inventarie os diversos elementos desse patrimônio cultural e cada estado deve definir políticas, fomentar estudos e adotar medidas para a preservação de tal patrimônio assim como, empenhar-se na conscientização, na educação e na disseminação dessas informações.

Então, como se percebe, todos esses documentos reconhecem a importância do patrimônio cultural principalmente imaterial, assim como a necessidade de criação de medidas e políticas de proteção, divulgação e preservação dos bens culturais.

Para isso, o entendimento de que existe uma diversidade cultural, principalmente na América do Sul e no interior de cada Estado membro, é fundamental para a criação de decretos e órgãos que se dediquem exclusivamente ao estudo e a proteção de tais bens. Além disso, percebe-se a construção histórica do que é entendido como patrimônio cultural imaterial, a qual inicia com as discussões de 1989, com a recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular.

Como toda a construção histórica, a busca atual mais fortemente sentida de identificação é uma necessidade histórica e, por isso, preserva-se a memória e os traços que permitam a continuidade entre o passado e o presente garantindo a perpetuação para o futuro.

⁶⁷ UNESCO. **Convenção Para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Tradução Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2006. p.2
Disponível: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540POR.pdf>. Acesso em 16 dez. 2007.

Além destes eventos merece destaque a *IX Conferência Ibero-Americana de Cultura*, realizada nos dias 13 e 14 de julho de 2006, em Montevideu. É resultante deste evento a Carta Cultural Ibero-Americana que procura propiciar o desenvolvimento da diversidade cultural nos países integrantes, assim como, serve como instrumento de cooperação cultural que contribui na Ibero – América “para o desenvolvimento integral do ser humano e a superação da pobreza”⁶⁸.

Assim sendo, é fundamental entender o que é patrimônio cultural

Patrimônio cultural representa uma longa experiência de modos originais e irrepetíveis de estar no mundo, e representa a evolução das comunidades ibero-americanas e, por isso, constitui a referência básica de sua identidade. Integram o patrimônio cultural da Ibero América tanto o patrimônio material como o imaterial, os quais devem ser objetos irrenunciáveis de especial respeito e proteção.⁶⁹

Então, o patrimônio faz parte da identidade dos povos, “e é por meio por meio do reconhecimento, transmissão e proteção que esses povos garantem a reafirmação de seus componentes próprios e identitários, assim como um reconhecimento social e cultural”⁷⁰.

A *Declaração da Cidade de Salvador*⁷¹ resultante do 1º Encontro Ibero-Americano de Museus ocorre em 2007 na Bahia e dita as diretrizes para os museus. Ela ainda propõe a valorização da diversidade cultural presente na Ibero – América através dos museus para que eles

sejam territórios de salvaguarda e difusão de valores democráticos e de cidadania, colocados a serviço da sociedade, com o objetivo de propiciar o fortalecimento e a manifestação das identidades, a percepção crítica e reflexiva da realidade, a produção de conhecimentos, a promoção da dignidade humana e oportunidades de lazer⁷².

Observa-se portanto, que esses documentos deixam claro a importância da integração dos povos, não para uniformizar culturas, mas para permitir o reconhecimento do diferente e

⁶⁸ UNESCO. **Carta Cultural Ibero-Americana**. Montevideu, 13-14 jul. 2006. p.5. Disponível em: <http://www.oei.es/cultura/cCultural.pdf>. Acesso em 16 dez. 2007.

⁶⁹ Ibid, p.5.

⁷⁰ STEFANELLO, Liriana Zanon. **História, Museu e Patrimônio Cultural: A Imigração Italiana e o Município de Nova Palma**. 2007. 65f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007. p.29.

⁷¹ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Museus e Centros Culturais. Declaração da Cidade de Salvador – **Primeiro Encontro Ibero-Americano de Museus**. Bahia, 26-28 Jun. 2007. p.1-4.

⁷² Ibid, p.4.

principalmente o respeito a este diferente, possibilitando assim também o desenvolvimento das diferentes culturas e sua sobrevivência.

Como se observa, todos estes conceitos alteram-se com o tempo, influenciados por cada época, ou seja, pelas aspirações, reivindicações, necessidades e interesses que fazem presentes e que até hoje impulsionam as mudanças.

Principalmente no século XX, essas transformações de história, museu e patrimônio cultural se aproximam, permitindo novos olhares, novas formas de comprometimento e por isso é fundamental estudar esse processo para compreender de que forma é feita a apropriação, por um distinto grupo, do patrimônio cultural que tem por objetivo afirmar identidade.

2. A IMPLANTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL DE NOVA PALMA – RS

Levando em consideração os fundamentos desenvolvidos no capítulo anterior, compreendendo que a apropriação do patrimônio cultural é feita para afirmar e materializar uma determinada identidade e, sendo o museu um patrimônio cultural, que, é importante considerar o que os órgãos nacionais e internacionais entendem por museu na atualidade, para então elencar quais são os passos necessários para a implantação do Museu Histórico Municipal de Nova Palma.

Como mencionado anteriormente, os museus desde a Antiguidade Clássica são concebidos como coleções. Durante o século XVI e XVII essas coleções são denominadas gabinetes de curiosidades, expostas apenas para um público restrito em ocasiões especiais. Com o Renascimento, a concepção de coleção por si só se altera e se enfatiza a necessidade de um conhecimento científico em torno dos objetos. No século XIX, esta perspectiva científica dos museus se mantém. Neste período, nos Estados Unidos são criados museus pedagógicos a exemplo do Metropolitan Museum, em 1870, que servirá de modelo para muitos museus latino-americanos como, por exemplo, o “Museu de São Paulo-Masp e Museu de Antropologia, na cidade do México”⁷³.

No século XX, Franz Boas⁷⁴ crítica os museus tradicionais principalmente pela organização de suas coleções. A “principal contestação direcionava-se a evolucionistas e difusionistas que não articulavam os objetos no contexto onde eram produzidos e utilizados, mas os apresentavam isoladamente a partir de uma perspectiva eurocêntrica”⁷⁵. Seguindo estas transformações, com a Nova Museologia “os museus devem assumir a sua função eminentemente social e superar os limites de uma concepção de cultura restrita à produção e circulação de bens culturais da elite, projetando-se assim como instituições afinadas com uma sociedade democrática”⁷⁶.

⁷³ KERSTEN, Márcia e BONIN, Anamaria. Para Pensar os Museus ou “Quem deve controlar a representação do significado dos outros?”. In: BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Museus e Centros Culturais. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Nº 3 Brasília, 2007. p.119.

⁷⁴ Boas (1986) apud KERSTEN, Márcia e BONIN, Anamaria. Para Pensar os Museus ou “Quem deve controlar a representação do significado dos outros?”. In: BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Museus e Centros Culturais. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Nº 3 Brasília, 2007, p.120.

⁷⁵ KERSTEN, M; BONIN, A. op cit, 2007, p.120.

⁷⁶ GONÇALVES, José Reginaldo. Os Museus e a Representação do Brasil: Os Museus como Espaços Materiais de Representação Social. In: BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 31, Brasília. 2005, p.261.

Como se pode observar, os museus atualmente devem atender seu papel social de representar e integrar a sociedade que o cerca, propiciando a consciência de que este patrimônio deve ser preservado, pois materializa a identidade da comunidade ali representada. Nesse sentido, “como instituições que buscam dialogar com as populações ali representadas, os museus atuais pretendem abrir espaços para que elas possam opinar sobre o que e como seus objetos devam ser expostos”⁷⁷ e, “ao trabalhar com identidades a partir da exposição de um outro cultural, as exposições dizem quem somos e mais significativamente, quem não somos”⁷⁸. Sendo assim, o Museu Histórico de Nova Palma corroboraria a materialização da identidade ítalo-brasileira e o respeito à cultura das distintas etnias.

Neste sentido, é fundamental elencar os conceitos de museu atualmente utilizados pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus) e pelo Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU/IPHAN), para entender a proposta do Museu Histórico Municipal.

O ICOM considera o Museu como uma “instituição permanente, sem fins lucrativos, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade”⁷⁹.

Para o Departamento de Museus e Centros Culturais

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações.

II - a presença de acervos e exposições colocados ao serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

III – A utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de manifestações de bens culturais em suas diversas manifestações;

⁷⁷ KERSTEN, Márcia e BONIN, Anamaria. Para Pensar os Museus ou “Quem deve controlar a representação do significado dos outros?”. In: BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Museus e Centros Culturais. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Nº 3 Brasília, 2007.p.123.

⁷⁸ Ibid, p.123.

⁷⁹ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização de Museus. **3º Fórum Nacional de Museus**. 7 – 11 Julho de 2008. Florianópolis SC, 2008. p.3.

V – a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;

VI – a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais;

Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas⁸⁰.

Partindo destes conceitos observa-se que o museu está a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Ele serve como meio propiciador da construção identitária e da construção social de cada indivíduo, pois este se percebe integrante da sociedade ali representada e se sente responsável pela preservação de seu patrimônio cultural. Quando se fala em processos museológicos, é importante compreender quando Santos⁸¹ diz que “os museus são o resultado das ações dos sujeitos que os estão construindo e reconstruindo, a cada dia. Portanto, os museus como instituições histórico-socialmente condicionadas, não podem ser considerados pronto”⁸². Ou seja, o museu é uma instituição dinâmica, em constante construção e reconstrução e por isso é histórica e socialmente construído.

É nesta concepção que é instituído o Estatuto dos Museus, Lei nº 11.904, em que se mencionam os princípios fundamentais dos Museus, que são:

- I – A valorização da dignidade humana;
- II – a promoção da cidadania;
- III – o cumprimento da função social;
- IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- VI – o intercâmbio institucional⁸³.

Por isso é interessante que a política pública de cultura ocupe-se

Também, embora não exclusivamente, da presença do Estado nas atividades da Nação. Como qualquer política pública; a política cultural é um conjunto articulado e

⁸⁰ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Museus e Centros Culturais. **Cadastro Nacional de Museus**. 2ª ed, Brasília, 2008, p.5.

⁸¹ Santos (2003) apud BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização de Museus. **3º Fórum Nacional de Museus**. 7 – 11 Julho de 2008. Florianópolis SC, 2008. p.4.

⁸² BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização de Museus. **3º Fórum Nacional de Museus**. 7 – 11 Julho de 2008. Florianópolis SC, 2008. p.4.

⁸³ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Lei nº 11.904**. Brasília, 14 jan. 2009. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso 26 set. 2009.

fundamentado de decisões, projetos, programas, recursos e instituições, a partir da iniciativa do Estado⁸⁴.

Esta política tem como objetivo o desenvolvimento social e humano, o respeito às distintas culturas e o investimento de recursos nos museus na capacitação de profissionais e de infra-estrutura. A Política Nacional de Museus está dentro desta perspectiva e tem então, como objetivo:

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do País⁸⁵.

Este museu, então espaço ativo dinâmico comprometido com a sociedade, é um local de pesquisas e estudos e exige um espaço projetado para atender essas necessidades. Por isso, alguns espaços são importantes para um museu como:

A sala de entrada, que deve ser acolhedora e convidativa. Nessa sala fica a recepção com o atendimento e controle dos visitantes. Ela deve dispor de um local para a guarda de volume dos visitantes e a distribuição de folders.

As salas de exposições permanentes e temporárias, que deve ser preferencialmente de paredes contínuas e com poucas aberturas para um melhor aproveitamento do espaço. Deve ser um espaço sempre limpo, ventilado, seguro e com controle de iluminação.

A biblioteca e mapoteca participam do desenvolvimento das atividades de pesquisa do museu.

No *setor administrativo*, localizam-se todas as atividades relativas à administração do museu como, por exemplo, diretoria e secretaria.

É interessante que um *auditório* faça parte dessa estrutura, e para a realização de atividades complementares.

A reserva técnica é de fundamental importância para a guarda do acervo que não está exposto, por isso seu acesso deve ser protegido contra roubos e incêndios e as condições

⁸⁴ Falcão (1984) apud BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização de Museus. **3º Fórum Nacional de Museus**. 7 – 11 Julho de 2008. Florianópolis SC, 2008. p.5.

⁸⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Política Nacional de Museus**. Brasília, mai. 2003. Disponível: http://www.museus.gov.br/downloads/Política_Nacional_de_%20Museus.pdf. Acesso em 26 set. 2009.

ambientais devem ser observadas além de as obras serem manipuladas com muito cuidado e o mobiliário ser adequado.

E por fim, o espaço especializado para as atividades técnicas como, por exemplo, *sala de preservação e restauro e laboratórios*.

O museu é um espaço privilegiado de construção de conhecimento a partir de temas propostos pela pesquisa, preservação e comunicação museológica integrada a sociedade a que pertence e por isso, proporciona o reconhecimento, por parte desta comunidade, de que patrimônio cultural é um instrumento de desenvolvimento e educação.

A criação do Museu Histórico Municipal de Nova Palma contribuiria para que o patrimônio cultural fosse preservado e auxiliasse na construção e reconstrução da memória e da identidade, seja individual ou coletivamente do povo novapalmense, tendo claro que a memória e a identidade são construções, e não algo dado pronto que deva ser resgatado. Esse Museu então está comprometido com a comunidade, pois é um museu da cidade que se dedica à reconstrução histórica da imigração italiana neste Município.

A criação deste Museu está sendo pensada sob a ótica de que a ação “museal como um ato criado e interativo que incentiva o uso e a interpretação do patrimônio, contribuindo para que os sujeitos sociais possam se responsabilizar pelo seu patrimônio cultural”⁸⁶, e isso se torna possível com uma mudança de atitude do sujeito social com relação a si mesmo e depois com o meio.

Nesta perspectiva, por museu não se pode considerar simples permanência de um acervo em um determinado espaço físico, mas o seu comprometimento com a formação de cidadãos que se entendam como integrantes da sociedade, seres históricos, capazes de fazer escolhas, de decidir e de mudar e, para isso, o museu deve ser constantemente avaliado com o objetivo de atingir esse compromisso. Portanto, o museu também é um processo.

Pautado então, no Estatuto dos Museus discorre-se sobre a criação efetiva de um museu. Os passos para a implantação do museu são os seguintes:

- a) Decreto/Lei de Criação, Ata de Criação e Portaria;
- b) Plano Museológico;
- c) Associação de Amigos (não é obrigatório);
- d) Estatuto/Regimento Interno;
- e) Política de Aquisição;
- f) Formação do Acervo;

⁸⁶ SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/DEMU, 2008. p.167.

- g) Inventário do Acervo Museológico;
- h) Processos Museológicos.

Explicando estas fases:

- a) Decreto/Lei de Criação, Ata de Criação e Portaria:

Para o Museu de Nova Palma, o primeiro passo seria o Decreto de Criação (no anexo A modelo de Decreto) que é o documento que deve ser elaborado pelo órgão público responsável por este Museu, pois conforme a Lei Orgânica Municipal, todas as leis que acarretem despesas públicas para o Município deverá ser de iniciativa do Prefeito Municipal como pode-se observar no Artigo 48, parágrafo 1º:

- a) criação e aumento de remuneração de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica;
- b) servidores públicos do município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- c) criação, estruturação e atribuições das secretarias e órgãos da Administração Municipal⁸⁷.

Este Projeto de Lei deveria então ser votado na Câmara de Vereadores e, se aprovado, passaria pela sanção do Prefeito Municipal. O poder público deveria firmar um plano anual prévio que garantiria o funcionamento do Museu, com disponibilidade de funcionários qualificados e em número suficiente para o cumprimento de suas finalidades.

Observando a referida Lei Orgânica Municipal no Artigo 97 constata-se que no que compete ao Plano Municipal de Educação:

- O Plano Municipal de Educação, de duração plurianual, em sintonia com o Plano Nacional e Estadual de Educação visando ao desenvolvimento do ensino público e fundamental e a integração das ações do Poder Público, deverá conduzir à:
- I – erradicação do analfabetismo;
 - II – universalização do atendimento escolar;
 - III – melhoria da qualidade de ensino;
 - IV – formação para o trabalho;
 - V – promoção humanística;
 - VI – preservação do meio ambiente;
 - VII – resgate da história local e regional⁸⁸ [destaque nosso]**

⁸⁷ NOVA PALMA (RS). PREFEITURA MUNICIPAL. **Lei Orgânica Municipal**. Nova Palma, 30 mar. 1990. Disponível em: <http://www.novapalma.rs.cnm.org.br/portal1/municipio/legislacao.asp>. Acesso: 10 out. 2009. p.16

⁸⁸ Ibid, p.30.

De acordo com isso, pode-se interpretar que a melhoria da qualidade de ensino, da mesma forma que a promoção humanística e o regate da história local e regional está integrada ao projeto de educação municipal, e neste sentido, o Museu Histórico atenderia integralmente a este plano.

Isso se confirma nos Artigos 98 e 100, na Seção que se refere à cultura quando afirma que:

O município estimulará a cultura em suas múltiplas manifestações, garantindo o pleno efetivo exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura, apoiando e incentivando a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais⁸⁹

E no Artigo 100, “o município incentivará e promoverá, através de convênio ou outra forma de ação, o centro de Pesquisa Genealógica e outras atividades histórico – culturais”⁹⁰.

Por isso, mais do que necessário é um direito garantido por Lei a criação do Museu Histórico Municipal como um espaço institucionalizado de educação, cultura, memória e de reconstrução da história local, regional e de identificação dessa comunidade.

b) Plano Museológico:

A elaboração do Plano Museológico é baseada na Portaria Normativa de 5 de julho de 2006, que dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências. Segundo esta Portaria, o Plano Museológico é ferramenta básica para a sistematização do trabalho interno do museu. Neste deve constar a missão da instituição, a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma das áreas de funcionamento do museu. Os passos para a elaboração deste plano são: diagnóstico da situação da instituição; necessidades desta instituição (programas) e as soluções possíveis, ou seja, os projetos.

No primeiro passo, que é a identificação da instituição, é fundamental a definição operacional que apresenta as características gerais da instituição, destaca sua trajetória e histórico de suas coleções e de seu território, além da “identificação da missão, com apresentação da missão, do campo de atuação, da função social, das metas e objetivos da

⁸⁹ NOVA PALMA (RS). PREFEITURA MUNICIPAL. **Lei Orgânica Municipal**. Nova Palma, 30 mar. 1990. Disponível em: <http://www.novapalma.rs.cnm.org.br/portal1/municipio/legislacao.asp>. Acesso: 10 out. 2009, p.30.

⁹⁰ Ibid, p.30.

instituição”⁹¹. Nessa perspectiva, a missão de um museu “é um conjunto de palavras que contém, de forma resumida, a finalidade, metas, estratégias e o público alvo de uma instituição”⁹².

É fundamental que se faça um diagnóstico da instituição no qual constem os pontos fortes e frágeis, as ameaças e oportunidades. Esse diagnóstico tem caráter participativo e deve ser apresentado de forma clara e precisa. Com o diagnóstico concluído é possível partir para os programas da instituição, segundo passo do Plano Museológico. Os programas, segundo a Portaria Normativa⁹³, são os seguintes:

- *Programa Institucional*: trata do desenvolvimento e da gestão política, técnica e administrativa;

- *Programa de Gestão de Pessoas*: é o programa que apresenta as ações relativas à valorização, capacitação e bem estar dos trabalhadores do museu, independentemente da forma de ligação com esta instituição como também faz um diagnóstico da situação deste museu e de suas necessidades de ampliação do quadro funcional. Pelo que propõe o Estatuto dos Museus, os funcionários devem ser devidamente qualificados para atuar, conforme determina a legislação vigente;

- *Programa de Acervos*: dispõe sobre o gerenciamento dos distintos tipos de acervos da instituição, incluindo os arquivísticos e bibliográficos, dividindo-se em diferentes subprogramas, como por exemplo: aquisição, documentação, conservação e restauração.

O subprograma de aquisição determina as prioridades de aquisição para complementar as coleções e os meios para adquiri-los; o de documentação propõe as diretrizes do referido sistema, as prioridades, a padronização do vocabulário, a documentação relativa aos processos de conservação e restauração, política de segurança dessas informações e a acessibilidade a pesquisadores; O subprograma de conservação determina as condições ambientais como, por exemplo, o controle de umidade e de temperatura, da iluminação e o acondicionamento e manuseio. O último, de restauração, estabelece as prioridades.

⁹¹ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria Normativa nº 1**. Brasília, 5 jul. 2006. p.1 Disponível: http://www.museus.gov.br/downloads/portaria_normativa_n_1_de_5_de_julho_de_2006_DOU_de_11_07_%E2%80%A6.pdf. Acesso 28 set. 2009.

⁹² Davies (2001) apud BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização de Museus. **3º Fórum Nacional de Museus**. 7 – 11 Julho de 2008. Florianópolis SC, 2008. p.15.

⁹³ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, op cit, 2006, p. 2.

- *Programa de Exposições*: trata dos espaços e dos processos de exposição do museu, sejam eles dentro ou fora do museu, temporária ou permanentemente, assim como a organização dos conteúdos, da seleção de objetos e da escolha dos recursos expográficos.

- *Programa Educativo e Cultural*: Abrange os projetos e atividades educativo-culturais que serão desenvolvidos pelo museu, destinados a distintos públicos e articulados com outras instituições.

- *Programa de Pesquisa*: este programa se dedica à pesquisa e à difusão de informações, distinguindo as linhas de pesquisa da instituição e os projetos relativos ao estudo de público, de patrimônio cultural, entre outros.

- *Programa Arquitetônico-Urbanístico*: aborda a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, assim como as áreas em derredor da instituição, com a descrição de espaços e também instalações, informando aspectos como acessibilidade, circulação, possibilidades de expansão, etc. Neste programa deve conter, também, o planejamento urbanístico, histórico, a relação dos espaços do museu, uso e função, a intercomunicação e a circulação em relação ao acervo, ao funcionamento interno e ao público, em relação às áreas e seus acessos e as condições gerais de conservação e proteção do edifício.

- *Programa de Segurança*: aborda os aspectos relativos à segurança do museu, do acervo, do público interna e externamente, da edificação, integrando além de planos, equipamentos e instalações e a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência. É primordial que todo o museu tenha um programa de segurança contra roubos e incêndios.

- *Programa de Financiamento e Fomento*: planeja estratégias direcionadas à captação, aplicação e administração de recursos econômicos provindos de distintas fontes, como por exemplo, as campanhas de captação de recursos, patrocinadores e a participação em editais.

- *Programa de Difusão e Divulgação*: este programa é responsável pela divulgação e popularização das atividades do museu, assim como da difusão e consolidação da imagem desta instituição do âmbito local ao internacional podendo se dividir em subprogramas, como: comunicação social e comunicação visual, intercâmbio institucional, etc.

A próxima etapa do Plano Museológico é a fase dos projetos, ou seja, aquela que após a identificação das necessidades do museu, busca-se recursos para a solução dessas necessidades. O projeto deve sempre atender às necessidades mais prementes e ser exequível, claro e bem estruturado. Ou seja, esta terceira etapa

indica procedimentos e ferramentas para execução dos programas bem como os métodos de aplicação dos recursos. Compreendem as operações básicas e contínuas do museu. O que é definido em relação à quantidade de recursos humanos e financeiros e suas aplicações, ao cronograma de atividades, à formulação de documentos técnico-administrativos, bem como todo o exercício prático das tarefas cotidianas, é aplicado às áreas de atuação determinadas pelos programas. Assim se estabelece esse terceiro nível, podendo ainda ter suas *operações básicas* suplantadas ou realizadas em momentos específicos por projetos⁹⁴.

É norma legal que o Plano deve ser avaliado permanentemente e revisado pela instituição com uma periodicidade definida em seu regimento de no mínimo 3 (três) anos e no máximo 5 (cinco). O Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN supervisiona a elaboração e a execução deste Plano Museológico.

c) Associação de Amigos:

Segundo o Estatuto dos Museus as instituições podem incentivar a constituição de associações de amigos dos museus (ver anexo B exemplo de Associação de Amigos do Museu Brigadeiro Camarão), assim como outras formas de participação da comunidade e do público. Conforme a Portaria Normativa nº 1, 12 de Janeiro de 2007⁹⁵, que dispõe sobre as relações entre as Unidades Especiais, Museus Regionais e Centros Culturais vinculados ao IPHAN e as suas Associações de Amigos, são definidos critérios para orientar as relações destas Unidades Museológicas e as suas associações. No Art. 1 desta Normativa consta alguns requisitos que devem ser atingidos para o reconhecimento destas associações, como por exemplo:

- I- ser sociedade civil, constituída na forma da lei civil, sem fins lucrativos;
- II- constar em seu instrumento criador, como finalidade exclusiva, o apoio, a manutenção e o incentivo às atividades da Unidade Museológica e que se relacionem;
- III- não haver restrição à adesão de novos membros, pessoas físicas ou jurídica;
- IV- constar de seu instrumento criador a realização periódica de eleição de seus membros, com intervalo mínimo de dois anos;
- V- ser vedada a remuneração da diretoria;

⁹⁴ MOURA, Rafael Muniz de. O Gerenciamento De Projetos Aplicado A Exposições Museológicas. In: **Revista Eletrônica Jovem Museologia**. Rio de Janeiro, nº 3, v.5, 1º/2008. p.29. Disponível em: http://www.unirio.br/jovemmuseologia/documentos/5/rafaelmuniz_artigo.pdf. Acesso em 28 set. 2009.

⁹⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria Normativa nº 1, de 12 de Janeiro de 2007. Dispõe sobre as relações entre as Unidades Especiais, Museus Regionais e Centros Culturais vinculados ao IPHAN e as suas Associações de Amigos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 jan. 2007. Seção 1.

- VI- serem registradas junto ao IPHAN, por seu Departamento de Museus e Centros Culturais – DEMU⁹⁶.

Neste sentido, é importante que se incentive essas associações que objetivem a contribuição para o desempenho das funções e finalidades dos museus e promovam o aprimoramento e o desenvolvimento de suas atividades.

d) Estatuto/Regimento Interno

A quarta etapa da implantação de um museu é o Estatuto/Regimento Interno (ver anexo C orientação de Regimento Interno). Este documento “regula as atividades internas de um órgão. Deve conter todas as informações sobre a natureza, objetos e estruturas de funcionamento do museu”⁹⁷. A estrutura básica do que deve constar num regimento interno é a seguinte:

- Vinculação institucional;
- competência = o que a instituição realiza, promove e desenvolve;
- organização interna = estabelece as funções de cada divisão, setor;
- atribuição dos dirigentes;
- disposições gerais/finais:
- mecanismo que gera possibilidade para a instituição criar comissões, grupos de trabalho de caráter permanente ou transitório;
- estabelece que os casos não tratados no regimento interno serão solucionados pelo dirigente da instituição⁹⁸.

Para a formulação do regimento, então, é fundamental que se tenha bem claro a missão do museu.

e) Política de Aquisição:

Outro passo para a implantação de um museu é a política de aquisição do acervo para o museu. É primordial que toda e qualquer instituição museológica proponha uma política de aquisição. Quanto aos museus públicos o Estatuto dos Museus em sua Subseção IV, parágrafo único, prevê: “os museus vinculados ao poder público darão publicidade aos termos de

⁹⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria Normativa nº 1, de 12 de Janeiro de 2007. Dispõe sobre as relações entre as Unidades Especiais, Museus Regionais e Centros Culturais vinculados ao IPHAN e as suas Associações de Amigos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 jan. 2007. Seção 1. p.1.

⁹⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização de Museus. **3º Fórum Nacional de Museus**. 7 – 11 Julho de 2008. Florianópolis SC, 2008. p.12.

⁹⁸ Ibid, p.12.

descartes a serem efetuados pela instituição, por meio da publicação no respectivo Diário Oficial”⁹⁹.

O Código de Ética de Aquisições do Conselho Internacional de Museus prega que:

Qualquer que seja a especialidade ou categoria do Museu, qualquer que seja o lugar em que ele se situe no mundo, certos princípios éticos e de integridade profissional devem ser aplicados por aqueles que são encarregados das aquisições. Isto significa que a origem de todo objeto a ser adquirido, qualquer que seja a sua natureza, deve ser documentado devidamente. Este princípio serve não só para o objeto “artístico”, como também, para o “arqueológico”, “etnológico”, “histórico” ou pertencente às ciências naturais¹⁰⁰

f) Formação do Acervo:

A próxima etapa para a implantação do Museu é a formação do acervo. É importante que o museu adote uma política de aquisição coerente a partir de critérios científicos e das necessidades do público. As formas de aquisição do acervo são as seguintes: compra, doação, permuta, legado, coleta e empréstimo.

É muito importante que se tenha cuidado com estas formas de aquisições e se elabore os devidos documentos para a posse legal de acordo com a forma de entrada do objeto no museu, como por exemplo, no caso de compra, faturas ou recibos; o termo de doação, sem ressalva, registrado em cartório; por legado a cópia do testamento registrada em cartório.

g) Inventário do Acervo Museológico:

Chama-se de documentação museológica os processos técnicos de registro e catalogação de toda a informação referente ao acervo de um Museu. Essa documentação possibilita que as informações sejam acessíveis e úteis.

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a preservação e a representação destes por meio da palavra e da imagem. Ao mesmo tempo é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar as coleções dos museus de fontes de informação

⁹⁹ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Lei nº 11.904**. Brasília, 14 jan. 2009. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso 26 set. 2009. p.4

¹⁰⁰BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO ESTADO E DA CULTURA. SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS. **Oficina de Documentação Museológica**. 11-12 mai. 2009, Santo Ângelo – RS, ministrada pela Museóloga Nôris Leal. p.26.

em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento¹⁰¹

Para que se tenha um eficiente sistema de documentação é fundamental que os dados sobre os objetos sejam claros e precisos, além da definição de campos de informação que serão a base de dados do sistema de documentação e da manutenção de um controle da terminologia utilizada para evitar a perda de informações (padronização de vocabulários).

Basicamente os documentos deste sistema são os seguintes:

- Documentos de aquisição: compra, doação, legado, permuta, coleta e empréstimo;
- Registro ou Inventário: o sistema que permite controlar os objetos do acervo e se subdivide em:
 - Ficha de entrada: é a primeira ficha do objeto, que o identifica e define um número de registro. O livro tomo é o documento no qual se registra todos os objetos que fazem parte do acervo. É fundamental que este livro seja numerado, manuscrito, sem rasuras, o termo de abertura e fechamento devem ser registrados em cartório, e contenha as informações sobre os objetos como o número do registro, descrição, data e forma de ingresso e um resumo histórico deste objeto.
 - Classificação: se define as categorias das coleções e se insere o objetos nessas categorias de forma a possibilitar a identificação correta e os distintos níveis das informações.
 - Catalogação (fichas): Conjunto das fichas catalográficas do museu, ordenadas por ordem numérica crescente (numero de inventário), contém informações mais detalhadas dos objetos.
 - Fichas de identificação: dados sobre a peça, número de registro, nome, material, origem, estado de conservação, procedência, modo de aquisição, histórico, descrição, fotografia, observação e bibliografia.
 - Fichas de localização: número do registro, nome do objeto e movimentação da peça.
 - Documentação de empréstimo: Como as peças emprestadas são de inteira responsabilidade do museu, é fundamental que cada peça seja fichada e que se avalie a documentação, a numeração, a origem, estado de conservação se defina a duração do empréstimo.
 - Pesquisa: todo o acervo de um museu deve ser pesquisado para se obter o máximo de informações possíveis sobre eles. O ideal é que cada museu tenha um grupo de profissionais

¹⁰¹ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO ESTADO E DA CULTURA. SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS. **Oficina de Documentação Museológica**. 11-12 mai. 2009, Santo Ângelo – RS, ministrada pela Museóloga Nôris Leal, p.19

multidisciplinar desenvolvendo pesquisas em sua área para completar os dados sobre os objetos.

- Informatização é o último passo da documentação. Ela é fundamental para que haja a organização, controle e segurança, difusão do acervo. Para que esse processo seja eficiente é importante que se analise a documentação existente, identifique os conteúdos e selecione além de que se agrupe as informações em torno do objeto.

h) Processos Museológicos:

Dentro dos processos museológicos, identifica-se a preservação do acervo de um museu, a investigação e a comunicação.

- Preservação:

Para garantir a integridade dos objetos, é importante que a guarda, o transporte e a exposição sejam em condições adequadas. Dessa forma, deve-se levar em consideração a qualidade da atmosfera, temperatura e umidade, iluminação e a conservação de objetos pelo tipo de material.

Quanto à qualidade atmosférica, “o ar contém impurezas em quantidades variáveis, de acordo com o local (cidade ou campo) e estação do ano. Acham-se em suspensão na atmosfera, poeira, areia, fuligem, gases e outros elementos, que se depositam sobre os objetos, atacando-os”¹⁰². No que tange à temperatura e umidade, para uma boa conservação é necessário uma “atmosfera climática relativamente constante sem modificações bruscas que provocam fenômenos de dilatação e contração dos materiais, reduzindo com o tempo sua elasticidade natural e acelerando seu envelhecimento”¹⁰³. Quanto à iluminação, os museus utilizam tanto a luz natural, do sol, quanto artificial, lâmpadas incandescentes e tubos fluorescentes. A exposição prolongada a luz pode causar danos irreversíveis aos objetos como, por exemplo, o ressecamento, amarelamento, descoloração e destruição e, por isso, é importante observar a sensibilidade dos materiais em relação à iluminação. Em relação à conservação dos objetos pelo tipo de material, deve-se atentar para o aparecimento de manchas ou o surgimento de camadas de pó branco. A limpeza tanto na exposição quanto na guarda de papéis, livros, desenhos e gravuras é extremamente importante. A boa circulação de

¹⁰²COSTA, Evanise Páscoa. **Princípios Básicos da Museologia**. Secretaria do Estado e da Cultura: Coordenação do Sistema Estadual de Museus: Curitiba. 2006, p.46.

¹⁰³Ibid, p.47.

ar é imprescindível, assim como o manuseio destes materiais deve ser feito com as mãos bem limpas e com luvas.

Ainda dentro da conservação o transporte dos objetos deve ter atenção especial para que as peças não sejam perdidas ou danificadas, seja por motivo de exposição ou empréstimo. Atualmente o “courrier (a palavra significa literalmente: pessoa que acompanha a postagem/ transporte)”¹⁰⁴ acompanha as peças emprestadas. É sua função em qualquer transporte externo ao museu supervisionar este processo, instruir os funcionários, cuidar da segurança da climatização adequada e acompanhar a embalagem das peças. Assim, alguns cuidados precisam ser tomados, tais como: qualquer deslocamento deve ser planejado com antecedência e deve-se observar o estado de conservação dos objetos que serão transferidos e fazer uma relação dos mesmos.

- Investigação

Quanto à investigação, é fundamental que se tenha claro a importância de sempre pesquisar o máximo de informações sobre cada peça do acervo do museu. No entanto, também é preciso compreender que, além das finalidades básicas do museu de adquirir, conservar e expor, ele deve se tornar um centro de pesquisa. Nesse sentido, é necessário conceber “os museus dentro de uma visão de sua utilização como centro de investigação sem esquecer suas outras funções”¹⁰⁵. Por isso, a importância da veracidade da informação passada ao público da mesma forma que pesquisar o acervo implica também na manutenção do vínculo que este museu tem com a comunidade a que pertence, pois é nela que ele se encontra.

- Comunicação

Santos (2000) entende a comunicação museológica como “participação, informação, transmissão, ligação, passagem, conveniência e é uma das maneiras pelas quais os homens se relacionam entre si. É a forma de interação humana, realizada pelo uso de signos”¹⁰⁶ e por isso os museus “são comunicadores em potencial devido a sua condição precípua de recolher, preservar, estudar, guardar e expor objetos no contexto em que eles foram produzidos com objetivos sociais, políticos, econômicos e culturais”¹⁰⁷. No processo de comunicação, a

¹⁰⁴ COSTA, Evanise Páscoa. **Princípios Básicos da Museologia**. Secretaria do Estado e da Cultura: Coordenação do Sistema Estadual de Museus: Curitiba. 2006, p.58.

¹⁰⁵ SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia Aplicada aos Museus**. São Paulo: Mackenzie, 2000.p.88.

¹⁰⁶ Ibid, p.99.

¹⁰⁷ Ibid, p.100.

linguagem é um dos códigos usados para expressar idéias, existindo as linguagens não-orais como os gestos e expressões. O signo, na comunicação museológica, refere-se a algo concreto, “é sempre um sinal ou forma perceptível, pelos sentidos, pela percepção sensorial, e que se refere a uma outra coisa, percebida intelectualmente”¹⁰⁸ ao passo que o referente ou significante do signo “é o portador, que é o veículo, de um significado específico e que o signo se refere”¹⁰⁹.

No caso do museu, é importante sermos agentes influentes capazes de afetar o público, e um dos meios de fazer isso é por meio de exposições.

Os meios de divulgação do museu como catálogos, “folder”, folhetos, convites devem ser utilizados de forma a valorizar a imagem do museu.

Santos (2000) define algumas funções muito significativas para a comunicação nos museus, como por exemplo: a função identidade, que adquire personalidade com a interação das pessoas; função expressiva, as pessoas procuram expressar-se através de idéias, emoções e expectativas; função informativa/educativa é feita através dos objetos de modo geral, de fotografias, livros, etc; função de divertimento, pois as pessoas buscam através da comunicação o lazer e a função de articulação política, pois esta comunicação participa da conscientização política desta comunidade.

A postura mais democrática suscitada pelas discussões da nova museologia “propôs o museu como instrumento de transformação social e destacou o papel das coleções e do alcance desse objetivo. Essa mesma postura democrática levou à reflexão das formas pelas quais as instituições museais se aproximariam de seu público”¹¹⁰.

Nesta perspectiva, é fundamental a interação da mensagem expositiva e o público visitante para que a construção de conhecimento seja efetivada. Segundo Cury (2005) a “exposição é o local de encontro e relacionamento entre o que o museu quer apresentar e como deve apresentar visando um comportamento ativo do público e à sua síntese subjetiva”¹¹¹ e mais, nessa ótica:

Conceber e montar uma exposição sob o viés da experiência do público significa escolher um tema de relevância científica e social e organiza-la material e visualmente no espaço físico com o objetivo de estabelecer uma relação dialética entre o conhecimento que o público já tem sobre o tema em pauta e o novo conhecimento que a exposição está propondo¹¹².

¹⁰⁸ HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Modos de Ver: Museus e Comunicação. In: **CADERNOS DO CEOM**. Chapecó: Argos. nº 12, jun/dez. 2000, p.150-151.

¹⁰⁹ Ibid, p.151.

¹¹⁰ CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005. p.37.

¹¹¹ Ibid, p.42.

¹¹² Ibid p.43.

Assim, deve-se compreender a exposição como uma linguagem própria do museu e uma maneira de articulação dos objetos como “signos em um discurso para o público”¹¹³.

O desafio da exposição é traduzir o objeto de forma clara associando-o a reflexão que está sendo proposta para atingir as diversas categorias de público do museu. Segundo Alambert e Correia (1990), pode-se classificar uma exposição de acordo com alguns critérios:

- quanto ao tempo de exposição: exposição de longa duração que aborda temas mais amplos, que trabalhe com as coleções do museu; exposição temporária, que trabalha com temas mais específicos e exploram as coleções; e exposição itinerante, aborda temas que desperte interesse num público diversificado.
- quanto ao local: pode ser interna ao espaço do museu ou externa, como as exposições itinerantes;
- quanto ao acervo, a exposição se caracteriza pela função da tipologia dos objetos apresentados;
- quanto ao público, a mostra pode-se destinar ao público de maneira em geral ou a público restrito como universitários, infantil, etc.

Toda a exposição tem um projeto museológico que se estrutura da seguinte forma:

- 1 - Apresentação/introdução
Justificativa: por que a exposição é importante? Qual a sua relevância para o público?
E para o museu?
Objetivos: o que se pretende com a exposição?
- 2 - Apresentação do tema, do enfoque temático e do desenvolvimento conceitual
- 3 - Definição do acervo
- 4 - Detalhamento expográfico
Concepção espacial
Circuito
Distribuição do acervo de acordo com o desenvolvimento conceitual
Posicionamento do mobiliário
Posicionamento da linguagem de apoio.¹¹⁴

O processo de concepção e montagem de uma exposição passa pelas seguintes fases:

- Planejamento e de idéias: nesta fase ter-se-á como produto a proposta efetiva da exposição com objetivos, justificativa, apresentação do tema, estimativa de orçamento e cronograma;

¹¹³ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO ESTADO E DA CULTURA. SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS. **Oficina Expografia**. 5-8 de agosto de 2009, Porto Alegre-RS. PUC, ministrada pela Museóloga Marília Xavier Cury.

¹¹⁴Ibid, p12-25.

- Desenho: nesta fase se define a conceituação, o estudo preparação e apresentação da forma e circuito da exposição. O produto desta fase aperfeiçoamento da planta, conceito e preparação de maquete de estudo.
- Elaboração Técnica: nesta fase é elaborado o plano técnico e executivo dos recursos e da instalação no espaço. Assim, os produtos são pacote de desenhos construtivos, especificações técnicas, guia de montagem.
- Montagem: nesta fase dar-se-á a instalação no espaço.
- Manutenção, Atualização e Avaliação: nesta fase faz-se a manutenção da qualidade visual, análise técnica e avaliação do processo¹¹⁵.

Como se pode perceber, a comunicação museológica é muito importante e deve ser bem pensada e planejada para que estimule a reflexão e o reconhecimento de seu valor. Assim, ações educativas devem ser constantemente propostas pelo museu para possibilitar a integração e dinamização dessa integração com a comunidade, sensibilizando-a para a reflexão sobre si própria, a valorização de sua cultura e a preservação deste patrimônio cultural.

Para que, a comunidade de Nova Palma possa refletir sobre seu passado e transformar seu futuro é de fundamental importância a efetivação dessa instituição museológica. No entanto, para isso, é necessário que ela tenha toda a infra-estrutura física necessária como pode-se observar no quadro 1:

<p><u>INFRA-ESTRUTURA BÁSICA:</u></p> <p>Sala(s) de Entrada</p> <p>Sala(s) de Exposição Permanente</p> <p>Sala(s) de Exposição Temporária</p> <p>Biblioteca</p> <p>Mapoteca</p> <p>Setor Administrativo</p> <p>Reserva Técnica</p> <p>Sala(s) de Preservação</p> <p>Sala(s) de Restauro</p> <p>Auditório(s)</p>
--

Quadro 1: Esquema da Infra-Estrutura Básica de um Museu¹¹⁶

¹¹⁵BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO ESTADO E DA CULTURA. SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS. **Oficina Expografia**. 5-8 de agosto de 2009, Porto Alegre-RS. PUC, ministrada pela Museóloga Marília Xavier Cury, p. 27-30.

Mas, além dessa estrutura física é necessário todo o planejamento e regulamentação anteriormente apresentados e que se pode resumir da seguinte forma:

1- Decreto de Criação

2 - Plano Museológico:

2.1 – Identificação da Instituição

a) Missão

b) Diagnóstico

2.2 – Programas da Instituição:

a) Programa institucional;

b) Programa de Gestão de Pessoas;

c) Programa de Acervos;

d) Programa de Exposição;

e) Programa Educativo e Cultural;

f) Programa de Pesquisa;

g) Programa Arquitetônico-Urbanístico;

h) Programa de Segurança;

i) Programa de Financiamento e Fomento e

j) Programa Difusão e Divulgação.

3 - Associação de Amigos

4 – Estatuto/Regimento Interno

5 – Política de Aquisição

6 – Formação do Acervo

7 – Inventário do Acervo Museológico

a) Documento de Aquisição

b) Registro ou Inventário

c) Ficha de Entrada

d) Classificação

e) Catalogação

f) Fichas de Identificação

¹¹⁶ Quadro construído a partir das informações das obras: COSTA, Evanise Páscoa. **Princípios Básicos da Museologia**. Secretaria do Estado e da Cultura: Coordenação do Sistema Estadual de Museus: Curitiba. 2006; e GIRAUDY, Daniele; BOUILHET, Henri; Tradução: Jeanne France Ferreira da Silva. **O Museu e a Vida**. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro RS; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

- g) Fichas de Localização
- h) Documento de Empréstimo
- i) Pesquisa
- j) Informatização

8 – Processos Museológicos

- a) Preservação
- b) Investigação
- c) Comunicação.

Diante disso, é fundamental ter bem claro que só é possível a efetivação desse projeto se todas essas exigências forem atendidas para que o Museu seja um espaço de educação, cultura, desenvolvimento do cidadão e não apenas um depósito de coisa velha. É um espaço vivo e de interação imprescindível para esta comunidade. Este Museu deve ser amplo e constantemente avaliado, buscando o êxito de seus objetivos.

O museu, para se concretizar, deve atender a essas demandas físicas e estruturais, ser bem planejado e principalmente ter profissionais capacitados, devidamente qualificados e comprometidos com a sua profissão, conscientes de que a transformação da comunidade depende de suas atitudes e do seu comprometimento. No entanto, não basta o museu ter tudo o que foi mencionado se a prefeitura, que é o órgão governamental ao qual estará diretamente vinculado, não cumprir com suas obrigações financeiras e não criar uma política que ultrapasse as administrações, desenvolvendo a consciência nessa comunidade de que esta é uma instituição que perpassa o tempo e que deve atender às necessidades da sociedade e não ser utilizada inconsequentemente para atingir os eleitores do Município.

Contribuindo para que essa conscientização se desenvolva, é importante a sensibilização da comunidade para a preservação de seu patrimônio cultural, assim como do seu entendimento de que ela pode e tem direito a esta instituição e por isso deve lutar para que este projeto se concretize.

2.1 Uma Proposta de Sensibilização da Comunidade: a exposição fotográfica

Os museus são “como espaços artificiais e concretos de representação da realidade, através dos fragmentos reais, originais e concretos da natureza física humana que neles se conservam e expõem ao público”¹¹⁷. O museu, sob esta perspectiva, é o espaço em que esses fragmentos, através de seus sinais, possibilitam a construção e desconstrução de sentidos.

A conversão do objeto em documento e a sua comunicação faz parte do processo de musealização. Esse objeto é testemunho e deve ser preservado com a finalidade de ensinar e comunicar. É na exposição que os objetos de tal forma organizados remetem a uma história, a uma memória que nem sempre foi vivida, mas que de alguma forma mexe com o visitante. Por isso, o museu é o lugar da construção da memória e da materialização de uma identidade, o lugar da preservação, não simplesmente de objetos, mas da representação da memória da comunidade, de um grupo. E, da mesma forma que a exposição é uma tomada de posição diante do passado partindo do presente e da experiência de quem está organizando-a, assim é o museu. Essa tomada de posição depende do que os responsáveis pelo museu e pela exposição pretendem atingir com ela. É por isso que:

ao entrar em um espaço expositivo, um objeto perde seu valor de uso e quando perdem suas funções originais, as vidas que tinham fora do museu, tais objetos passam a ter outros valores regidos pelos mais variados interesses. Agora os objetos em um museu devem ser interpretado¹¹⁸.

A exposição tem a responsabilidade de exercitar a reflexão sobre essas relações entre o passado e o presente através dos objetos que estão ali expostos.

O processo de relação, de atribuição e de interpretação dos significados das coisas e fatos musealizados, é um processo de comunicação intrínseco e específico do museu, e que pode referenciar, simbolicamente o processo de relação e comunicação que ocorre fora dele, na atualidade, no passado e no futuro¹¹⁹.

Por isso, além dos objetos preservados, o enfoque que é dado em uma exposição, a pesquisa sobre o acervo, ou seja, a visão que é adotada, também é uma história. Por este fato é que os objetos musealizados no espaço expositivo mostram as suas utilizações no passado

¹¹⁷ HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Modos de Ver: Museus e Comunicação. In: **CADERNOS DO CEOM**. Chapecó: Argos. nº 12, jun/dez. 2000, p.142.

¹¹⁸ RAMOS, Régis Lopes. **A Doação do Objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004. p.19.

¹¹⁹ HORTA, op.cit, 2000. p143-144.

assim como o olhar de quem os preserva. Desse modo, “o significado não está nos objetos, mas no sentido que atribuímos a eles, como signos da história e da sociedade”¹²⁰.

Por isso, que entende-se a exposição como esse lugar que possibilita a construção e desconstrução de sentidos, o lugar da experiência, da construção de conhecimentos e de formas de olhar e por isso é que se propõe esta exposição para a sensibilização da comunidade de Nova Palma. Optou-se pelo uso de imagens justamente porque olhá-las

Implica decifrar a imagem, buscando códigos, detalhes que operam como sintomas e mensagens que remetem às sensibilidades de uma época. Olhar é sempre uma escolha, tanto a partir de um ato de vontade – vemos o que queremos – quanto de uma capacitação – vemos o que podemos, com base em nossa experiência, nossa inserção espaço-temporal, conhecimento e sensibilidade¹²¹.

Neste sentido, foram selecionadas imagens fotográficas de acordo com uma classificação de temas, baseadas na organização do acervo do Centro de Pesquisas Genealógicas, em que o tema central orienta-se pela história do Núcleo Soturno. Tais imagens estão organizadas por meio de painéis temáticos, os quais seguem a seguinte ordem:

Painel 1 - Nova Palma, o Centro De Pesquisas Genealógicas e o Padre Luiz Sponchiado;

Painel 2 - A Criação da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana e do Núcleo Soturno (Nova Palma);

Painel 3 - Os Pioneiros do Núcleo Soturno (Nova Palma);

Painel 4 - A Presença da Igreja no Núcleo Soturno;

Painel 5 - O Crescimento Urbano do Núcleo Soturno;

Painel 6 - Emancipação Política e o Padre Luiz Sponchiado;

Painel 7 - Padre Luiz Sponchiado e a Educação;

Painel 8 - Padre Luiz Sponchiado e a Saúde;

Painel 9 - Padre Luiz Sponchiado e a Cooperativa;

Painel 10 - A Igreja Matriz;

Painel 11 - O Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG)

-Criação;

- Organização;

- Os Arquivos de Famílias;

¹²⁰ HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Modos de Ver: Museus e Comunicação. In: **CADERNOS DO CEOM**. Chapecó: Argos. n° 12, jun/dez. 2000, p.153.

¹²¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagem, Memória, Sensibilidades: Territórios do Historiador. In: RAMOS, Alcides; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs). **Imagens na História**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p.20.

- Exemplo de Documentos Existentes no Centro de Pesquisas Genealógicas;

Painel 12 - Os Distritos Municipais/Linhas;

Painel 13 - O Museu Histórico Municipal - uma proposta.

Assim, as imagens propostas para a organização da exposição apresentam sinteticamente a história do Núcleo Soturno, hoje Nova Palma, a atuação de Padre Luiz Sponchiado e a sua influência no desenvolvimento do Município e na valorização do patrimônio cultural local e regional através do Centro de Pesquisas Genealógicas.

Neste sentido, apresenta-se as imagens fotográficas que pertencem a esta proposta de exposição:

PAINEL 1 -

**NOVA PALMA O CENTRO DE PESQUISAS GENEALÓGICAS E O PADRE
LUIZ SPONCHIADO**

Este painel se propõe localizar o Município de Nova Palma e mostrar algumas fotografias que valorizam o que lhes é peculiar. Destaca-se a ação do Padre Luiz enquanto agente de inovação no desenvolvimento do Patrimônio Regional.

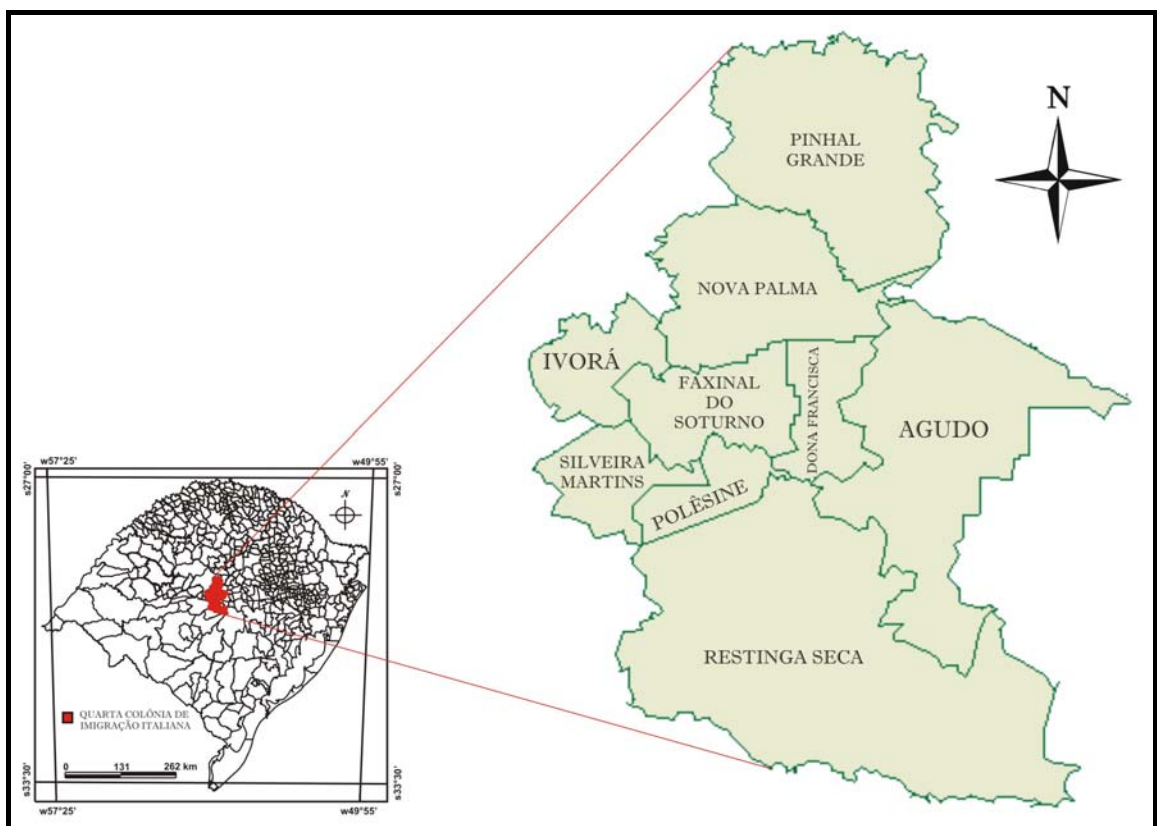


Imagem 1: Mapa de Localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Fonte: DESCOVI FILHO, Leônidas Luis; BERTOLDO, Felipe (Orgs.). **Mapa de Localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana.** Nova Palma, 2008. 1 mapa, color. In: ____Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História,UFSM. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007.p.41.



Imagem 2: Vista da cidade de Nova Palma.

Fonte: REBELATTO, Franciele. **Vista da cidade de Nova Palma.** 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo Prefeitura Municipal de Nova Palma, RS.

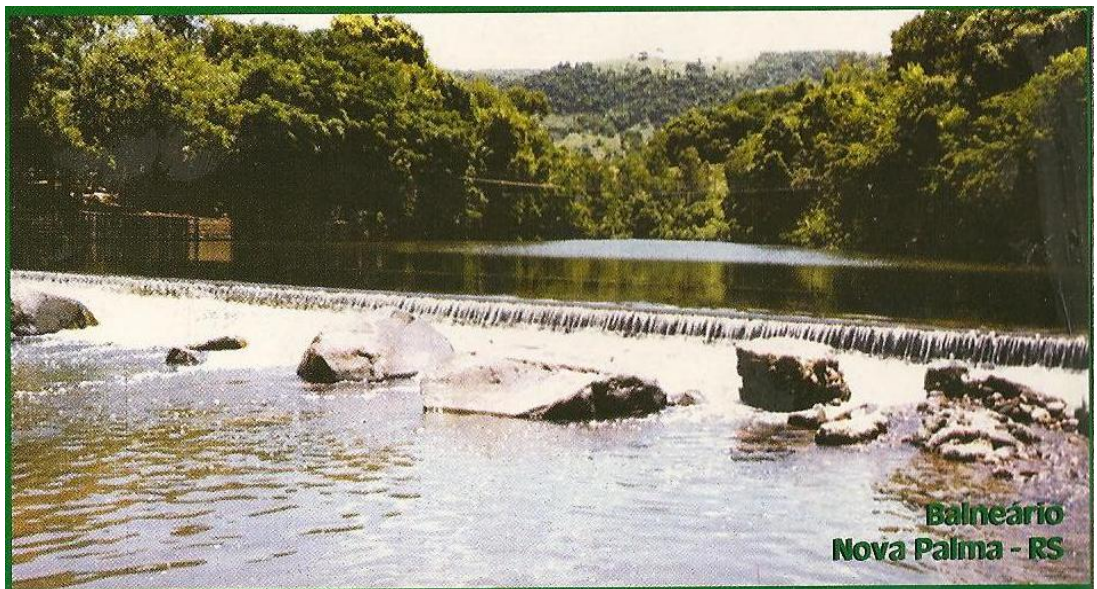


Imagem 3: Balneário Municipal.

Fonte: COOPERATIVA Agrícola Mista de Nova Palma. **Balneário Municipal.** Nova Palma, 2008. 1 fotografia, color, In: Acervo Fotográfico do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala de Documentação de Famílias, Caixa Cooperativa, RS.



Imagem 4: Vista da Ponte sobre o Rio Soturno no Balneário Municipal.

Fonte: REBELATTO, Franciele. **Vista da Ponte sobre o Rio Soturno no Balneário Municipal.** Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma – RS.



Imagem 5: Réstias de Cebolas..

Fonte: REBELATTO, Franciele. **Réstias de Cebolas.** Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.



Imagem 6: Engenho de moer cana-de-açúcar.

Fonte: REBELATTO, Franciele. **Engenho de moer cana-de-açúcar.** Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.



Imagem 7: Carroça utilizada no trabalho agrícola.

Fonte: REBELATTO, Franciele. **Carroça utilizada no trabalho agrícola.** Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.



Imagem 8: Fogão a lenha sendo utilizado.

Fonte: REBELATTO, Franciele. **Fogão a lenha sendo utilizado.** Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.



Imagem 9: Exemplo da gastronomia típica.

Fonte: REBELATTO, Franciele. **Exemplo da gastronomia típica.** Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.



Imagem 10: Panelão utilizado para cozimento em fogo de chão.

Fonte: REBELATTO, Franciele. **Panelão utilizado para cozimento em fogo de chão.** Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.



Imagem 11: Padre Luiz Sponchiado na Sala de Genealogia do Centro de Pesquisas Genealógicas.

Fonte: REBELATTO, Franciele. **Padre Luiz Sponchiado na Sala de Genealogia do Centro de Pesquisas Genealógicas.** Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.



Imagem 12: Padre Luiz Sponchiado na Sala da Cronologia do Centro de Pesquisas Genealógicas.
Fonte: REBELATTO, Franciele. **Padre Luiz Sponchiado na Sala da Cronologia do Centro de Pesquisas Genealógicas.** Nova Palma, 4.6.2009.1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.



Imagem 13: Padre Luiz Sponchiado na Biblioteca do Centro de Pesquisas Genealógicas.
Fonte: REBELATTO, Franciele. **Padre Luiz Sponchiado na Biblioteca do Centro de Pesquisas Genealógicas.** Nova Palma, 4.6.2009.1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.

PAINEL 2 -**A CRIAÇÃO DA QUARTA COLÔNIA IMPERIAL DE IMIGRAÇÃO ITALIANA E DO NÚCLEO SOTURNO (NOVA PALMA)**

Este painel mostra algumas imagens relativas à criação da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana e seus respectivos Núcleos, além do Engenheiro responsável pela medição das terras, e o local do Barracão dos imigrantes, na Sede da Colônia e no Núcleo Soturno.

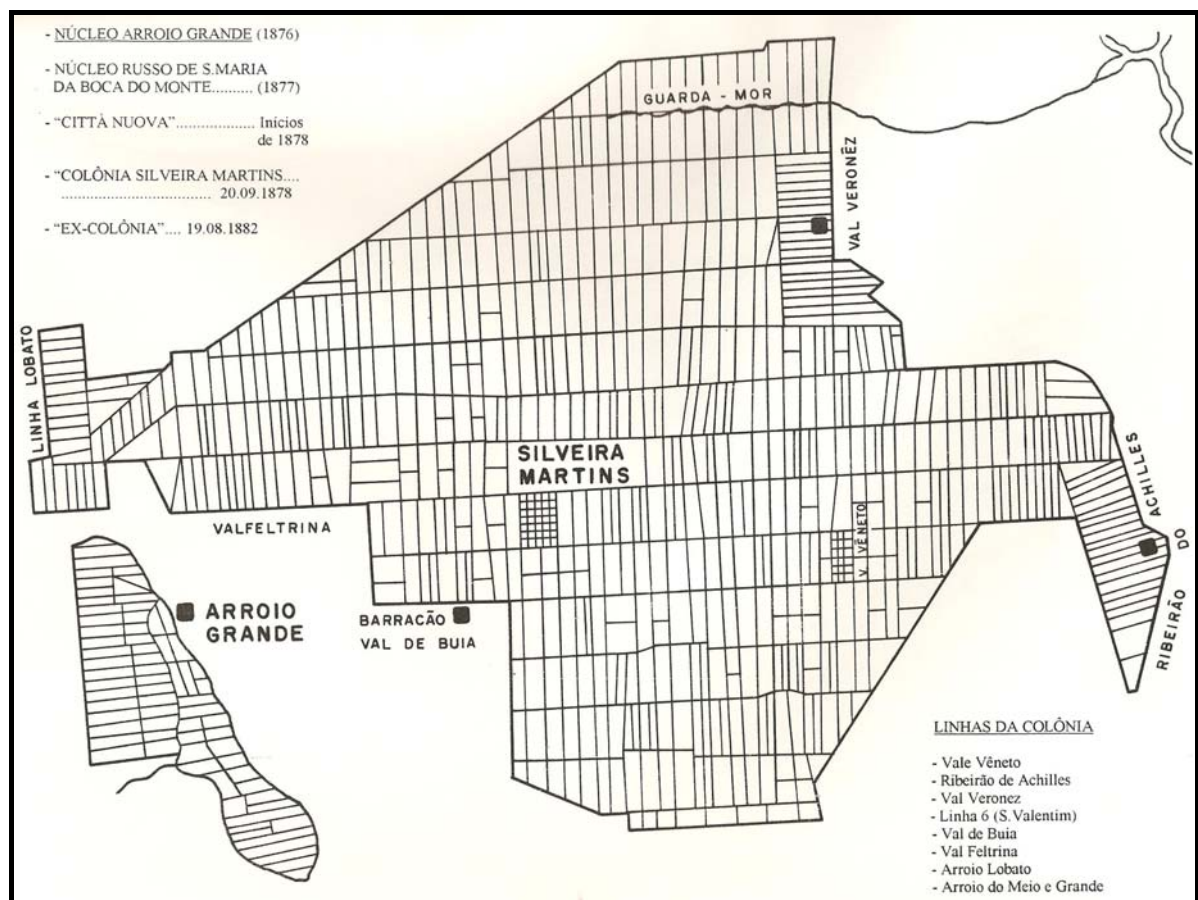


Imagem 14: Mapa dos Núcleos da Ex-Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana.

Fonte: CANCIAN, Gustavo. **Mapa dos Núcleos da Ex-Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana.** Nova Palma, (s/d). 1 mapa. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Silveira Martins.



Imagem 15: Engenheiro Manoel José da Siqueira Couto encarregado da medição das Terras Devolutas e particulares e da Demarcação de lotes coloniais, responsável pela medição da Colônia de Silveira Martins em 1883.

Fonte: ENGENHEIRO Manoel José da Siqueira Couto. Nova Palma, (s/d). 1 fotografia, 11 cm x 15 cm. In: Acervo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Silveira Martins.



Imagem 16: Fotografia do cinquentenário da primeira missa em Silveira Martins, celebrada na praça dos imigrantes aos 19.5.1928 pelo Pe. Antonio Bombassaro.

Fonte: CINQUENTENÁRIO da primeira missa em Silveira Martins. Silveira Martins, 19.5.1928. 1 fotografia, 8 cm x 15 cm. In: Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Silveira Martins.



Imagem 17: Local denominado de Barracão, hoje Localidade de Val de Buia (Silveira Martins), em que se instalaram os primeiros imigrantes.

Fonte: PIROTTI, Achilles. **Local denominado de Barracão, hoje Localidade de Val de Buia (Silveira Martins).** Silveira Martins, 16.8.1988. 1 fotografia, 8 cm x 12 cm. In: Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Silveira Martins, Pasta Val de Buia.

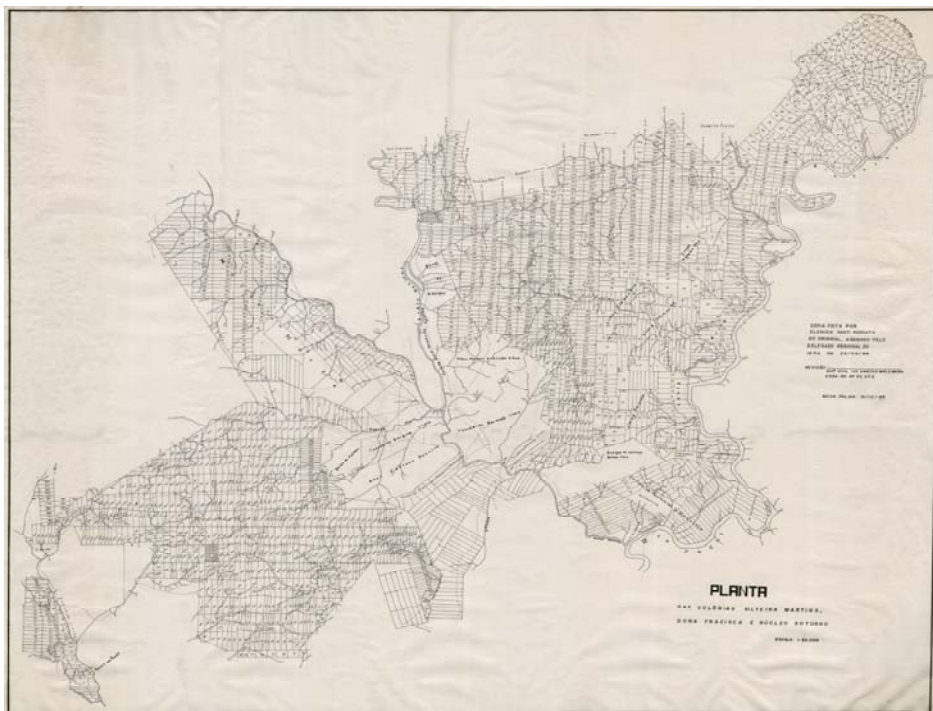


Imagem 18: Planta da Colônia Silveira Martins, do Núcleo Soturno e de Dona Francisca. Cópia feita do mapa original aos 1.10.1985 para o Centro de Pesquisas Genealógicas.

Fonte: ROSSATO, Elenizia. **Planta da Colônia Silveira Martins, do Núcleo Soturno e de Dona Francisca.** Nova Palma, 1.10.1985. 1 mapa. Escala: 1:40.000. In: Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Silveira Martins.



Imagem 19: Provável local do barracão dos imigrantes em Soturno.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Provável local do barracão dos imigrantes em Soturno.** Nova Palma, 2008. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

PAINEL 3-**OS PIONEIROS DO NÚCLEO SOTURNO (NOVA PALMA)**

Este painel baseia-se em imagens históricas relativas aos pioneiros do Núcleo Soturno e suas famílias.



Imagem 20: Ângela Conte Bertoldo esposa de Bonfiglio Bertoldo, pioneiros da Colonização do Núcleo Soturno, reprodução de um retrato pintado para arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas.

Fonte: ÂNGELA Conte Bertoldo. Nova Palma, 10.10.1982. 1 fotografia, 7 cm x 11 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas, sala da Documentação de Famílias, Caixa Bertoldo.

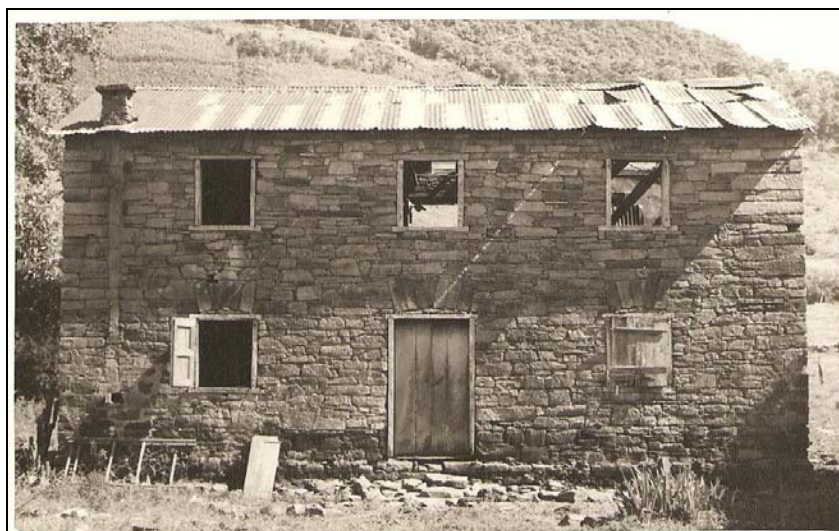


Imagem 21: Residência antiga de Antonio Baggio e família localizada a esquerda do Rio Portella. Foram pioneiros do Núcleo Soturno.

Fonte: DESCOVI, Adelino. **Residência antiga de Antonio Baggio e família.** Nova Palma, 16.2.1976. 1 fotografia, 8 cm x 13 cm. Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Baggio.



Imagem 22: Ruínas da casa de Pietro Antonello local onde se construiu em 1883-1884 a primeira moradia do Núcleo Soturno.

Fonte: PIOVESAN, Pio. **Ruínas da casa de Pietro Antonello.** Nova Palma, 9.8.1973. 1 fotografia, 8 cm x 13 cm. Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Antonello.



Imagem 23: Ângela (12.11.1901) Maria Concetta (14.2.1897) e Francisca (17.5.1894): filhas de Pietro Marin e Giusepina Batistella imigradas com a avó Santa Carrer e os pais aos 16.1.1891. Seu avô Lorenzo foi o pioneiro do Núcleo Soturno estabelecido desde 26.9.1883. Vindos de Fossalta Maggiore -Chiarano - Província de Treviso. Retratada aos 30.11.1918 por ocasião do casamento de Francisca com Ângelo Rampelotto.

Fonte: **FILHAS de Pietro Marin.** Nova Palma, 30.11.1918. 1 fotografia, 13 cm x 22 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Marin.



Imagem 24: Família de Ângelo Aléssio outro pioneiro da colonização de Soturno casado com Luigia Lago em Cittadella – Província de Padova.

Fonte: **FAMÍLIA de Angelo Aléssio.** Nova Palma, (s/d). 1 fotografia, 15 cm x 19 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Aléssio.

PAINEL 4 -**A PRESENÇA DA IGREJA NO NÚCLEO SOTURNO**

A religião é algo sempre presente na colonização do Núcleo Soturno, criado em 1884. Os imigrantes, já em sua maioria, na Itália, nas pequenas vilas, possuíam a Igreja como seu centro cultural e espiritual. Essa religiosidade, que é uma forte característica cultural dos imigrantes italianos, acarreta a presença dos chamados capitéis ao longo do território novapalmense.



Imagem 25: Local da Primeira Missa em Soturno, hoje Nova Palma, celebrada por Pe. Antonio Sório em 1886, localizado próximo ao barracão dos imigrantes.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Local da Primeira Missa em Soturno.** Nova Palma, 2007. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.



Imagem 26: Fotografia da Placa, em porcelana, que registra o local da primeira missa no Núcleo Soturno. Há a fotografia do Pe. Antonio Sório.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Fotografia da Placa, em porcelana, que registra o local da primeira missa no Núcleo Soturno.** Nova Palma, 2007, 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.



Imagem 27: Capitel Santa Polônia, construído em 1950, na Linha Duas de Nova Palma.
Fonte: REBELATTO, Franciele. **Capitel Santa Polônia.** Nova Palma, 4.9.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.



Imagem 28: Capitel Nossa Senhora da Saúde inaugurado aos 24.11.1946, em Linha Duas de Nova Palma.
Fonte: REBELATTO, Franciele. **Capitel Nossa Senhora da Saúde.** Nova Palma, 26.9.2006. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.

PAINEL 5 -**O CRESCIMENTO URBANO DO NÚCLEO SOTURNO**

Este painel tem como objetivo demonstrar o crescimento urbano do Núcleo Soturno que passa a ser denominado de Nova Palma em junho de 1913.



Imagem 29: Fotografia do Núcleo Soturno (atual Nova Palma).

Fonte: FOTOGRAFIA do Núcleo Soturno (atual Nova Palma). Nova Palma, 1939. 1 fotografia, 7 cm x 16 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Nova Palma Cidade.



Imagem 30: Vista do distrito de Nova Palma. Esta imagem é uma fotografia que recebeu uma pintura com anilina.

Fonte: VISTA do distrito de Nova Palma. Nova Palma, 22.6.1956. 1 fotografia, 17cm x 23cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Nova Palma Cidade.



Imagem 31: Fotografia da parte urbana do município de Nova Palma.

Fonte: FOTOGRAFIA da parte urbana do Município de Nova Palma. Nova Palma, 1978, 1 fotografia, color, 12 cm x 29 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Acontecimentos Cívicos.



Imagem 32: Vista da cidade de Nova Palma.

Fonte: VISTA da cidade de Nova Palma. Nova Palma, 29.9.1992. 1 fotografia, color, 10 cm x 15 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Acontecimentos Cívicos.



Imagem 33: Fotografia aérea da cidade de Nova Palma, doada ao Centro de Pesquisas Genealógicas por Mardonio Ferigollo aos 14.7.2009.

Fonte: FOTOGRAFIA aérea da cidade de Nova Palma. Nova Palma, 2009. 1 fotografia color, 10 cm x 15 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Acontecimentos Cíveis.

PAINEL 6 -**EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E O PADRE LUIZ SPONCHIADO**

Com a tentativa frustrada de emancipação da Colônia Silveira Martins, o seu território foi subdivididos e distribuídos para os Municípios de Santa Maria, São Martinho e Cachoeira do Sul. Em 1891, Vila Rica é elevada a Município (hoje Julio de Castilhos) e São Martinho passa a pertencer a esse novo município. Já a emancipação política de Nova Palma, então distrito de Júlio de Castilhos, dá-se com a vinda de Padre Luiz Sponchiado para o município. Algumas tentativas foram feitas, mas a que resulta na emancipação é o projeto idealizado pelo Padre, a qual foi aprovado em 1960. Neste painel, apresenta-se imagens dos políticos que compuseram e que compõem o poder executivo e legislativo Municipal.

Observa-se mais uma vez, o envolvimento de Padre Luiz Sponchiado com este processo:

Tinha por motivo acompanhar e estar presente para qualquer consulta oportuna que se fizesse necessária, para lembrar aos senhores deputados, que estava acompanhando o processo pessoalmente, e não me retiraria sem uma solução, e ao mesmo tempo, tornar-me conhecido e visto dos legisladores que ali dialogavam com eles, dizendo-lhes de minha pretensão e recomendando-me ao seu voto positivo quando chegasse a votação do processo¹²².

¹²² Sponchiado (1996) apud ROSSATO, Jucemara. **PADRE LUIZ SPONCHIADO: um empreendedor em Nova Palma, (Município da Quarta Colônia de Imigração Italiana). 1996.** 91f. Monografia (Graduação em História) – Faculdades Franciscanas, Santa Maria, 1996. p.48.



Nova Palma, 1996

Nesta data fez uso da palavra o Revmo. Pe. Luiz Sponchiado, pároco e presidente da Comissão, o qual agradeceu à Virgem de Lourdes a vitória e dedicou-lhe o novo município,

Imagem 34: Placa comemorativa a vitória para a emancipação de Nova Palma.

Fonte: ROSSATO, Jucemara. **PADRE LUIZ SPONCHIADO: um empreendedor em Nova Palma, (Município da Quarta Colônia de Imigração Italiana).** 1996. 91f. Monografia (Graduação em História) – Faculdades Franciscanas, Santa Maria, 1996. p.50.



Imagem 37: Pintura dos primeiros vereadores de Nova Palma elaborada em homenagem aos cem anos de colonização do Município de Nova Palma aos 17.7.1984, tendo como primeiro Presidente deste legislativo Luiz Librelotto.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Pintura dos primeiros vereadores de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.



Imagem 38: Segundo Prefeito de Nova Palma de 31.12.1963 – 30.05.1964 Vice-prefeito eleito aos 15.11.1963 assumiu em virtude do empate ocorrido na eleição.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon (reproduzida). **Segundo Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.



Imagem 39: Terceiro Prefeito de Nova Palma Achiles Grotto de 30.05.1964- 31.01.1969.
Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon (Reproduzida). **Terceiro Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.



Imagem 40: Quarto Prefeito de Nova Palma Ângelo Antonio Pigatto de 31.01.1969 – 31.01.1973.
Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon (reproduzida). **Quarto Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.



Imagem 41: Quinto Prefeito de Nova Palma Achiles Grotto de 31.01.1973 – 31.01.1977.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon (reproduzida). **Quinto Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.



Imagem 42: Sexto Prefeito de Nova Palma, Joel Pereira Rodrigues de 31.01.1977 – 31.01.1983.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon (reproduzida). **Sexto Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.



Imagem 43: Sétimo Prefeito de Nova Palma Pedro Renato Zasso de 31.01.1983- 31.12.1988.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon (reproduzida). **Sétimo Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.



Imagem 44: Oitavo Prefeito de Nova Palma Joel Pereira Rodrigues de 01.01.1989 – 01.01.1993.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon (reproduzida). **Oitavo Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.



Imagem 45: Nono Prefeito de Nova Palma Valternei Ceolin de 01.01.1993- 01.01.1997.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon (reproduzida). **Nono Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.



Imagem 46: Décimo Prefeito de Nova Palma Antonio Carlos Pigatto de 01.01.1997 – 01.01.2001 e 01.01.2001 – 01.01.2005.

Fonte: **DÉCIMO Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 01.01.1997. 1 fotografia, color, 12 cm x 17 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Prefeitura.



Imagem 47: Décimo primeiro Prefeito de Nova Palma Elder José Grendene de 01.01.2005-01.01.2009 e 01.01.2009 – 01.01.2013.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Décimo Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.



Imagem 48: Poder Legislativo atual na homenagem ao único vereador ainda vivo da primeira legislatura senhor Pery Pigatto aos 20.4.2009.

Fonte: PODER Legislativo Atual. Nova Palma. 20.4.2009. 1 fotografia, color, 12 cm x 10 cm. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Câmara de Vereadores de Nova Palma.

PAINEL 7 –**PADRE LUIZ SPONCHIADO E A EDUCAÇÃO**

Com estas imagens pode-se observar que, desde o muito cedo, no Núcleo Soturno, a educação é uma preocupação. Com a chegada de Padre Luiz Sponchiado a Nova Palma em 1956, registra-se grandes avanços nessa área tendo como obra mais expressiva a criação do Colégio Comercial Novapalmense.



Imagem 49: Escola de Ângelo Didonet por volta de 1910.

Fonte: ESCOLA de Ângelo Didonet. Nova Palma, 1910. 1 fotografia, 11,5 cm x 17 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Escolas.



Imagem 50: Escola de Venuta Maria Ravello que funcionava junto à casa de seus pais na linha Um Negativa do Núcleo Soturno.

Fonte: ESCOLA de Venuta Maria Ravello. Nova Palma, 1920. 1 fotografia, 11 cm x 17 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Escolas.



Imagem 51: Alunos em Nova Palma, em que lecionavam nos meses de férias os seminaristas, neste caso vê-se Achilles Bertoldo como professor.

Fonte: ALUNOS em Nova Palma. Nova Palma, 1922. 1 fotografia, 12 cm x 17 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Escolas.



Imagem 52: Escola da Professora Cândida Zasso dos anos de 1940-57. Casa Herdada por Elizeu Zasso.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Escola Professora Cândida Zasso.** Nova Palma, 2007. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

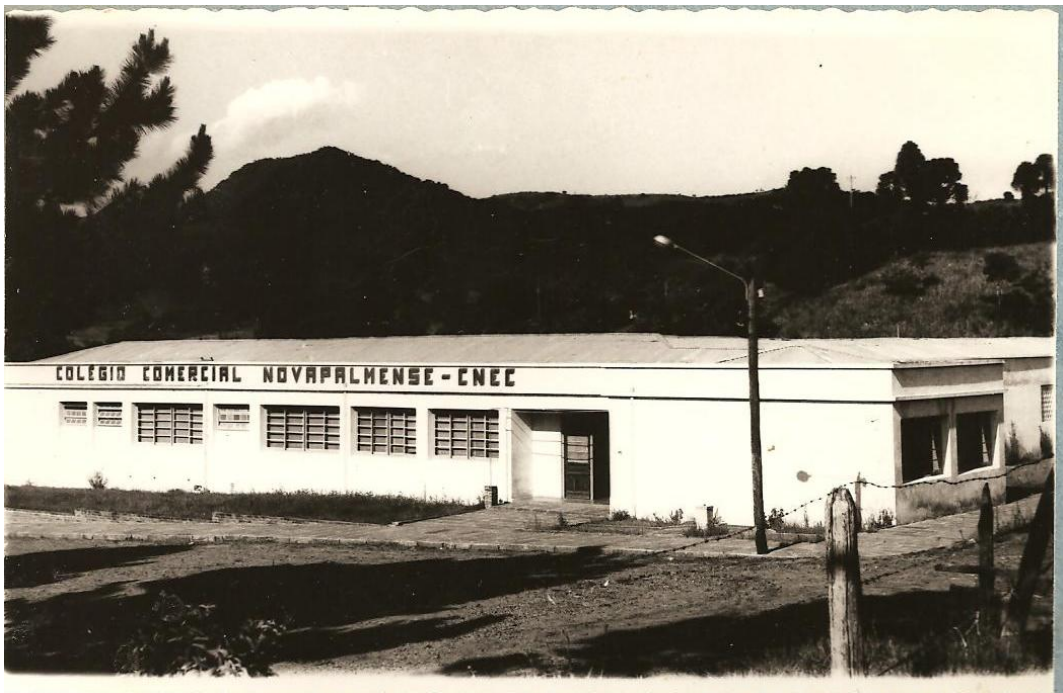


Imagem 53: Sede do Colégio Comercial Novapalmense em 1960. Este colégio funcionava, anteriormente, nas dependências da Paróquia desde 22.3.1959.

Fonte: SEDE do Colégio Comercial Novapalmense. Nova Palma, 1960. 1 fotografia, 9 cm x 13 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Escolas.

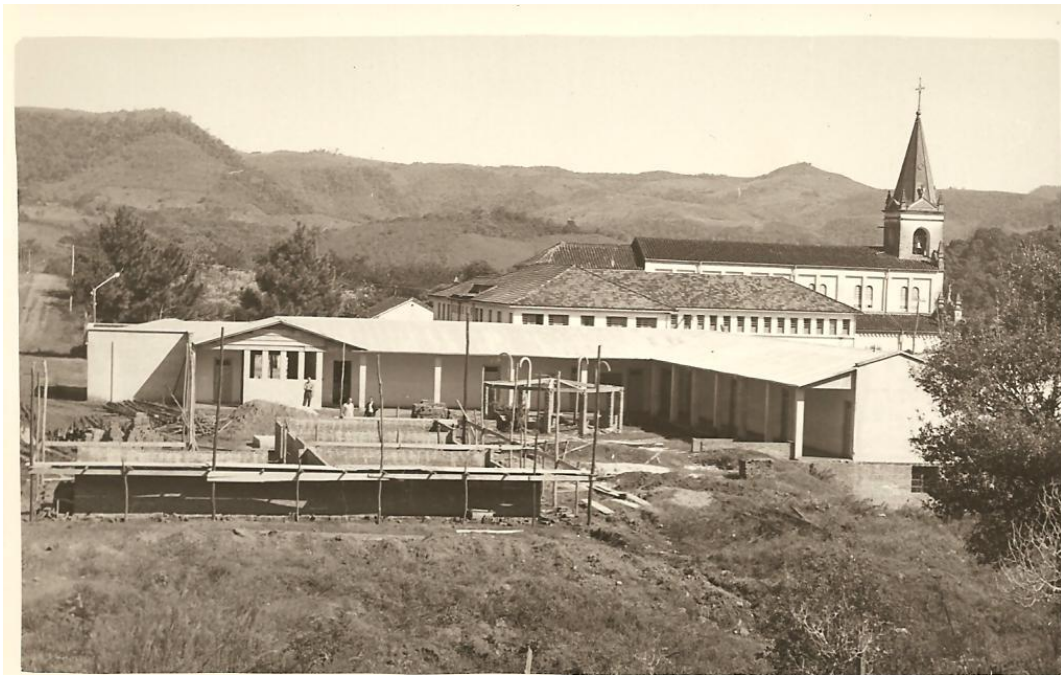


Imagem 54: Vista do Colégio Comercial Novapalmense próximo a Igreja Matriz.

Fonte: VISTA do Colégio Comercial Novapalmense. Nova Palma, 1960. 1 fotografia, 9 cm x 13 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Escolas.

PAINEL 8 –**PADRE LUIZ SPONCHIADO E A SAÚDE**

Desde 1935, membros da igreja católica, liderados pelo pároco Padre João Zanella, em parceria com a comunidade, pensam na construção de uma unidade hospitalar. Outro dois projetos se concretizam posteriormente a este visando melhores condições e atendimento às exigências sanitárias. O último dos projetos é idealizado por Padre Luiz Sponchiado, em 1976, e fica sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.



Imagem 55: Primeiro hospital de Nova Palma na Propriedade dos Tomasi, inaugurado aos 5.6.1931 e funcionou neste local até 31.12.1938 sob responsabilidade do Doutor Giulio Falcon.
Fonte: PRIMEIRO Hospital de Nova Palma. Nova Palma, 1973. 1 fotografia, 8 cm x 13 cm.
In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Hospital.



Imagem 56: Hospital Nossa Senhora da Piedade Inaugurado aos 31.12.1938.

Fonte: HOSPITAL Nossa Senhora da Piedade. Nova Palma, (s/d). 1 fotografia, 9 cm x 13 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Hospital.



Imagem 57: Atual Hospital Nossa Senhora da Piedade de Nova Palma inaugurado aos 5.11.1977.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Atual Hospital Nossa Senhora da Piedade.** Nova Palma, 2008. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

PAINEL 9-**PADRE LUIZ SPONCHIADO E A COOPERATIVA**

Dentre as muitas iniciativas de Padre Luiz Sponchiado para melhorar a perspectiva agrícola do Município, cria-se em 1956 a Sociedade Agrícola e Pastoril Novapalmense – SAPAN, a qual é desativada em 1962. Em seu lugar funda-se Cooperativa Agrícola Mista de Nova Palma aos 31.5.1962.



Imagem 58: Fotografia da sede Administrativa da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma. Com a desativação da SAPAN (Sociedade Agrícola Pastoril Novapalmense) que funcionou de 1959 a 1962 criou-se A Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma aos 31.5.1962.

Fonte: FOTOGRAFIA da Sede Administrativa Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma. Nova Palma, 2009. In. Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.



Imagem 59: Vista aérea da Sede da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.

Fonte: VISTA aérea da Sede da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma. Nova Palma, 2009. In. Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma



Imagem 60: Vista aérea do Moinho de Trigo de São João do Polesine, da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.

Fonte: VISTA aérea do Moinho de Trigo de São João do Polêsine. São João do Polesine, 2009. In. Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.



Imagem 61: Unidade da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma no Distrito de Caemborá.
Fonte: UNIDADE da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma, no Distrito de Caemborá. Nova Palma, 2009. In. Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.



Imagem 62: Unidade da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma no Município de Dona Francisca.
Fonte: UNIDADE da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma, no Município de Dona Francisca. Dona Francisca, 2009. In. Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.



Imagem 63: Unidade da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma na comunidade de São Cristóvão.

Fonte: UNIDADE da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma, na comunidade de São Cristóvão. Nova Palma, 2009. In. Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.



Imagem 64: Unidade da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma no Município de São João do Polêsine.

Fonte: UNIDADE da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Município de São João do Polêsine. São João do Polesine, 2009. In. Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.



Imagem 65: Unidade da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma em Val de Serra.
Fonte: UNIDADE da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma em Val de Serra. Julio de Castilhos, 2009. In. Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.

PAINEL 10 –**A IGREJA MATRIZ**

A Igreja sempre foi um símbolo da religiosidade dos imigrantes italianos. Em Nova Palma, a Igreja matriz é inaugurada em 15.2.1927, projetada pelo arquiteto Vitorino Ziani, em estilo renascença e construída pelo italiano Pedro Bay. A torre é erguida, em 1915, separada da então igreja. Com a construção da nova igreja, a torre permaneceu sendo esta estruturada ao redor da torre.



Imagem 66: Segunda Capela da Trindade, edifício escolar e a Casa Canônica. O local em frente às crianças se localizava a primeira capela do em Núcleo Soturno.

Fonte: **SEGUNDA Capela da Trindade.** Nova Palma, 1.12.1904. 1 fotografia, 12 cm x 16 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Matriz.



Imagem 67: Terceira Igreja Matriz de Nova Palma construída mantendo a torre central aos 15.2.1927. Construída pelo italiano Pedro Bay.

Fonte: TERCEIRA Igreja Matriz de Nova Palma. Nova Palma, (s/d). 1 fotografia, 10 cm x 13 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Matriz.



Imagem 68: Igreja Matriz atual construída em 1927.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Igreja Matriz atual.** Nova Palma, 2008. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

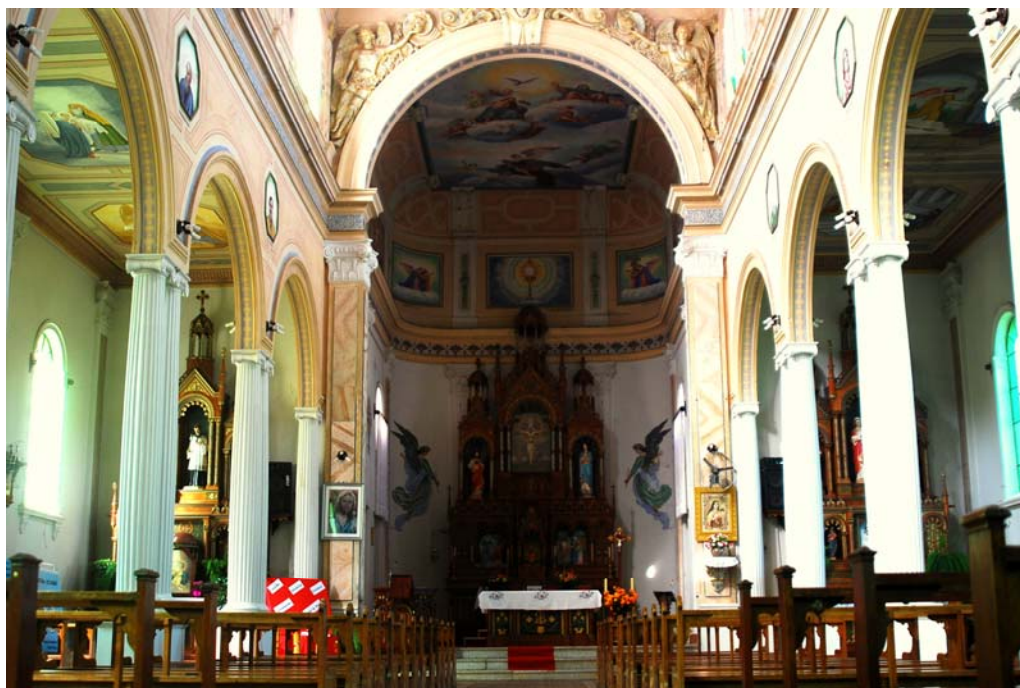


Imagem 69: Interior da Igreja Matriz.

Fonte: REBELATTO, Franciele. **Interior da Igreja Matriz.** Nova Palma, 4.9.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS

PAINEL 11 –**O CENTRO DE PESQUISAS GENEALÓGICAS DE NOVA PALMA (CPG)**

A obra destaque do Padre Luiz Sponchiado é o Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG), em Nova Palma. O CPG é uma instituição que desenvolve um trabalho de preservação e de pesquisa há mais de 20 anos na Quarta Colônia, sendo os seus trabalhos voltados para as famílias de imigrantes italianos da Quarta Colônia Silveira Martins. Neste Centro encontra-se um acervo de Genealogia, Cronologia, Fitas Cassetes e de Vídeo, Caixas das Famílias e Biblioteca.

Criação



Inauguração do centro de Pesquisas Genealógicas a 1/6/1984 e o conselho Paroquial que construiu as novas instalações deste Centro.

Imagem 70: Inauguração do Centro de Pesquisas Genealógicas. 1ª fila: Calixto Alexandre Vendrusculo, Ricardo Turra, Achilles Rossato, Padre Luiz Sponchiado, João Carlos Piovesan, Victorino Bellé, Irmã Ermelinda Canzian, Madalena Canzian. 2ª fila: Carmelinho Bellé, Carmelinho Piovesan, Reni Stefanello, Helio Dallanora, Valcenir Manfio, Fiorindo Binotto, Inês Bertoldo, Cirilo Tomasi, Abel Piovesan, Mateus Rossato, Altamir Piccinin. 3ª fila: Egidio Piovesan, Plínio Bertoldo, Arcilo Bellé.

Fonte: INAUGURAÇÃO do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma. Nova Palma, 01.06.1984. 1 fotografia, color, 9 cm x 14 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa CPG.



Imagem 71: Padre Luiz Sponchiado recebendo o título de Comendador da República, do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Fonte: Padre Luiz Sponchiado recebendo o título de Comendador da República. Brasília, 07.11.2000. 1 fotografia, color, 15 cm x 22 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa CPG.

Organização



Imagem 72: Sala de Recepção do CPG de Nova Palma.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Sala de Recepção do CPG.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.



Imagem 73: Sala da Genealogia do CPG de Nova Palma.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Sala de Genealogia do CPG.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

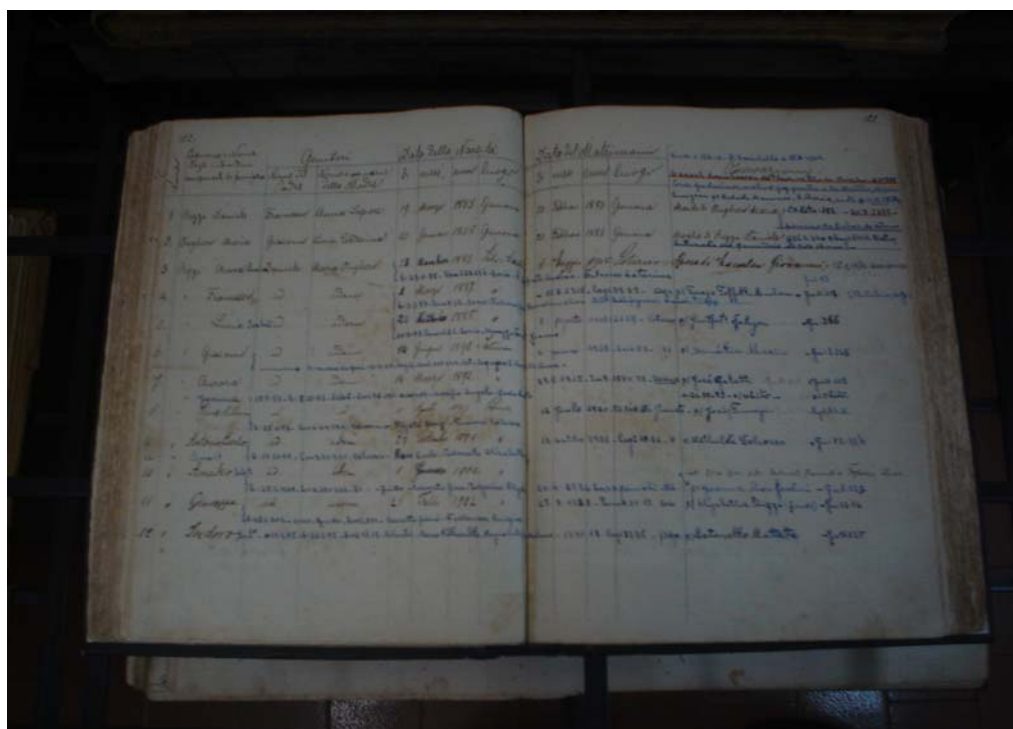


Imagem 74: Livro de Genealogia nº 2 do CPG de Nova Palma.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Livro de Genealogia nº 2 do CPG.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.



Imagem 75: Fotografia de um dos livros de registros denominados pelo Pe. Luiz Sponchiado de Cronologia.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Fotografia de um dos livros de registros denominados pelo Padre Luiz Sponchiado de Cronologia.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.



Imagem 76: Sala denominada de Documentação das Famílias.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Sala denominada de Documentação das Famílias.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.



Imagem 77: Padre Luiz na Biblioteca.

Fonte: REBELATTO, Franciele. **Padre Luiz na Biblioteca.** Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS

Os Arquivos de Famílias



Imagem 78: Família de Ludovico Michelon.

Fonte: FAMÍLIA de Ludovico Michelon. Nova Palma, 1940. 1 fotografia, 16 cm x 21 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Michelon.



Imagem 79: Família de Padre José Stefanello.

Fonte: FAMÍLIA de Padre José Stefanello. Nova Palma, (s/d). 1 fotografia, 12 cm x 16 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Stefanello.



Imagem 80: Família de Valentim Stefanello.

Fonte: FAMÍLIA de Valentim Stefanello. Nova Palma, 1945. 1 fotografia, 11 cm x 16 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Stefanello.



Imagem 81: Família de Angelo Baggio.

Fonte: FAMÍLIA de Angelo Baggio. Nova Palma, 25.12.1951. 1 fotografia, 13 cm x 22 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Baggio.

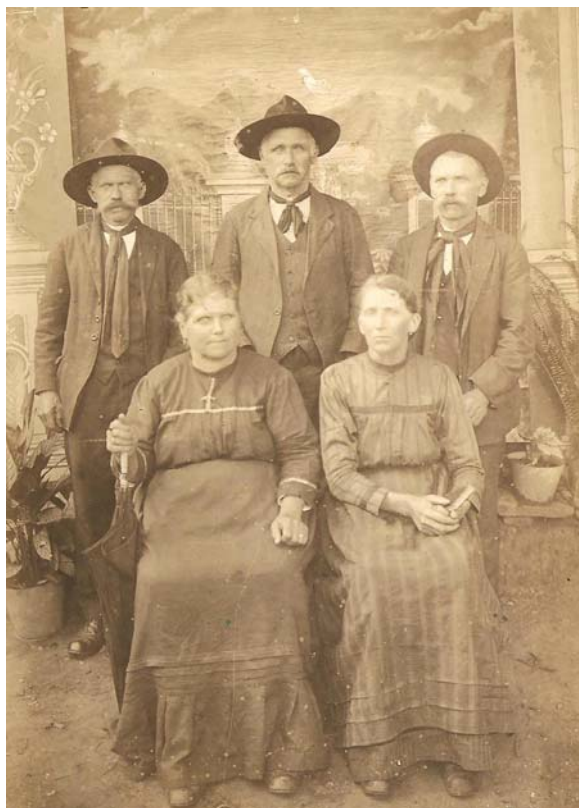


Imagem 82: Filhos de Giuseppe Piovesan e Antonia Parizzotto tiveram oito, mas no retrato aparecem cinco: Angelo Luigi, Giovani, Ângela e Luigia, imigrados de Santa Cristina de Treviso.

Fonte: FILHOS de Giuseppe Piovesan e Antonia Parizzotto. Nova Palma,(s/d). 1 fotografia, 11 cm x 15 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Piovesan.




Imagem 83: Família de José e Albina Piovesan. 1ª fila: Romano Getúlio, Fabiano, Tarcísio Elias, Jose, Victor Luiz, Rosa e Celestino. 2ª fila: Gonçalino, Paulino, Hilário, João Justo, Rosa Maria, Maria, Liduina.

Fonte: FILHOS de José e Albina Piovesan. Nova Palma, 15.2.1945. 1 fotografia, 11,5 cm x 17 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Piovesan

Exemplo de Documentos Existentes no Centro de Pesquisas Genealógicas

Cce: 3.53

p.zza roma, 2
cap. 31055
c.f. 80008290266
p. iva 01253020265



**COMUNE DI
QUINTO DI TREVISO**
PROVINCIA DI TREVISO

Servizi Demografici:
tel. 0422-472329
fax 0422-472381
Centralino:
tel. 0422-472311
fax 0422-472380


CERTIFICATO DI NASCITA
L'UFFICIALE DELLO STATO CIVILE

Visto il registro degli atti di nascita per l'anno 1873
atto n. 00051 1873

C E R T I F I C A

che **PIOVESAN GIOVANNI**
Paternita': **PIOVESAN GIUSEPPE**
Maternita': **PARISOTTO ANTONIA**
E' NATO a **QUINTO DI TREVISO (TV)**
il 24-04-1873


Si rilascia ai sensi Art. 3 D.P.R. 2-5-1957 N.432
Esente da bollo ai sensi art.7 c. 5, legge 29-12-1990,n.405



Prof. Osvaldo Dal Lago
Agente Consolare d'Italia a Santos
BS, Brasile.

Rilasciato in Esente
Uso : AMMINISTRATIVO
Diritti : n. 5517

Data : 04-10-2007
Ora : 08:37



L'UFFICIALE DI STATO CIVILE
L'ORDINE DEL SINDACO
Il Funzionario Incaricato
Dott. ... Nicola Costa

Imagem 84: Certidão de nascimento de Giovanni Piovesan da Itália no ano de 1873.

Fonte: CERTIDÃO de nascimento de Giovanni Piovesan. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Piovesan

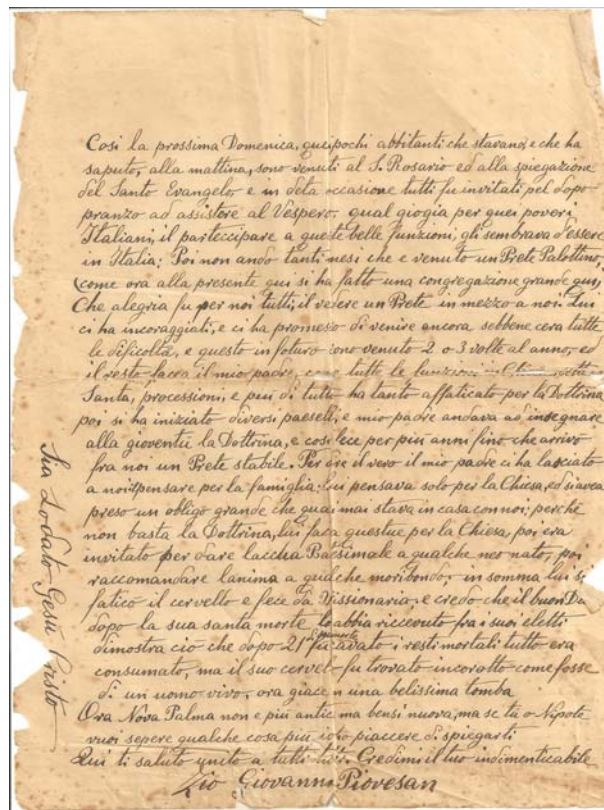
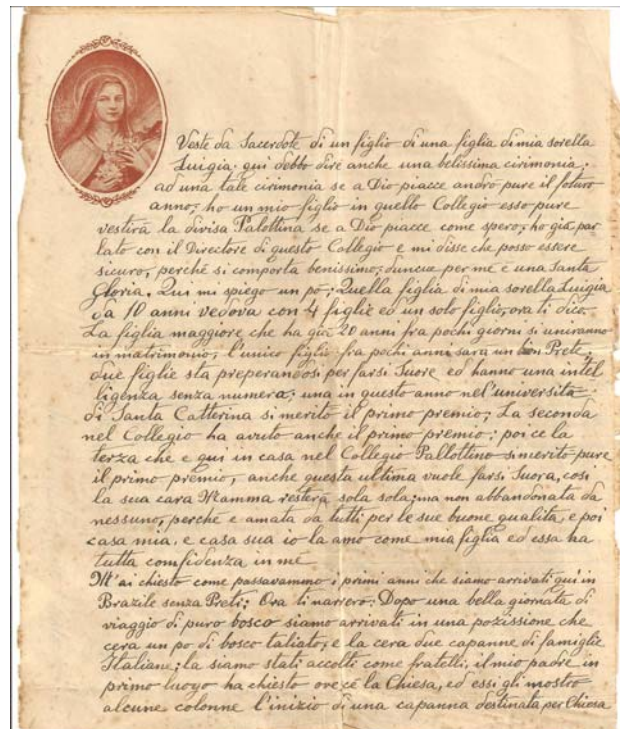
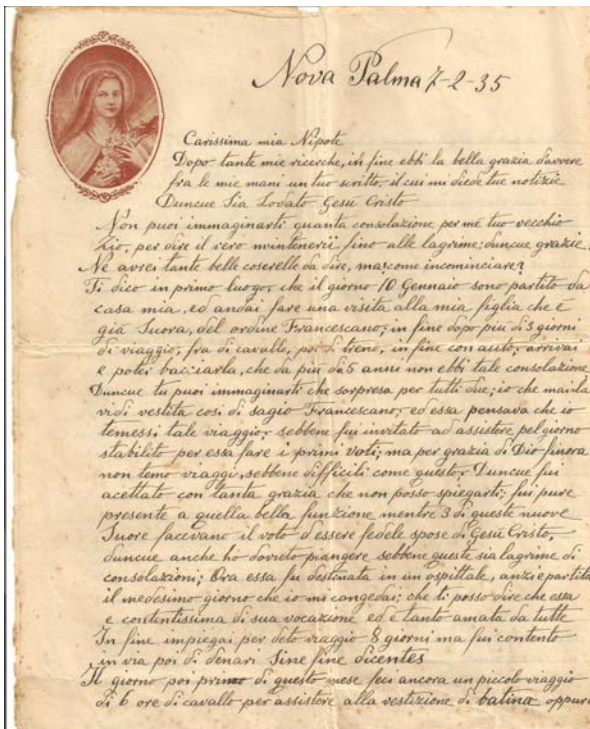


Imagem 85: Carta escrita por Giovanni Piovesan a sua sobrinha que ficou na Itália em Santa Cristina de Treviso, Gasparina Tosatto.

Fonte: CARTA escrita por Giovanni Piovesan. Nova Palma, 7.2.1935. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Piovesan.



Imagem 87: Família de Giovanni Piovesan. 1ª fila: Cecília Savegnago Casada com Ângelo Piovesan tendo Ângela e Rosa no colo, Inês (de Giovani e Apolônia) Giovanni, Eugenio, Apolônia Folgiarini (II mulher de Giovanni) tendo no colo Antonia, José, primogênita Rosa casado com Albina Rossato tendo no colo João Justo. 2ª fila: Guido, Melania Bellé C/ Valentin, Antonio C/ Elizabetha Zanon, Agostinho Piovesan; 3ª fila: Constantino, Benjamin, Maria, Francisco, Rosa.
Fonte: ZANELLA, Padre João. **Família de Giovani Piovesan.** Nova Palma, 25.12.1922. 1 fotografia, 15 cm x 21 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Piovesan.



Imagem 88: Domenico Pigatto e seus sete filhos residentes na Itália. Fotografada por ocasião da visita de Luigi, residente no Brasil (em Nova Palma – RS) a seu irmão em Bassano Del Grappa – Treviso – Itália.
Fonte: DOMENICO Pigatto e seus sete filhos. Itália, 17.2.1920. 1 fotografia, 9 cm x 13 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Pigatto.

PAINEL 12 –**OS DISTRITOS MUNICIPAIS/LINHAS**

O Núcleo Soturno foi dividido em lotes de colonização e estes obedeciam o traçado das linhas sendo o marco inicial para a medição destas o rio Soturno, que a cada mil metros a partir deste rio media-se uma linha. Nestas linhas os imigrantes organizaram sua vida econômica, religiosa e social. Ao longo destas surgiram capelas ou capitéis que constituem uma comunidade. Assim sendo, estas linhas se tornaram comunidades, da mesma forma que outras foram se desenvolvendo, sem necessariamente seguirem estas linhas.



Imagem 89: Comunidade de Rincão Santo Antonio.

Fonte: FERRARI, Renata. **Comunidade de Rincão Santo Antonio.** Nova Palma, 2007. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Renata Ferrari.



Imagem 90: Comunidade de Rincão dos Fréos.

Fonte: FERRARI, Renata. **Comunidade de Rincão dos Fréos.** Nova Palma, 2007. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Renata Ferrari.



Imagem 91: Comunidade de Bom Retiro.

Fonte: BINOTTO, Alano. **Comunidade de Bom Retiro.** Nova Palma, 22.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.



Imagem 92: Comunidade de Linha do Soturno.

Fonte: FERRARI, Renata. **Comunidade de Linha do Soturno.** Nova Palma, 8.1.2007. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Renata Ferrari.



Imagem 93: Comunidade de Linha Base.

Fonte: ANGONESE, Padre José Mário. **Comunidade de Linha Base.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Padre José Mário Angonese.

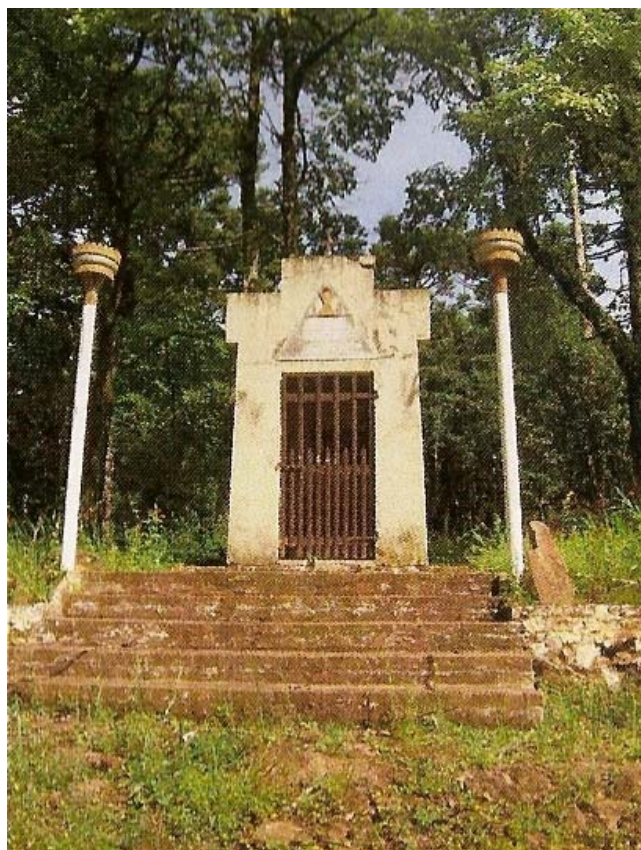


Imagem 94: Capitel Nossa Senhora Aparecida inaugurado em 1940. Comunidade Linha Geral. Fotografada em 2007 por Renata Ferrari.

Fonte: FERRARI, Renata. **Capitel Nossa Senhora Aparecida.** Nova Palma, 2007. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Renata Ferrari.



Imagem 95: Capitel São Caetano inaugurado em 1937, Comunidade Linha Rigon.

Fonte: FERRARI, Renata. **Capitel São Caetano.** Nova Palma, 26.9.2006. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Renata Ferrari.



Imagem 96: Salão Comunitário de Linha Um.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Salão Comunitário de Linha Um.** Nova Palma, 23.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.



Imagem 97: Comunidade de Linha Duas.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Comunidade de Linha Duas.** Nova Palma, 23.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.



Imagem 98: Comunidade de Linha Três(Linha Santo Antonio).

Fonte: COMUNIDADE de Linha Três. Nova Palma, 22.3.1998. 1 fotografia, color, 12 cm x 15 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala de Documentação das Famílias, Caixa Linha Três.



Imagem 99: Comunidade Linha Cinco.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Comunidade de Linha Cinco.** Nova Palma, 23.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.



Imagem 100: Comunidade de Nossa Senhora da Salete.

Fonte: COMUNIDADE de Nossa Senhora da Salete. Nova Palma, 2008. 1 fotografia, color, 10 cm x 15 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala de Documentação das Famílias, Caixa Salete.



Imagem 101: Comunidade Rincão do Padilha.

Fonte: FERRARI, Renata. **Comunidade Rincão do Padilha.** Nova Palma, 19.10.2005. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.



Imagem 102: Comunidade Rincão Santo Inácio.

Fonte: SILVA, Rosenilda da. **Comunidade Rincão Santo Inácio.** Nova Palma, 23.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Rosenilda da Silva.



Imagem 103: Comunidade de Vila Cruz.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Comunidade de Vila Cruz.** Nova Palma, 23.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.



Imagem 104: Comunidade de Novo Paraíso.

Fonte: FERRARI, Renata. **Comunidade de Novo Paraíso.** Nova Palma, 17.10.2005. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma -RS



Imagem 105: Comunidade de Linha dos Cocco.

Fonte: FERRARI, Renata. **Comunidade de Linha dos Cocco.** Nova Palma, 20.1.2003. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma -RS



Imagem 106: Comunidade de Pinhalzinho.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Comunidade de Pinhalzinho.** Nova Palma, 23.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

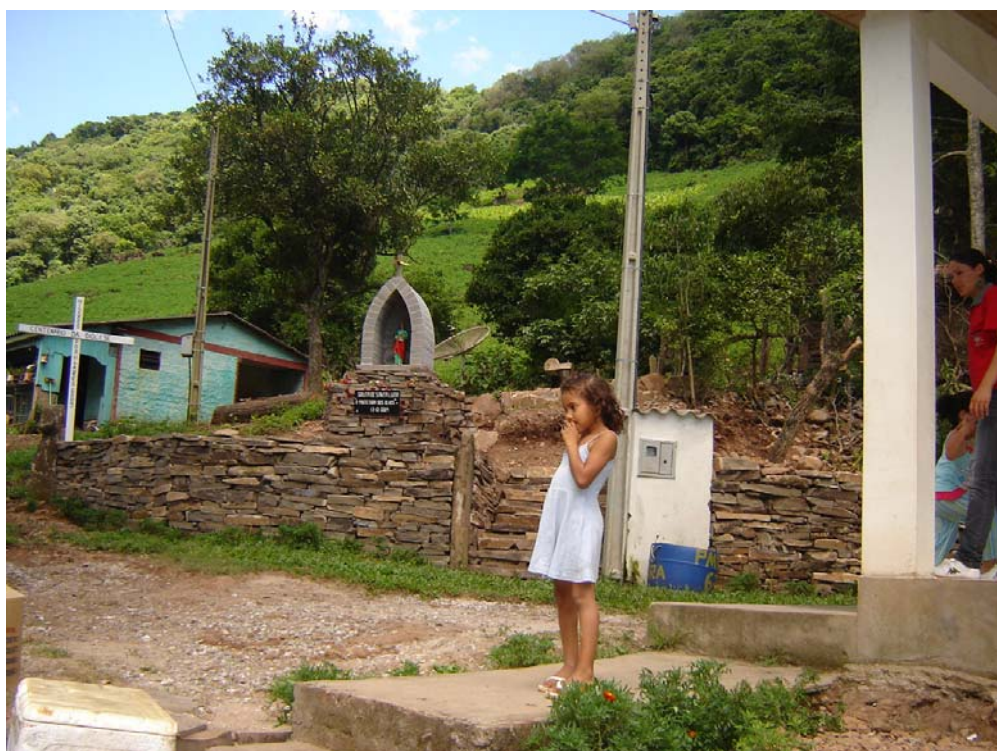


Imagem 107: Comunidade de Santa Luzia (antiga Saracura).

Fonte: GARLET, Clauciane. **Comunidade de Santa Luzia (antiga Saracura)** Nova Palma, 14.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico Arquivo Prefeitura Municipal de Nova Palma-RS.



Imagem 108: Comunidade do Bugre.

Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Comunidade do Bugre.** Nova Palma, 23.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.



Imagem 109: Comunidade de Comércio.

Fonte: FERRARI, Renata. **Comunidade de Comércio.** Nova Palma, 19.10.2005. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma –RS.



Imagem 110: Comunidade de Gramado.

Fonte: FERRARI, Renata. **Comunidade de Gramado.** Nova Palma, 19.10.2005. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma –RS.



Imagem 111: Comunidade de Santa Terezinha.

Fonte: COMUNIDADE de Santa Terezinha. Nova Palma, 22.11.1983. 1 fotografia, color, 8 cm x 12 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Sala de Documentação das Famílias, Caixa Santa Terezinha.



Imagem 112: Comunidade de Cerro Azul.

Fonte: FERRARI, Renata. **Comunidade de Cerro Azul.** Nova Palma, 31.10..2005. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma –RS.



Imagem 113: Comunidade de Felisberta.

Fonte: FERRARI, Renata. **Comunidade de Felisberta .** Nova Palma, 20.1.2003. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma –RS.



Imagem 114: Comunidade de Caemborá.

Fonte: FERRARI, Renata. **Comunidade de Caemborá.** Nova Palma, 31.10.2005. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma –RS.

PAINEL 13 –**O MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL - UMA PROPOSTA**

Este painel apresenta o que é necessário para que a proposta do museu se concretize, tendo bem claro que toda esta estruturação e fases são fundamentais.

O QUE É NECESSÁRIO PARA A CRIAÇÃO DE UM MUSEU

1 - REGULAMENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

1.1- Decreto de Criação: Projeto de Lei que cria esta instituição. Este documento deve ser elaborado pelo órgão público responsável por este Museu;

1.2 – Estatuto/Regimento Interno: Documento que regula as atividades da instituição, deve conter as informações sobre os objetos e as estruturas do Museu;

1.3 - Plano Museológico: É ferramenta que sistematiza o trabalho interno do museu. Compõem esta ferramenta os seguintes itens:

3.1 – Identificação da Instituição (Missão e Diagnóstico)

3.2 – Programas da Instituição;

1.4 - Associação de Amigos: Uma das formas da comunidade ajudar o museu;

1.5 – Política de Aquisição: Método pelo qual a instituição faz o descarte dos bens culturais;

1.6 – Formação do Acervo: São as formas de aquisição do acervo;

1.7 – Inventário do Acervo Museológico: São os documentos de registro e catalogação do acervo do Museu;

1.8 – Processos Museológicos: São as atividades permanentes desenvolvidas pelo Museu como Preservação, Investigação e Comunicação.

2 - INFRA-ESTRUTURA MATERIAL E DE PESSOAL

<i>Sala(s) de Entrada</i>	<i>Diretor</i>
<i>Sala(s) de Exposição Permanente</i>	<i>Auxiliar Administrativo</i>
<i>Sala(s) de Exposição Temporária</i>	<i>Equipe Técnica (Museólogo, Historiador, Bibliotecário, Museógrafo, Arquivista, Restaurador)</i>
<i>Biblioteca/Mapoteca</i>	
<i>Setor Administrativo</i>	<i>Equipe Pedagógica (Pedagogo, Educador)</i>
<i>Reserva Técnica</i>	
<i>Sala(s) de Preservação</i>	<i>Equipe de Manutenção e Vigilância</i>
<i>Sala(s) de Restauro</i>	<i>Entre Outros Profissionais</i>
<i>Auditório(s)</i>	

PLANTA DO MUSEU PROPOSTO PARA O CENTRO CULTURAL

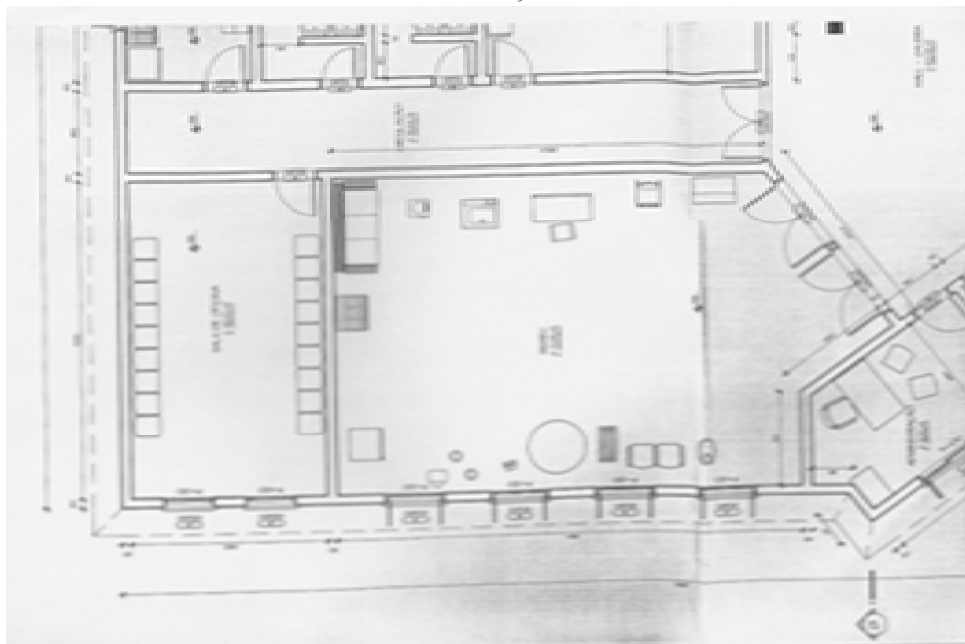


Imagem 115: Planta do Museu Proposto para o Centro Cultural.

Fonte: PREFEITURA Municipal de Nova Palma. Secretaria da Cultura. Grendene, Elder José; Cunha, André Ivalber da. **Projeto do Centro Cultural de Nova Palma.** 2006

Essa exposição visa demonstrar, através das imagens, que Nova Palma tem uma história, e assim, um patrimônio que lhe confere identidade. Também pretende-se mostrar

que, se esta sociedade possui hoje o Centro de Pesquisas Genealógicas como referência de local de memória e de preservação, é graças a ação de indivíduos, como o Pe.Luiz Sponchiado que era sensível e preocupado com a construção da identidade e da história regional.

É importante ressaltar também que, este patrimônio só é reconhecido pela comunidade novapalmense como sendo o Centro de Pesquisas Genealógicas. Esta exposição propõe-se justamente para desmistificar esta idéia e sensibilizar esta comunidade e o poder público para a necessidade da criação de um Museu Histórico Municipal que seja um local de memória, história e preservação do patrimônio cultural da referida comunidade, e assim corroborar com o trabalho já desenvolvido no Centro de Pesquisas Genealógicas. Ou seja, o patrimônio material e imaterial é de responsabilidade de todos tanto do poder público em que a comunidade se sente representada quanto da própria comunidade.

Neste sentido, a exposição tem o papel de atribuir valor a esse patrimônio propondo a reflexão através da história deste Município de modo a provocar o despertar desta sociedade para a valorização de seu patrimônio cultural, principalmente do poder público de garantir a educação, conhecimento e cultura a esta população. Ou seja, conscientizar a todos de que o Museu Histórico Municipal é um local e uma instituição de memória e de promoção de educação e de cidadania.

Partindo do princípio, de que a valorização do patrimônio cultural depende principalmente de seu conhecimento e, sua preservação, do valor atribuído à história, para valorar e preservar este patrimônio, é necessário fazer um trabalho efetivo de educação patrimonial que seja instrumento de motivação tanto individual quanto coletiva para a prática da cidadania, assim como, para o resgate da auto-estima deste grupo cultural. Isso porque o fortalecimento do sentimento de identidade é dado pelo conhecimento crítico e pela apropriação consciente por parte da comunidade de seu patrimônio. Isso colaborará para que a comunidade de Nova Palma reconheça este passado e compreenda o presente para agir sobre ele, ou seja, cada indivíduo entenderá que é um ser social e histórico e como tal responsável pela preservação desta herança cultural.

CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão de Pós-Graduação pretendeu fundamentar e justificar a importância de uma instituição museológica para o município de Nova Palma, partindo dos aspectos culturais formadores desta região de imigração italiana e tendo como exemplo e incentivo, no que tange a preservação do patrimônio, o Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG). Para isso, propôs-se uma exposição como forma de sensibilização da comunidade de Nova Palma para que ela se conscientize da sua responsabilidade em relação a seu patrimônio cultural e integre a luta pela criação de um Museu.

Com este propósito, algumas reflexões foram feitas quanto às concepções de patrimônio cultural, identidade, memória e museu e de como estas concepções se alteram com as mudanças ocorridas na história. Neste sentido, é possível inferir que à medida que o processo histórico avança, estes conceitos se ampliam, ganham novas perspectivas a fim de responder às necessidades e reivindicações da sociedade.

Tomando como exemplo a identidade maior (nacional) buscada pelo estado nacional moderno observa-se que houve o abafamento de muitas histórias e identidades regionais locais. No entanto, a partir da década de 1970 do século, as diferenças são exaltadas e estas identidades aparentemente esquecidas são reavivadas, por que, embora reprimidas, nunca desaparecem. A identidade então é uma construção simbólica organizada a partir da idéia de pertencimento e imaginária, pois permite a coesão social por meio da identificação do indivíduo frente a coletividade e, assim, estabelece a alteridade.

A construção da memória na sociedade contemporânea dá sentido a uma determinada identidade, pois a criação de uma identidade de representação social própria envolve a elaboração de uma memória, e sua preservação é uma necessidade desta sociedade para a re-elaboração de sua história.

Uma das formas de afirmar-se uma identidade é por meio da valorização do patrimônio cultural e a construção de uma memória. Por isso, a materialidade atingida por esse patrimônio, principalmente representada pelos vestígios do passado, propicia que se atinja o patrimônio imaterial, o qual se constitui na memória de cada indivíduo ou do coletivo, e, assim como esse patrimônio se re-significa dando unidade e sentido ao grupo que congrega.

O museu como patrimônio e local de memória tem esse papel de dar um sentido a história daquela comunidade por ele representada e permitir assim a continuidade histórica

buscada por todos os grupos sociais. É uma instituição dinâmica em constante construção e reconstrução, é um espaço privilegiado de construção de conhecimento que proporciona o reconhecimento, por parte desta comunidade, de que patrimônio cultural é um instrumento de desenvolvimento e educação.

Para isso, é importante que cada indivíduo esteja comprometido e faça sua parte para que este patrimônio cultural seja preservado, entendendo que a preservação é um processo de tomada de consciência do valor dos bens culturais e isso implica na observação e sensibilização. Este patrimônio que nos foi deixado e o que vamos legar é o que perpassa ao longo do tempo e cabe a cada geração preservar e construir outros para permitir que quem virá nos compreenda.

Assim, é fundamental que se entenda que museu não é o lugar de coisa velha e não se restringe a uma exposição de objetos em uma sala, mas sim uma instituição dinâmica que necessita de toda uma infra-estrutura para que possa desempenhar seu papel social adequadamente.

Esta pesquisa igualmente permite a compreensão de que a cultura é dinâmica e se transforma, pois é um processo de construção de valores, de adaptação destes valores ou de rejeição e, assim sendo, o maior patrimônio é o ser humano e, por isso, valorizar-se o que foi legado por estes, valoriza-se enquanto seres humanos que também se é. Assim, o legado dos antepassados italianos é mesclado pela influência de diversos grupos étnicos e épocas diferentes. Então, compreende-se que não existe uma cultura inferior ou superior, nem “pura”, e que todas se influenciam mutuamente, e dessa forma merecem respeito.

A existência do Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) e do Museu Histórico Municipal de Nova Palma se somará na defesa do patrimônio cultural, que, muitas vezes, por falta de informação, a comunidade trata como “coisa velha”, sem utilidade, sem sentido. É somente exercendo um trabalho efetivo de educação e informação que se pode desenvolver, em todos os indivíduos, a consciência da necessidade de que cada um faça sua parte em prol do bem público, que é testemunho das ações humanas ao longo tempo. Nesse sentido, a proposta desta dissertação de criar uma instituição Museológica – O museu Histórico Municipal de Nova Palma - em que a organização prévia de uma exposição se faz necessária para colaborar na sensibilização da comunidade para que isso aconteça.

Desta forma, o museu é o local onde a comunidade construirá sua história e memória. Este pode ser uma instituição educativa que promove a valorização e o desenvolvimento local/regional. Por isso é fundamental o entendimento de que, ao atribuir-se valor aos objetos,

usos e costumes o próprio indivíduo o indivíduo será valorizado e será compreendido como portador de uma história e memória pela qual ele deve zelar.

Tendo como exemplo bem sucedido o Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, que através da iniciativa particular de Pe. Luiz Sponchiado atua como fomentador da cultura na região e desenvolve iniciativas de preservação do patrimônio cultural, acredita-se que este estudo vem contribuir para sensibilizar a sociedade de Nova Palma para que mude seu olhar em relação a seu papel diante da sua história e seu patrimônio.

Assim, a comunicação museológica é fundamental para a mobilização, dinamização e integração dessa comunidade, para que ela reflita sobre si própria e valorize o que lhes é peculiar. Sendo assim, a exposição proposta neste trabalho, pretende ser o lugar da construção e desconstrução de sentidos, o lugar da experiência, da construção de conhecimentos e de formas de olhar. Para atingir este objetivo as imagens são fundamentais, pois ao observá-las será possível remeter-se a uma história e uma memória da época que, embora não vivenciada, mexe com o visitante da exposição.

Esta exposição, então, pretende atribuir valor à história dessa comunidade e, através desta, despertar para a preservação de seu patrimônio cultural assim como, provocar o poder público para que faça sua parte garantindo que esta instituição se concretize, e desenvolva um trabalho efetivo de educação patrimonial que seja instrumento para o fortalecimento dos sentimentos de cidadania e identidade.

Como se constatou neste estudo, os indivíduos buscam na sociedade a que pertencem traços que os unam, os integram e deem sentido a sua vida. Este sentido será propiciado por este patrimônio, através do museu e mais especialmente da exposição. Com esta exposição, proporciona-se que cada um reflita sobre sua responsabilidade em relação a realidade, pois a cultura também é a cura para muitos males da sociedade, pois as ditas raízes históricas são fundamentais para que cada um saiba de onde veio e aonde quer chegar.

Sendo assim, como já estabelecido por lei tanto os museus quanto os centros culturais em seus processos de comunicação museológica devem sim ampliar o campo de construção identitária e de percepção crítica da realidade e servir para a promoção da dignidade humana.

Por isso, um museu não pode ser pensado como o local da guarda de objetos e imagens, ou como o depósito do que não tem mais espaço em casa além daquilo que não se quer mais teria que obrigatoriamente estar exposto no museu, pois cada museu tem uma tipologia, uma missão e deve ser coerente com sua proposta e ter condições físicas e de conservação para gerir o acervo que está sob sua responsabilidade.

Tendo isso como princípio, o Museu Histórico Municipal não pode ser compreendido como exclusivamente um espaço expositivo, mas deve ter toda uma infra-estrutura básica já mencionada e uma regulamentação e um planejamento bem estruturado. Além disso, é primordial que se pense em qualificação para o museu. Ele deve dispor de profissionais de distintas áreas e que estejam comprometidos com sua função social e em desempenhar com responsabilidade sua profissão.

Assim sendo, é fundamental a formação obtida no Curso de Graduação em História e no Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural para a elaboração desse trabalho, pois foi através dos conhecimentos, a instrução adquirida e principalmente a formação não só profissional, mas social foi apreendida em suas bases que a pesquisa se tornou possível. Com isso teve-se a troca de experiências e a compreensão da sociedade de que se é herdeiro e percebe-se qual o papel de cada indivíduo em relação ao que se deixará de herança aos descendentes, pois se é responsável não só pela época em que se vive, mas os conjuntos de nossas ações, hoje, que determinarão o que será deixado como herança, seja esta cultural, patrimonial ou identitária às futuras gerações.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Ricardo. Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea: da coleção a criação. In: BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Museus e Centros Culturais. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Nº 3 Brasília, 2007. p.50-59.

ARAUJO, M. M.; BRUNO, M. C. (Orgs). **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – Documento e Depoimentos**. [S.l]: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

AREVALO, Márcia Conceição da Massena. **Lugares de Memória ou a Prática de Preservar o Invisível Através do Concreto**. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol3n7/marcia.htm>. Acessado em julho de 2007.

BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas (SP): Papyrus, 2001. p 9-17.

BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Museus e Centros Culturais. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Nº 3 Brasília, 2007.

BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 31, Brasília. 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Fortaleza**. Fortaleza, 10-14 nov. 1997. Disponível: <http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/legislação/cartas/fortaleza.shtml>. Acesso em 25.7.2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Mar Del Plata sobre o Patrimônio Intangível**. Mar Del Plata, 10-13 jun. 1997. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=269>. Acesso em 25.7.2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Decreto nº 3.551**. Brasília, 4 ago. 2000. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>. Acesso em 25.7.2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, DEMU; RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO

DA CULTURA. SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS. **Oficina de Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização de Museus**. Santa Maria: 5ª Região Museológica, dias 28, 29 e 30 de outubro, ministrada pelo Museólogo da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Prof. Albino Barbosa de Oliveira Júnior.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Museus e Centros Culturais. **Cadastro Nacional de Museus**. 2ª ed, Brasília, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Museus e Centros Culturais. **DECLARAÇÃO da Cidade de Salvador – Primeiro Encontro Ibero-Americano de Museus**. Bahia, 26-28 Jun. 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Lei nº 11.904**. Brasília, 14 jan. 2009. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso 26 set. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização de Museus. **3º Fórum Nacional de Museus**. 7 – 11 Julho de 2008. Florianópolis SC, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Política Nacional de Museus**. Brasília, mai. 2003. Disponível: http://www.museus.gov.br/downloads/Política_Nacional_de_%20Museus.pdf. Acesso em 26 set. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria Normativa nº 1**. Brasília, 5 jul. 2006. Disponível: http://www.museus.gov.br/downloads/portaria_normativa_n_1_de_5_de_julho_de_2006_DO_U_de_11_07_%E2%80%A6.pdf. Acesso 28 set. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria Normativa nº 1. Brasília, 12 de Janeiro de 2007. Dispõe sobre as relações entre as Unidades Especiais, Museus Regionais e Centros Culturais vinculados ao IPHAN e as suas Associações de Amigos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 jan. 2007. Seção 1.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO ESTADO E DA

CULTURA. SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS. **Oficina de Documentação Museológica**. 11-12 mai. 2009, Santo Ângelo – RS, ministrada pela Museóloga Nóris Leal.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO ESTADO E DA CULTURA. SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS. **Oficina Expografia**. 5-8 de agosto de 2009, Porto Alegre-RS. PUC, ministrada pela Museóloga Marília Xavier Cury.

CADERNOS DO CEOM. Chapecó: Argos. n° 12, jun/dez. 2000, p.107-180.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.p. 61-100.

COSTA, Evanise Páscoa. **Princípios Básicos da Museologia**. Secretaria do Estado e da Cultura: Coordenação do Sistema Estadual de Museus: Curitiba. 2006.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Intervenções da Memória na Historiografia: Identidade, Subjetividade, Fragmentos e Poderes. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC**. São Paulo: EDUC, n°. 17, 1998. p 269-280.

DESCOVI FILHO, L. L. V. , BERTOLDO, F. (Orgs.). **Mapa Quarta Colônia de Imigração Italiana**. Nova Palma, 2008.

DUARTE CANDIDO, Manuelina Maria. **Mini-Curso: Patrimônio Cultural e Participação Popular**: perspectivas da museologia. Santa Catarina: UNIVALE, 2006.

GIRAUDY, Daniele; BOUILHET, Henri; Tradução: Jeanne France Ferreira da Silva. **O Museu e a Vida**. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro RS; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

GIRON, Loraine S. Imigração Italiana no RS: Fatores Determinantes. In: DACANAL, J. GONZAGA, S. (Orgs) **RS: Imigração e Colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

GONÇALVES, José Reginaldo. Os Museus e a Representação do Brasil: Os Museus como Espaços Materiais de Representação Social. In: BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 31, Brasília. 2005, p.254-273.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Modos de Ver: Museus e Comunicação. In: **CADERNOS DO CEOM**. Chapecó: Argos. nº 12, jun/dez. 2000, p.133-157.

KERSTEN, Márcia e BONIN, Anamaria. Para Pensar os Museus ou “Quem deve controlar a representação do significado dos outros?”. In: BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Museus e Centros Culturais. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Nº 3 Brasília , 2007, p.117-128.

MAESTRI, Mário. **O Império: da Consolidação a Crise do Escravismo- 1822 -1889**. Passo Fundo: UPF, 2005.

MAPA do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.viagemdeferias.com/mapa/rio-grande-sul.gif>. Acessado aos 7.09.2009.

MOURA, Rafael Muniz de. O Gerenciamento De Projetos Aplicado A Exposições Museológicas. In: **Revista Eletrônica Jovem Museologia**. Rio de Janeiro, nº 3, v.5, 1º/2008. p.29. Disponível em: http://www.unirio.br/jovemmuseologia/documentos/5/rafaelmuniz_artigo.pdf. Acesso em 28 set. 2009.

NOVA PALMA (RS). PREFEITURA MUNICIPAL. **Lei Orgânica Municipal**. Nova Palma, 30 mar. 1990. Disponível em: <http://www.novapalma.rs.cnm.org.br/portal1/municipio/legislacao.asp>. Acesso: 10 out. 2009.

OLIVEIRA, Alberto T. **Memória, Patrimônio, O Arqueólogo e a Cidade: Arqueologia Urbana e Preservação do Patrimônio Arqueológico**. Comunicação, [S.l.: s.n].

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Invenção da Sociedade Gaúcha. In: **Ensaio FEE: A Sociedade Gaúcha**. Porto Alegre, ano 14, n.2, p.383-396, 1993.

_____. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Imagem, Memória, Sensibilidades: Territórios do Historiador. In: RAMOS, Alcides; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra Jatthy (Orgs). **Imagens na História**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p 17-34.

RAMOS, Alcides; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra Jatthy (Orgs). **Imagens na História**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

RAMOS, Régis Lopes. **A Danação do Objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004.

ROSSATO, Jucemara. **PADRE LUIZ SPONCHIADO: um empreendedor em Nova Palma, (Município da Quarta Colônia de Imigração Italiana)**. 1996. 91f. Monografia (Graduação em História) – Faculdades Franciscanas, Santa Maria, 1996.

SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia Aplicada aos Museus**. São Paulo: Mackenzie, 2000.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/DEMU, 2008.

SOARES, Bruno C. Brulon. O Novo Museu Na América Latina: novos paradigmas para uma nova museologia. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 8., Bahia, 2007. (Texto referente a trabalho apresentado).

SPONCHIADO, Pe. Luiz. A Anágrafe de Nova Palma e os inícios da Colônia Silveira Martins. In: DE BONI, Luis A. (Org). **A Presença Italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1990.v.3, p.148.167.

_____. **Imigração e Quarta Colônia: Pe. Luizinho e Nova Palma**. Santa Maria: UFSM, 1996.

STEFANELLO, Liriana Zanon. **História, Museu e Patrimônio Cultural: A Imigração Italiana e o Município de Nova Palma**. 2007. 65f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

SUANO, Marlene. **O Que É Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

UNESCO. **Carta Cultural Ibero-Americana**. Montevideu, 13-14 jul. 2006. Disponível em: <http://www.oei.es/cultura/cCultural.pdf> . Acesso em 16.12.2007.

UNESCO. **Convenção Para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Tradução: Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2006. Disponível: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540POR.pdf>. Acesso em 16.12.2007.

UNESCO. **Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular**. Paris, 17 out – 16 nov. 1989. Disponível: <http://www.mp.sp.gov.br/caouma/docstextos/amb/patrcultural/recomendsalvacult.htm>. Acesso em 25.7.2008.

ZANINI, Maria Catarina C. **Italianidade no Brasil Meridional: A Construção da Identidade Étnica na Região de Santa Maria-RS**. Santa Maria: UFSM, 2006.

Referências das Imagens:

ALUNOS em Nova Palma. Nova Palma, 1922. 1 fotografia, 12 cm x 17 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Escolas.

ÂNGELA Conte Bertoldo. Nova Palma, 10.10.1982. 1 fotografia, 7cm x 11 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas, sala da Documentação de Famílias, Caixa Bertoldo.

ANGONESE, Padre José Mário. **Comunidade de Linha Base**. Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Padre José Mário Angonese.

BINOTTO, Alano. **Comunidade de Bom Retiro**. Nova Palma, 22.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

CANCIAN, Gustavo. **Mapa dos Núcleos da Ex-Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana**. Nova Palma, (s/d). 1 mapa. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Silveira Martins.

CARTA escrita por Giovanni Piovesan. Nova Palma, 7.2.1935. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Piovesan.

CERTIDÃO de nascimento de Giovanni Piovesan. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Piovesan

CINQUENTENÁRIO da primeira missa em Silveira Martins. Silveira Martins, 19.5.1928. 1 fotografia, 8 cm x 15 cm. In: Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Silveira Martins.

COMUNIDADE de Linha Três. Nova Palma, 22.3.1998. 1 fotografia, color, 12 cm x 15 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala de Documentação das Famílias, Caixa Linha Três.

COMUNIDADE de Nossa Senhora da Salete. Nova Palma, 2008. 1 fotografia, color, 10 cm x 15 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala de Documentação das Famílias, Caixa Salete.

COMUNIDADE de Santa Terezinha. Nova Palma, 22.11.1983. 1 fotografia, color, 8 cm x 12 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Sala de Documentação das Famílias, Caixa Santa Terezinha

COOPERATIVA Agrícola Mista de Nova Palma. **Balneário Municipal.** Nova Palma, 2008. 1 fotografia, color, In: Acervo Fotográfico do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala de Documentação de Famílias, Caixa Cooperativa, RS.

DÉCIMO Prefeito de Nova Palma. Nova Palma, 01.01.1997. 1 fotografia, color, 12 cm x 17 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Prefeitura.

DESCOVI, Adelino. **Residência antiga de Antonio Baggio e família.** Nova Palma, 16.2.1976. 1 fotografia, 8 cm x 13 cm. Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Baggio.

DESCOVI FILHO, Leônidas Luis; BERTOLDO, Felipe (Orgs.). **Mapa de Localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana.** Nova Palma, 2008. 1 mapa, color. In: _____. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História, UFSM. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007.p.41.

DOMENICO Pigatto e seus sete filhos. Itália, 17.2.1920. 1 fotografia, 9 cm x 13 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Pigatto.

GARLET, Clauciane. Comunidade de Santa Luzia (antiga Saracura) Nova Palma, 14.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico Arquivo Prefeitura Municipal de Nova Palma-RS.

ENGENHEIRO Manoel José da Siqueira Couto. Nova Palma, (s/d). 1 fotografia, 11 cm x 15 cm. In: Acervo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Silveira Martins.

ESCOLA de Ângelo Didonet. Nova Palma, 1910. 1 fotografia, 11,5 cm x 17 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Escolas.

ESCOLA de Venuta Maria Ravello. Nova Palma, 1920. 1 fotografia, 11 cm x 17 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Escolas.

FAMÍLIA de Angelo Aléssio. Nova Palma, (s/d). 1 fotografia, 15 cm x 19 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Aléssio.

FAMÍLIA de Angelo Baggio. Nova Palma, 25.12.1951. 1 fotografia, 13 cm x 22 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Baggio.

FAMÍLIA de Ludovico Michelin. Nova Palma, 1940. 1 fotografia, 16 cm x 21 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Michelin.

FAMÍLIA de Valentin Stefanello. Nova Palma, 1945. 1 fotografia, 11 cm x 16 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Stefanello.

FAMÍLIA de Padre José Stefanello. Nova Palma, (s/d). 1 fotografia, 12 cm x 16 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Stefanello.

FERRARI, Renata. **Capitel Nossa Senhora Aparecida**. Nova Palma, 2007. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Renata Ferrari.

_____. **Capitel São Caetano**. Nova Palma, 26.9.2006. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Renata Ferrari.

_____. **Comunidade de Caemborá**. Nova Palma, 31.10.2005. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma –RS.

_____. **Comunidade de Cerro Azul**. Nova Palma, 31.10..2005. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma –RS.

_____. **Comunidade de Comércio**. Nova Palma, 19.10.2005. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma –RS.

_____. **Comunidade de Felisberta**. Nova Palma, 20.1.2003. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma –RS.

_____. **Comunidade de Gramado**. Nova Palma, 19.10.2005. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma –RS.

_____. **Comunidade de Linha do Soturno**. Nova Palma, 8.1.2007. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Renata Ferrari.

_____. **Comunidade de Linha dos Cocco**. Nova Palma, 20.1.2003. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma -RS

_____. **Comunidade de Novo Paraíso**. Nova Palma, 17.10.2005. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma -RS

_____. **Comunidade de Rincão dos Fréos**. Nova Palma, 2007. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Renata Ferrari.

_____. **Comunidade de Rincão Santo Antonio.** Nova Palma, 2007. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Renata Ferrari.

_____. **Comunidade Rincão do Padilha.** Nova Palma, 19.10.2005. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.

_____. **Fotografia da divisão política do Município de Nova Palma, reproduzida na Capa do Atlas Geográfico Escolar.** Nova Palma, 2007. 1 fotografia, color, 20 cm x 30 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Biblioteca.

FILHAS de Pietro Marin. Nova Palma, 30.11.1918. 1 fotografia, 13 cm x 22 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Marin.

FILHOS de Giuseppe Piovesan e Antonia Parizzotto. Nova Palma,(s/d). 1 fotografia, 11 cm x 15 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Piovesan.

FILHOS de José e Albina Piovesan. Nova Palma, 15.2.1945. 1 fotografia, 11,5 cm x 17 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Piovesan

FOTOGRAFIA aérea da cidade de Nova Palma. Nova Palma, 2009. 1 fotografia color, 10 cm x 15 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Acontecimentos Civis.

FOTOGRAFIA da parte urbana do Município de Nova Palma. Nova Palma, 1978, 1 fotografia, color, 12 cm x 29 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Acontecimentos Civis.

FOTOGRAFIA da Sede Administrativa Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma. Nova Palma, 2009. In: Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.

FOTOGRAFIA do Núcleo Soturno (atual Nova Palma). Nova Palma, 1939. 1 fotografia, 7 cm x 16 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Nova Palma Cidade.

HOSPITAL Nossa Senhora da Piedade. Nova Palma, (s/d). 1 fotografia, 9 cm x 13 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Hospital.

INAUGURAÇÃO do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma. Nova Palma, 01.06.1984. 1 fotografia, color, 9 cm x 14 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa CPG.

LOCAL da Primeira Missa em Soturno. Nova Palma, 2007. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

PADRE Luiz Sponchiado recebendo o título de Comendador da República. Brasília, 07.11.2000. 1 fotografia, color, 15 cm x 22 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa CPG.

PASSAPORTE Italiano de Ângelo Rossato. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Rossato.

PIOVESAN, Pio. Ruínas da casa de Pietro Antonello. Nova Palma, 9.8.1973. 1 fotografia, 8 cm x 13 cm. Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Antonello.

PIROTTI, Achilles. Local denominado de Barracão, hoje Localidade de Val de Buia (Silveira Martins). Silveira Martins, 16.8.1988. 1 fotografia, 8 cm x 12 cm. In: Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Silveira Martins, Pasta Val de Buia.

PODER Legislativo Atual. Nova Palma. 20.4.2009. 1 fotografia, color, 12 cm x 10 cm. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Câmara de Vereadores de Nova Palma.

PREFEITURA Municipal de Nova Palma. Secretaria da Cultura. Grendene, Elder José; Cunha, André Ivalber da. Projeto do Centro Cultural de Nova Palma. 2006

PRIMEIRO Hospital de Nova Palma. Nova Palma, 1973. 1 fotografia, 8 cm x 13 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Hospital.

REBELATTO, Franciele. **Capitel Nossa Senhora da Saúde**. Nova Palma, 26.9.2006. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.

_____. **Capitel Santa Polônia**. Nova Palma, 4.9.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.

_____. **Carroça utilizada no trabalho agrícola**. Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.

_____. **Engenho de moer cana-de-açúcar**. Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.

_____. **Exemplo da gastronomia típica**. Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.

_____. **Fogão a lenha sendo utilizado**. Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.

_____. **Interior da Igreja Matriz**. Nova Palma, 4.9.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.

_____. **Padre Luiz Sponchiado na Biblioteca do Centro de Pesquisas Genealógicas**. Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.

_____. **Padre Luiz Sponchiado na Sala da Cronologia do Centro de Pesquisas Genealógicas**. Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.

_____. **Padre Luiz Sponchiado na Sala de Genealogia do Centro de Pesquisas Genealógicas**. Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.

_____. **Panelão utilizado para cozimento em fogo de chão.** Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.

_____. **Réstias de Cebolas.** Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS.

_____. **Vista da cidade de Nova Palma.** 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo Prefeitura Municipal de Nova Palma, RS.

_____. **Vista da Ponte sobre o Rio Soturno no Balneário Municipal.** Nova Palma, 4.6.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma – RS.

ROSSATO, Elenizia. **Planta da Colônia Silveira Martins, do Núcleo Soturno e de Dona Francisca.** Nova Palma, 1.10.1985. 1 mapa. Escala: 1:40.000. In: Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Silveira Martins.

ROSSATO, Jucemara. **PADRE LUIZ SPONCHIADO: um empreendedor em Nova Palma, (Município da Quarta Colônia de Imigração Italiana).** 1996. 91f. Monografia (Graduação em História) – Faculdades Franciscanas, Santa Maria, 1996. p.50.

SEDE do Colégio Comercial Novapalmense. Nova Palma, 1960. 1 fotografia, 9 cmx 13 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Escolas.

SEGUNDA Capela da Trindade. Nova Palma, 1.12.1904. 1 fotografia, 12 cm x 16 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Matriz.

SILVA, Rosenilda da. **Comunidade Rincão Santo Inácio.** Nova Palma, 23.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Rosenilda da Silva.

STEFANELLO, Liriana Zanon. **Atual Hospital Nossa Senhora da Piedade.** Nova Palma, 2008. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

_____. **Comunidade de Linha Cinco.** Nova Palma, 23.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

_____. **Comunidade de Linha Duas.** Nova Palma, 23.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello

_____. **Comunidade de Pinhalzinho.** Nova Palma, 23.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

_____. **Comunidade de Vila Cruz.** Nova Palma, 23.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

_____. **Comunidade do Bugre.** Nova Palma, 23.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello

_____. **Escola Professora Cândida Zasso.** Nova Palma, 2007. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

_____. **Fotografia da Placa, em porcelana, que registra o local da primeira missa no Núcleo Soturno.** Nova Palma, 2007, 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

_____. **Fotografia de um dos livros de registros denominados pelo Padre Luiz Sponchiado de Cronologia.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

_____. **Igreja Matriz atual.** Nova Palma, 2008. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

_____. **Livro de Genealogia nº 2 do CPG.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

_____. **Nono Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.

_____. **Oitavo Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.

_____. **Pintura dos primeiros vereadores de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

_____. **Primeiro Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.

_____. **Quarto Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.

_____. **Quinto Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.

_____. **Sala de Genealogia do CPG.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

_____. **Sala de Recepção do CPG.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

_____. **Sala denominada de Documentação das Famílias.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello.

_____. **Salão Comunitário de Linha Um.** Nova Palma, 23.12.2009. 1 fotografia, color, digital. In: Arquivo Pessoal de Liriana Zanon Stefanello

_____. **Segundo Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.

_____. **Sétimo Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.

_____. **Sexto Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.

_____. **Terceiro Prefeito de Nova Palma.** Nova Palma, 2009. 1 fotografia, color, digital. In: Original do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma.

TERCEIRA Igreja Matriz de Nova Palma. Nova Palma, (s/d). 1 fotografia, 10 cm x 13 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Matriz.

UNIDADE da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma em Val de Serra. Julio de Castilhos, 2009. In. Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.

UNIDADE da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma na comunidade de São Cristóvão. Nova Palma, 2009. In. Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.

UNIDADE da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma no Distrito de Caemborá. Nova Palma, 2009. In. Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.

UNIDADE da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma no Município de Dona Francisca. Dona Francisca, 2009. In. Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.

UNIDADE da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma no Município de São João do Polêsine. São João do Polesine, 2009. In. Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.

VISTA aérea da Sede da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma. Nova Palma, 2009. In. Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma

VISTA aérea do Moinho de Trigo de São João do Polêsine. São João do Polesine, 2009. In. Acervo do Arquivo da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.

VISTA da cidade de Nova Palma. Nova Palma, 29.9.1992. 1 fotografia, color, 10 cm x 15 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Acontecimentos Cívicos.

VISTA do Colégio Comercial Novapalmense. Nova Palma, 1960. 1 fotografia, 9 cm x 13 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Escolas.

VISTA do distrito de Nova Palma. Nova Palma, 22.6.1956. 1 fotografia, 17cm x 23cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Nova Palma Cidade.

ZANELLA, Padre João. **Família de Giovanni Piovesan.** Nova Palma, 25.12.1922. 1 fotografia, 15 cm x 21 cm. In: Acervo do Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, sala da Documentação de Famílias, Caixa Piovesan.

ANEXOS

ANEXO A – Modelo de Decreto de Criação

Decreto de Criação

Prefeitura Municipal de _____

(modelo)DECRETO Nº _____

O Prefeito Municipal de (cidade) _____ , no uso de suas atribuições,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica criado no Departamento de Cultura de Secretária da Educação e Cultura, o MUSEU DE (tipologia) _____ destinado a recolher, abrigar e preservar o patrimônio (artístico) da região / município de _____, além de auxiliar, estimular e divulgar a criação artística.

Art. 2º - A Secretaria de Educação e Cultura providenciará instalações adequadas para imediato funcionamento do Museu (tipologia e /ou nome).

Art. 3º - Passam ao Acervo do Museu o acervo pertencente ao Departamento de Cultura e ao patrimônio do Município que, a critério do Conselho Consultivo do museu, sejam consideradas de valor museológico.

Art. 4º - Fica ao Museu (tipologia e /ou nome) assegurada a condição de unidade de execução orçamentária dentro do orçamento da Secretaria de Educação e Cultura já a partir do próximo exercício.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeito Municipal de (Cidade) _____ em , de _____ de

ANEXO B – Exemplo de Estatuto da Associação de Amigos do Museu Brigadeiro Camarão.

Estatuto da Associação de Amigos do Museu Brigadeiro Camarão.

CAPÍTULO I: Denominação, Sede, Finalidade, Duração.

Art. 1º - A Associação dos Amigos do Museu Brigadeiro Camarão (AAMBC) é uma associação civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, que se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º - A AAMBC é composta por pessoas físicas e/ou jurídicas, tendo a Cidade de Belém como sede e foro, podendo, a critério da Diretoria, nomear representantes ou correspondentes, no Brasil ou no exterior, sendo sua sede estabelecida à Av. Júlio César s/nº, Souza, Belém – PA, em sala cedida pela Escola Tenente Rego Barros, em documento próprio.

Art. 3º - A AAMBC tem por finalidade prestar apoio ao Museu Brigadeiro Camarão, promovendo o aprimoramento e o desenvolvimento de suas atividades e ainda, difundir a ação do Museu Brigadeiro Camarão junto ao público, cabendo em especial:

- a) adquirir peças para o acervo do Museu Brigadeiro Camarão, de acordo com a política de aquisição previamente estabelecida;
- b) auxiliar o programa de processamento técnico, de conservação e restauração, dos acervos museológico, bibliográfico e iconográfico do Museu Brigadeiro Camarão;
- c) apoiar e/ou promover cursos, conferências, seminários sobre assuntos específicos da área de Biologia, tendo como principal público-alvo os alunos, pais e professores da ETRB;
- d) incentivar estudos e pesquisas nas áreas ligadas ao Museu Brigadeiro Camarão;
- e) incentivar e apoiar a realização de exposições temporárias e itinerantes, que visem a divulgação do acervo do Museu Brigadeiro Camarão;
- f) buscar meios para o custeio das atividades e eventos promovidos pelo Museu Brigadeiro Camarão;
- g) estabelecer e manter intercâmbio com outras instituições congêneres, no país e no exterior;
- e
- h) promover a obtenção de recursos, subvenções e doações, destinadas ao desenvolvimento e execução de projetos e programas do Museu Brigadeiro Camarão.

CAPÍTULO II: Quadro Social

Art. 4º - O número de associados é ilimitado, podendo participar do quadro social pessoas físicas ou jurídicas, desde que satisfaçam as exigências e condições previstas neste Estatuto, não respondendo os mesmos, pessoalmente, pelas obrigações sociais contraídas pela Associação.

Art. 5º - As pessoas jurídicas que venham se associar deverão submeter à aprovação da Diretoria o nome de até duas pessoas físicas, com poderes para representá-las na AAMBC.

Parágrafo único – Os representantes poderão ser substituídos a qualquer tempo, desde que seguida a norma contida neste artigo.

Art. 6º - A admissão de associados será precedida de proposta assinada pelo candidato, ou a convite da Diretoria da AAMBC.

Art. 7º - A Associação dos Amigos do Museu Brigadeiro Camarão terá as seguintes categorias de associados:

- a) fundadores - aqueles que participaram da constituição da AAMBC, e também aqueles que se associarem, no prazo de 30 dias, a contar da data de sua constituição;
- b) honorários - pessoas físicas que tiverem prestado relevantes serviços à Associação, ou ao Museu Brigadeiro Camarão;
- c) provedores - pessoas jurídicas que contribuírem com anuidade, que de acordo com a diferenciação da contribuição, a critério do Conselho Deliberativo, poderão ser classificados como “beneméritos”; e
- d) contribuintes - pessoas físicas que contribuírem com mensalidade, semestralidade ou anuidade, que de acordo com a diferenciação da contribuição, a critério do Conselho Deliberativo, poderão ser classificados como “beneméritos”.

Art. 8º - A proposta para associado honorário deverá ser justificada convenientemente e subscrita por, no mínimo, três associados da mesma categoria, ou superior, ou por membro do Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único – O Conselho Deliberativo apreciará a proposta, a ser votada pela maioria simples de seus membros presentes à reunião.

Art. 9º - As contribuições sociais terão seus valores e a periodicidade respectiva fixados em Assembléia Geral.

CAPÍTULO III: Direitos e Deveres dos Associados

Art. 10 - São direitos dos Associados:

- a) assistir às Assembléias Gerais;
- b) ser informado, antecipadamente, dos eventos promovidos ou patrocinados pela AAMBC;
- c) propor associados, obedecidas as exigências estatutárias;
- d) receber um certificado e carteira da categoria correspondente à sua inscrição;
- e) representar a AAMBC em congressos, jornadas, encontros e demais atividades culturais, promovidas por outras associações, nacionais e/ou estrangeiras, quando formalmente credenciado pelo presidente do Conselho Deliberativo ou Diretor Executivo;
- f) apresentar sugestões ao Conselho Deliberativo;
- g) desfrutar dos direitos correspondentes à sua categoria, conforme decisão do Conselho Deliberativo; e
- h) é direito assegurado aos associados, de quaisquer das categorias, votar e ser votado em Assembléias Gerais.

Parágrafo único - É necessário o associado estar com suas mensalidades, semestralidades, ou anuidades quitadas, para fazer uso de seus direitos.

Art. 11 - São deveres do Associado:

- a) respeitar e obedecer este Estatuto, e demais atos normativos da AAMBC; e
- b) pagar com regularidade as contribuições sociais.

Art. 12 - Será excluído o associado que incorrer nas seguintes faltas:

- a) deixar de solver seus compromissos financeiros por mais de seis meses consecutivos, sem justificativa convincente e comprovada, aceita pelo Conselho Deliberativo; e
- b) ter atuação pública e notória contrária aos interesses da AAMBC.

Parágrafo único – A exclusão é ato decisório da competência do Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO IV: Patrimônio e Contribuições Sociais

Art. 3 - O Patrimônio da AAMBC é constituído de:

- a) contribuição dos associados em suas diversas categorias;
- b) subvenções federais, estaduais e municipais;
- c) doações, patrocínios, legados e outros recursos que lhe forem concedidos por pessoas físicas ou jurídicas, associados ou não;
- d) bens móveis ou imóveis e direitos, pertencentes à AAMBC;
- e) rendas eventuais, proveniente dos serviços e atividades oferecidos pela AAMBC; e
- f) repasses de verbas oriundas de convênios institucionais.

Parágrafo primeiro - Os valores dos serviços a serem prestados pela AAMBC serão fixados pela Diretoria Executiva.

Parágrafo segundo - As rendas da AAMBC serão integralmente aplicadas na consecução e desenvolvimento de suas finalidades.

CAPÍTULO V: Organização

Art. 14 - A AAMBC será integrada pelos seguintes órgãos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho Deliberativo;
- c) Diretoria Executiva; e
- d) Conselho Fiscal

Parágrafo único – Os membros da Assembléia Geral, do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, não serão remunerados, a qualquer título ou pretexto pela

AAMBC, nem dela auferirão quaisquer dividendos, benefícios ou vantagens econômico-financeiras.

CAPÍTULO VI: Da Assembléia Geral

Art. 15 - A Assembléia Geral, órgão soberano de deliberação social, poderá ser Ordinária ou Extraordinária.

Parágrafo Primeiro – A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente no decorrer do primeiro trimestre, e será constituída pelos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Parágrafo segundo – A convocação da Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, deverá ser feita por via epistolar ou eletrônica, com antecedência de 10 (dez) dias da data da reunião, por iniciativa do Presidente do Conselho Deliberativo.

Art. 16 - A Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária instalar-se-á em primeira convocação com a presença da maioria dos associados com direito a voto, e em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de associados presentes com direito a voto.

Art. 17 - A primeira Assembléia Geral Ordinária será realizada no máximo em 30 (trinta) dias após a constituição da AAMBC, com o objetivo de eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Deliberativo, os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, e os membros da Diretoria, bem como estabelecer os valores e periodicidade das contribuições sociais.

Art. 18 - A Assembléia Geral Extraordinária será convocada pelo Presidente do Conselho Deliberativo, ou pelo seu substituto legal, ou por convocação de no mínimo 1/3 dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 19 - À Assembléia Geral Ordinária compete:

- a) examinar e pronunciar-se sobre o relatório do balanço e da situação financeira do exercício anterior, após aprovação pelo Conselho Fiscal;
- b) apreciar os planos de ação da Diretoria Executiva;
- c) fixar o número de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal; e
- d) eleger, dentre os associados com direito a voto, os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, cujos mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Art. 20 - A Assembléia Geral Extraordinária poderá ser convocada a qualquer tempo para:

- a) decidir sobre qualquer assunto relevante e de interesse da Associação e/ou de seus associados;
- b) deliberar sobre reforma do Estatuto vigente; e
- c) decidir sobre a dissolução da Associação.

Art. 21 - As decisões das Assembléias Gerais serão tomadas por maioria simples de voto, exceto quanto à dissolução da Associação, que será por 3/4 (três quartos) dos votos.

CAPÍTULO VII: Conselho Deliberativo

Art. 22 - O Conselho Deliberativo é o órgão orientador da AAMBC, eleito pela Assembléia Geral, constituído por 05 (cinco) associados em pleno gozo de seus direitos, de reconhecida capacidade e competência em assuntos culturais e biológicos, pelo Comandante do I COMAR, pelo Supervisor Militar e pelo Diretor Geral da ETRB, e pelo Chefe do Museu Brigadeiro Camarão, como membros natos.

Parágrafo primeiro - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, serão eleitos por seus pares, permitida a reeleição.

Art. 23 - O Conselho Deliberativo se reunirá por convocação do seu Presidente e as atas das reuniões serão lavradas em livro próprio.

Art. 24 - O mandato dos Conselhos é pessoal, não podendo ser exercido por delegação.

Art. 25 - Para que as reuniões do Conselho Deliberativo possam se instalar e deliberar, será necessária a presença, no mínimo, da maioria simples de seus membros.

Art. 26 - As deliberações do Conselho Deliberativo serão tomadas por maioria dos votos de seus membros presentes, cabendo ao Presidente ou seu substituto o voto de desempate.

Art. 27 - O Conselho Deliberativo convocará membros da Diretoria Executiva, às reuniões, quando a julgamento de seu Presidente se fizer necessário.

Art. 28 - O Conselho Deliberativo tem como incumbência:

- a) estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da AAMBC, verificar e acompanhar a sua execução, conforme o Estatuto;
- b) designar os membros da Diretoria Executiva, cujos mandatos serão de dois anos;
- c) autorizar a Diretoria Executiva a comprar ou alienar bens, contrair empréstimos, emitir cheques e tributos, dar garantias e contratar pessoal;

- d) apreciar proposta e modificações do Regimento Interno da AAMBC, apresentadas pela Diretoria Executiva, bem como aprová-lo;
- e) outorgar Títulos de associado honorário às pessoas que houveram prestado serviços relevantes à Associação, ou ao Museu Brigadeiro Camarão, nos termos deste Estatuto;
- f) deliberar sobre a exclusão de associados, em qualquer categoria;
- g) examinar anualmente a proposta de Plano de Ação da Diretoria Executiva;
- h) apreciar anualmente o parecer do Conselho Fiscal, bem como as demonstrações financeiras e o orçamento anual, encaminhadas e apresentadas pela Diretoria Executiva; e
- i) fixar o valor das contribuições relativas às categorias de sócios.

Art. 29 - Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo: convocar e presidir as reuniões do órgão, convocar e presidir a Assembléia Geral, representar o Conselho Deliberativo.

Art. 30 - O Vice-Presidente substituirá o Presidente do Conselho Deliberativo em suas ausências e impedimentos.

Art. 31 - Caberá ao Secretário lavrar as atas das reuniões do Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO VIII: DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 32 - A Diretoria Executiva compor-se-á dos seguintes membros:

- a) Diretor Executivo
- b) Diretor Adjunto
- c) Tesoureiro

Art. 33 - Os membros do Conselho Fiscal não poderão acumular suas funções com as de membros da Diretoria Executiva.

Art. 34 - Compete à Diretoria Executiva:

- a) promover a realização dos objetivos da AAMBC;
- b) administrar a AAMBC, executando as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho Administrativo;
- c) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- d) elaborar e/ou reformar o Regimento Interno para apreciação do Conselho Deliberativo;
- e) elaborar projeto de reforma deste Estatuto, a ser submetido ao Conselho Deliberativo, que apresentará à Assembléia Geral Extraordinária, na forma estatutária;
- f) assinar convênios e demais instrumentos de interesse sócio-cultural ou educacional da AAMBC;
- g) admitir, licenciar e demitir pessoal, quando autorizado pelo Conselho Deliberativo;
- h) administrar as finanças da AAMBC, investindo os recursos existentes, emitir cheques, e títulos, assinar contratos e outorgar garantias, quando necessário, com aprovação do Conselho Deliberativo;
- i) fixar os valores dos serviços a serem prestados pela AAMBC; e
- j) submeter ao Conselho Deliberativo e à Assembléia Geral, anualmente, a proposta do Plano de Ação da AAMBC.

Art. 35 - São atribuições do Diretor Executivo:

- a) superintender, supervisionar e fiscalizar os serviços necessários à administração da AAMBC; e
- b) cumprir e fazer cumprir os dispositivos do Estatuto e deliberações da Assembléia Geral, do Conselho Deliberativo.

Art. 36 - São atribuições do Diretor Adjunto:

- a) substituir o Diretor Executivo em sua ausência ou impedimentos; e
- b) assistir o Diretor Executivo em suas obrigações na administração da AAMBC.

Art. 37 - Compete ao Tesoureiro:

- a) gerir as finanças e a contabilidade da AAMBC;
- b) assinar, juntamente com o Diretor Executivo, os cheques, ordens de pagamento, os atos e documentos que envolvam obrigações sociais, inclusive empréstimos e financiamentos; e
- c) desempenhar encargos correlatos, atribuídos pelo Diretor Executivo.

CONSELHO FISCAL

Art. 38 - O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização econômico-financeira da AAMBC, compor-se-á de 03 (três) membros efetivos, e de suplentes, todos eleitos pela Assembléia Geral, dentre os associados com direito a voto.

Art. 39 - O Conselho Fiscal deverá se reunir 4 (quatro) vezes por ano, e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Parágrafo único – No caso de impedimento de membros efetivos do Conselho Fiscal, serão convocados membros suplentes.

Art. 40 - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos, e constarão de Ata lavrada em livro próprio, aprovada e assinada pelos conselheiros presentes.

Art. 41 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) examinar a escrituração contábil da AAMBC, assim como a documentação a ela referente, emitindo parecer;
- b) examinar o relatório das atividades da AAMBC, assim como a demonstração dos resultados econômico-financeiros do exercício social, emitindo parecer quanto a estes últimos;
- c) examinar, trimestralmente, as demonstrações dos resultados econômico-financeiros da AAMBC, emitindo parecer; e
- d) examinar se os montantes das despesas realizadas estão de acordo com os programas e decisões da Assembléia Geral, emitindo parecer.

CAPÍTULO IX: Liquidação e Dissolução

Art. 42 - A dissolução da AAMBC, por proposta do Conselho Deliberativo, será decidida por Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, de acordo com o Art. 20, letra c.

Parágrafo único – O patrimônio existente, se houver, não será distribuído aos associados, passando a pertencer ao Museu Brigadeiro Camarão.

CAPÍTULO X: Do Exercício Social e das Contas

Art. 43 - O ano Social coincidirá com o ano civil. Ao fim de cada exercício será preparado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados da AAMBC, com o parecer do Conselho Fiscal.

Art. 44 - Anualmente, após aprovação pela Assembléia Geral Ordinária, deverão ser publicados em jornal de Belém, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados da AAMBC, com o parecer do Conselho Fiscal.

Art. 45 - O Conselho Deliberativo submeterá, anualmente, à aprovação da Assembléia Geral Ordinária, a proposta do orçamento elaborado pela Diretoria Executiva para o exercício financeiro seguinte, responsabilizando-se pela sua execução.

Art. 46 - Os casos não previstos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo da AAMBC.

Belém, XX de XX de 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, DEMU; RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS. **Oficina de Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização de Museus.** Santa Maria: 5ª Região Museológica, dias 28, 29 e 30 de outubro, ministrada pelo Museólogo da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Prof. Albino Barbosa de Oliveira Júnior.

ANEXO C – Orientação de Regimento Interno

Museu da Cidade

Modelo de Regimento Interno

(neste modelo, o museu será chamado “Museu da Cidade”, sem especificar tipologia, pois pode ser adaptado às diferentes tipologias)

Art.1º . O MA – Museu da Cidade, criado pelo Decreto nº de ___ de _____ de _____, será regido pelo presente Regimento Interno.

Do Museu e Seus Fins

Art. 2º . O MA – Museu da Cidade, órgão subordinado à Secretaria de Educação e Cultura, tem por finalidade recolher, abrigar, preservar e mostrar peças que testemunhem sobre a história, a arte e da cultura da cidade, da região e do Paraná. Ao mesmo tempo amparar, estimular e divulgar a cultura paranaense nas suas diferentes abrangências, instituir cursos de aperfeiçoamento e extensão, bem como promover o intercâmbio cultural e artístico com outras entidades congêneres do estado, do país e do exterior.

Art. 3º . Para atingir suas finalidades, o MC – Museu da Cidade deverá:

- 1- Formar, documentar, conservar, ampliar seu acervo através de aquisições, doações ou permutas de peças que digam respeito ao município ou região, sempre com anuência do Conselho Consultivo;
- 2- Realizar exposições temporárias ou itinerantes, difundindo seu acervo ou acervos particulares de colecionadores;
- 3- Manter um setor permanente onde serão mostrados obrigatoriamente as peças do acervo do Museu;
- 4- Participar de mostras organizadas por outras instituições através do empréstimo de peças componentes de seu acervo;
- 5- Manter cursos práticos e teóricos de extensão, aperfeiçoamento e de divulgação cultural; organizar e participar de conferências e instituir concursos e prêmios;
- 6- Organizar e manter biblioteca especializada, fichário e arquivos de documentação;
- 7- Manter atualizado o catálogo das peças que constituem o acervo patrimonial do Museu;
- 8- Publicar catálogo de todas as mostras que realizar, bem como boletins informativos de suas atividades.

Da Administração:

Art. 4º . O MC – Museu da Cidade será administrado por um Diretor e terá como órgão de apoio um Conselho Consultivo.

Do Diretor:

Art. 5º . O Diretor do MC – Museu da Cidade será designado pelo Prefeito Municipal, por indicação do Secretário de Educação e Cultura, devendo sua escolha recair obrigatoriamente sobre pessoa especializada e de reconhecido saber no campo da cultura.

Art. 6º . Compete ao Diretor do Museu da Cidade:

- 1- Superintender, coordenar, promover e fiscalizar as atividades do Museu;

- 2- Convocar e presidir os trabalhos do Conselho Consultivo do Museu;
- 3- Baixar ordens de serviço e praticar atos de caráter administrativo, velando pela perfeita observância deste regulamento e pelas normas de administração pública;
- 4- Organizar o calendário de atividades do Museu, promovendo exposições individuais, palestras, concursos, cursos, oficinas e outras iniciativas culturais;
- 5- Assinar juntamente com o Secretário da Cultura os diplomas e certificados expedidos;
- 6- Apresentar anualmente a proposta orçamentária do exercício financeiro seguinte;
- 7- Representar em juízo ou fora dele o Museu da Cidade;
- 8- Promover os entendimentos necessários a fim de estabelecer intercâmbio cultural com entidades congêneres do país e do exterior.

Do Assessor Técnico:

Art. 7º. O Assessor Técnico do Museu da Cidade será escolhido pelo Diretor do mesmo e designado pelo Secretário de Educação e Cultura, devendo a sua escolha recair obrigatoriamente sobre pessoas especializadas em museologia ou cultura.

Art. 8º. Compete ao Assessor Técnico do Museu da Cidade:

- a) assessorar o Diretor em todos os trabalhos técnicos e especializados, auxiliando na execução das atividades do órgão;
- b) supervisionar o funcionamento dos diversos setores componentes do Museu dando a necessária orientação técnica.

Da Organização Administrativa:

Art. 9º. O Museu da Cidade, será formado por uma Diretoria, assessorada por um Assessor Técnico e terá a seguinte estrutura:

- a) O Setor de Administração atenderá a secretaria geral do Museu, encaminhando expediente, controlando o pessoal, atendendo o setor financeiro e realizando as demais atividades necessárias ao funcionamento do Órgão, assim como atendimento dos serviços de portaria, telefonia, vigilância e limpeza.
- b) O Setor de Exposições atenderá a montagem de mostras temporárias ou itinerantes promovidas pelo Museu e a apresentação das peças do acervo em exposições permanentes.
- c) O Setor de Acervo atenderá o acondicionamento e guarda em reservas técnicas, das peças pertencentes ao Museu devidamente catalogadas, mantendo as mesmas em condições de serem expostas.
- d) O Setor de Preservação e Restauro, que terá laboratório apropriado, será responsável pela conservação do acervo e pequenos consertos quando necessários. RESTAURAÇÕES devem ser feitas por profissionais especializados. Caso o Museu não disponha desse profissional, deve terceirizar o serviço.
- e) O Setor de Pesquisa e Documentação terá a seu cargo o arquivo do Museu, a pesquisa de assuntos inerentes à tipologia do acervo, a organização de documentação iconográfica de interesse museológico e de biblioteca contendo todas as publicações especializadas que serão devidamente catalogadas.
- f) O Setor de Educativo promoverá intercâmbio cultural entre o Museu, instituições educacionais e a comunidade em geral, elaborando projetos especiais para visitas monitoradas e animação cultural.

Do Conselho:

Art. 10 . O Conselho Consultivo do Museu da Cidade será composto por um representante dos funcionários do Museu e cinco representantes de segmentos da sociedade cultural, além do Presidente do Conselho, cargo que normalmente é ocupado pelo Diretor do Museu.

Art. 11. O Conselho Consultivo será designado pela Secretaria de Educação e Cultura do Município. O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, podendo serem reconduzidos por mais um período ao fim do mesmo.

Art. 12. Compete ao Conselho Consultivo:

- a) apreciar sobre o plano anual de atividades do MC, bem como opinar e apresentar sugestões sobre assuntos que lhe sejam submetidos pela diretoria ;
- b) emitir parecer sobre pedidos de exposições, quer temporárias quer itinerantes;
- c) opinar sobre aquisições, permutas e inclusões de obras para o acervo;
- d) aprovar o programa de cursos, oficinas e outros programas culturais;
- e) convocar reuniões extraordinárias quando solicitado pela metade de seus membros;
- f) as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Consultivo deverão ser convocadas com cinco dias úteis de antecedência.

Art. 13º. O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente a cada mês, nas instalações do MC.

Parágrafo Único: O Conselho Consultivo reunir-se-á em primeira convocação com um mínimo de quatro membros e trinta minutos após, com qualquer número.

Art. 14º. O trabalho de membro do Conselho Consultivo é considerado de relevância pública, não sendo remunerado.

Art. 15º. Os membros do Conselho Consultivo perderão o direito de participar do mesmo quando faltarem a duas reuniões consecutivas ou três durante o ano.

Art. 16º. Compete ao Presidente do Conselho Consultivo:

- a) convocar e presidir os trabalhos do Conselho;
- b) convocar reuniões ordinárias e extraordinárias com antecedência de cinco dias;
- c) designar o secretário entre os membros do Conselho;
- d) dirigir os trabalhos, concedendo a palavra aos conselheiros, coordenando os detalhes e neles intervindo para esclarecimentos;
- e) comunicar ao Museu e à Secretaria de Educação e Cultura as deliberações do Conselho;
- f) caberá ao Presidente, quando necessário, o voto de qualidade.

Art. 17º. Os casos omissos do presente Regulamento, serão resolvidos pelo Conselho Consultivo com anuência da Direção do Museu e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

COSTA, Evanise Páscoa. **Princípios Básicos da Museologia**. Secretaria do Estado e da Cultura: Coordenação do Sistema Estadual de Museus: Curitiba. 2006, p21-25.